

Aula 00

*Contabilidade p/ BNDES (Profissional
Administração) Com Videoaulas - 2019*

Autor:

**André Curcio, Júlio Cardozo,
Luciano Rosa**

01 de Setembro de 2019

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	1
1 - APRESENTAÇÃO.....	2
2 - METODOLOGIA.....	2
2.1 - CONTEÚDO.....	2
2.2 - QUESTÕES DE CONCURSOS.....	3
2.3 - RESUMOS E MAPAS MENTAIS.....	3
3 - APRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES.....	4
4 - CRONOGRAMA DAS AULAS.....	4
5 - PERGUNTAS FREQUENTES NO CURSO.....	6
6 - 10 DICAS PARA QUE VOCÊ POSSA APRENDER CONTABILIDADE E EVOLUIR NA DISCIPLINA.....	6
7 - O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DA CONTABILIDADE BRASILEIRA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE.....	8
7.1 - INTRODUÇÃO.....	8
8 - ESTRUTURA E ÓRGÃOS QUE EMITEM E INTERPRETAM AS NORMAS CONTÁBEIS NACIONAIS.....	10
8.1 - CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS.....	10
8.2 - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC.....	13
8.3 - SUSEP.....	14
8.4 - BANCO CENTRAL.....	15
8.5 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM.....	15
9 - ESTRUTURA E ÓRGÃOS QUE EMITEM E INTERPRETAM AS NORMAS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS.....	16
9.1 - INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE (IASC).....	16
10 - AS MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA E A CONVERGÊNCIA AO IFRS NO BRASIL E NO MUNDO.....	17
11 - CPC 00: ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE.....	20
11.1 - PRINCIPAIS ALTERAÇÕES [E QUE CAEM EM PROVA] DA ÚLTIMA REVISÃO DO CPC 00 (REVISÃO 1):.....	20
12 - INTRODUÇÃO.....	25
13 - FINALIDADE E STATUS.....	26
14 - DIVISÃO DO CPC 00.....	28
15 - CAPÍTULO 1 - OBJETIVO DO RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO DE PROPÓSITO GERAL.....	28
16 - PERFORMANCE FINANCEIRA REFLETIDA PELO REGIME DE COMPETÊNCIA (ACCRUALS).....	34
17 - CAPÍTULO 2: A ENTIDADE QUE REPORTA A INFORMAÇÃO.....	36
18 - CAPÍTULO 3: CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA ÚTIL.....	36
19 - CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS FUNDAMENTAIS.....	37
19.1 - RELEVÂNCIA.....	38
19.2 - REPRESENTAÇÃO FIDEDIGNA.....	40
20 - CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE MELHORIA.....	43
20.1 - COMPARABILIDADE.....	44
20.2 - VERIFICABILIDADE.....	45
20.3 - TEMPESTIVIDADE.....	45
20.4 - COMPREENSIBILIDADE.....	46
21 - RESTRIÇÃO DE CUSTO NA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO ÚTIL.....	49
22 - CAPÍTULO 4: ESTRUTURA CONCEITUAL PARA A ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: TEXTO REMANESCENTE.....	50
23 - ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	52
24 - POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA.....	53
25 - ATIVOS.....	55
26 - PASSIVOS.....	57
27 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	59
28 - DESEMPENHO.....	61
28.1 - RECEITAS.....	62
28.2 - DESPESAS.....	63
29 - RECONHECIMENTO DOS ELEMENTOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	64
29.1 - RECONHECIMENTO DE ATIVOS.....	64
29.2 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS.....	64
29.3 - RECONHECIMENTO DE RECEITAS E DESPESAS.....	65
30 - MENSURAÇÃO DOS ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	66
31 - MANUTENÇÃO DO CAPITAL FÍSICO E FINANCEIRO.....	74
32 - RESUMO: ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE.....	79
33 - MAPAS MENTAIS DESTA AULA (*ELABORADOS PELO PROFESSOR JULIO CARDOZO).....	81
34 - QUESTÕES COMENTADAS.....	83
35 - LISTA DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA.....	116
36 - GABARITO DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA.....	128



APRESENTAÇÃO DO CURSO

1 - APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal! Sejam bem-vindos. Como estão?

Temos a felicidade de apresentar a vocês o nosso curso de **Contabilidade** para o cargo de **Profissional Básico – Administração** do **BNDES**.

O edital ainda não foi publicado! Todavia, sabemos da necessidade de uma preparação de médio/longo prazo para o próximo concursos!

Quem deseja uma das vagas disponibilizadas no próximo concurso deve começar os estudos hoje!

O último edital foi publicado em 2012, a banca examinadora foi a **CESGRANRIO** e previa formação de Cadastros de Reserva de Pessoal para o cargo de nível superior **Profissional Básico – Administração**.

Lembrando que para concorrer a este cargo é preciso ter diploma ou certificado de conclusão, devidamente registrado, de curso de graduação de **nível superior**, bacharelado, **em Administração**, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação e **Registro Profissional no Conselho Regional de Administração - CRA**.

Sobre a remuneração, grande interesse de todos, falamos que inicialmente é de **R\$ 11.859,80** para jornada de trabalho de 35 horas semanais. Além do salário base, os servidores também podem receber adicional por tempo de serviço, gratificação mensal de 25% e os seguintes auxílios: Assistência Educacional (reembolso por dependente com idade até 17 anos e 11 meses); Auxílio-Refeição (acrescido de cesta-alimentação no valor de R\$ 609,87); Assistência Saúde.

A ementa de Contabilidade no último edital foi a seguinte:

CONTABILIDADE E FINANÇAS: Padronização e harmonização contábil: convergência ao IFRS. Contabilidade gerencial: estrutura e finalidade das demonstrações contábeis. Contabilidade de custos. Análise econômico-financeira: análise horizontal e vertical; análise através de indicadores – liquidez; atividade; endividamento; lucratividade. Arrendamento mercantil.

2 - METODOLOGIA

2.1 - CONTEÚDO

Quem conhece os cursos do Estratégia sabe que trabalhamos basicamente com o tripé **Livros Digitais em PDF (Teoria e Questões) + Vídeos Completos (Teoria + Questões) + Fórum de Dúvidas**.

A base inicial do estudo da contabilidade deve ser os livros digitais e os vídeos, principalmente se é a primeira vez que você estudará a matéria. É muito importante que, em um primeiro momento, você assista aos vídeos e também leia ao material escrito.

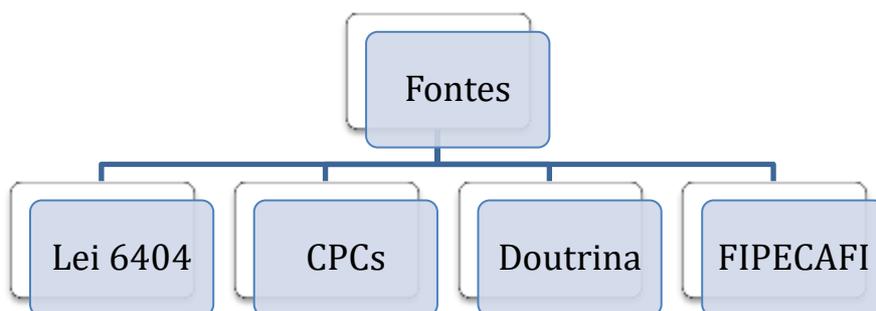


Digo isso, pois a contabilidade é uma ciência com convenções próprias, o que, em um primeiro momento, pode “dar um nó” na cabeça de quem está iniciando.

Se você já tem alguma noção, pode, se o seu desempenho nas questões propostas no Livro Digital for acima de 80%, seguir apenas com o material escrito. Se sentir dificuldade, retome os vídeos.

O nosso curso de Contabilidade está **sempre atualizado** de acordo com:

- Lei 6.404/76: Também conhecida como Lei das Sociedades Por Ações e pilar da Contabilidade.
- Principais pontos dos chamados Pronunciamentos Contábeis, hoje quase onipresentes em provas de concursos públicos e exames.
- Pontos necessários de doutrina e do Manual de Contabilidade Societária (FIPECAFI).



2.2 - QUESTÕES DE CONCURSOS

Além da teoria, para o aprendizado da contabilidade é essencial a resolução exaustiva de questões de provas anteriores. Além de ajudarem na fixação do conteúdo, as bancas tendem a repetir os enunciados.

Por disso, ao longo do conteúdo teórico, apresentaremos uma série de questões, de forma didática, para demonstrar como aquilo é cobrado em provas. Essas questões comentadas durante a aula teórica são de diversas bancas, mas serão igualmente comentadas.

Além disso, ao final de cada aula, disponibilizaremos uma bateria de questões comentadas da banca que realizará o seu certame.

2.3 - RESUMOS E MAPAS MENTAIS

Além disso, ao final de cada aula, apresentaremos um resumo simples do que foi abordado no conteúdo teórico e, ainda, mapas mentais para ajudar na fixação do conteúdo.

Essas duas ferramentas são apresentadas sem prejuízo do resumo completo que é disponibilizado na área do aluno do Estratégia Concursos.

É assim que conduziremos os nossos cursos! Uma forma que vem aprovando muita gente nos mais diversos certames.

Agora, permita-nos fazer uma pequena apresentação pessoal.



3 - APRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES

Olá, nobres guerreiros e guerreiras. Esperamos que esteja tudo bem com vocês!

Meu nome é **André Curcio**, sou **Agente Fiscal de Rendas da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo**, e **professor de contabilidade para concursos** no site do **Estratégia**.

Também sou Professor do **Uniequipe – SP** e Professor convidado da **Escola Fazendária – FAZESP-SEFAZ-SP** e da **FUNDACE-USP**.

Meu nome é **Júlio Cardozo**, e sou **professor das disciplinas de Contabilidade Geral, Avançada, de Custos e Perícia Contábil** aqui no **Estratégia Concursos**.

Atualmente sou **Auditor Fiscal do estado do Espírito Santo** e trabalho diretamente na fiscalização de ICMS. Fui sargento da Força Aérea Brasileira, controlador de tráfego aéreo, por 14 anos, tendo ingressado no serviço público com 17 anos de idade.

Meu nome é **Luciano Rosa**, sou **Agente Fiscal de Rendas da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo**, e **professor de contabilidade para concursos** no site do **Estratégia**.

Coautor do livro **Contabilidade Avançada Facilitada para Concursos** – Teoria e questões e mais de 200 questões comentadas, livro baseado nos Pronunciamentos Contábeis emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, publicados pela **Editora Método**.

Vejam que somos três professores totalmente dedicados à sua aprovação.

Sigam as nossas redes sociais para muitas e muitas dicas de contabilidade para concursos:

Facebook: Contabilidade para Concursos – Grupo de Estudos

Instagram: @contabilidadeconcurso

4 - CRONOGRAMA DAS AULAS



As nossas aulas serão assim divididas:

AULA	CONTEÚDO
------	----------



Aula 0	Padronização e harmonização contábil: convergência ao IFRS. Contabilidade gerencial: estrutura e finalidade das demonstrações contábeis.
Aula 1	Contabilidade de custos – parte I - terminologia
Aula 2	Contabilidade de custos – parte II
Aula 3	Contabilidade de custos – parte III - Relação custo/volume/lucro
Aula 4	Análise econômico-financeira: análise horizontal e vertical; análise através de indicadores – liquidez; atividade; endividamento; lucratividade.
Aula 5	Arrendamento mercantil.
Aula 6	Resumo e questões extras – Prof. Julio Cardozo

Atenção: o curso não contempla os seguintes tópicos: Finanças: Risco e retorno: risco de carteira; modelo CAPM. Orçamento de capital e fluxos de caixa: técnicas de análise de projetos: payback; payback descontado; VPL; TIR. Opções reais: método binomial; árvores de decisão. Custos e estrutura de capital: custo médio ponderado de capital (WACC); alavancagem. Avaliação de empresas: avaliação pelo fluxo de caixa descontado (modelos DCF e FCFE); avaliação por múltiplos (múltiplos de patrimônio líquido e múltiplo de valor). Mercado de capitais e derivativos (opções e futuros). Projetos estruturados (Project finance).

É isso, pessoal! Esperamos encontrar vocês nos próximos encontros.

André Curcio/Luciano Rosa/Julio Cardozo

Quaisquer dúvidas:



Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória
é o desejo de vencer. (Gandhi)



5 - PERGUNTAS FREQUENTES NO CURSO

1 – Professores, devo começar pelo PDF ou pelos vídeos?

Resposta: Faça o teste na aula 00 e veja o que melhor funciona para você. Muitas vezes é recomendável assistir aos vídeos primeiro, já que contêm as informações gerais do curso e depois ir para o PDF. Mas, para contabilidade, geralmente é interessante estudar pelas duas mídias.

2 – Professores, há necessidade de utilizar um livro para complementar?

Resposta: Não. O nosso curso é completo. Para isso disponibilizamos PDF + Vídeos + Fórum de dúvidas.

3 – Professores, há necessidade de imprimir os Pronunciamentos Contábeis - CPCs para leitura seca?

Resposta: Não. E nem é recomendável. As normas em geral são muito grandes e técnicas. O concurseiro dificilmente terá o *feeling* para entender aquilo que realmente será cobrado e quais os temas pelos quais a banca tem predileção. Portanto, tudo o que você precisa saber sobre os CPCs está no curso.

4 – Professores, em que parte termina a contabilidade geral e começa a avançada?

Resposta: Hoje, não há mais rigor nessa distinção. As bancas entendem que contabilidade geral já contém os chamados Pronunciamentos Contábeis (que seriam a parte de Contabilidade Avançada). Todavia, costumamos dizer que a Contabilidade Geral hoje contempla a parte inicial até a demonstração dos fluxos de caixa.

6 - 10 DICAS PARA QUE VOCÊ POSSA APRENDER CONTABILIDADE E EVOLUIR NA DISCIPLINA



Antes de começar a aula propriamente dita, vamos deixar aqui **10 dicas para que vocês possam melhorar/iniciar os estudos de contabilidade**. Leia com atenção!

Dica 1: Saiba o que cai na sua prova e qual a extensão.

A Contabilidade é uma ciência una. Para concursos, basicamente temos:

- Contabilidade Geral: cobra os conceitos iniciais até a parte de demonstrações contábeis (incluindo DFC e DVA). Pode cair CPCs aqui, mas apenas questões mais genéricas (e não textos minuciosos das normas).
- Custos: cai a parte relacionada ao tratamento dos custos de produção.
- Análise: a questão dá demonstrações contábeis e o candidato utiliza índices para responder as questões.



– Avançada: Pronunciamentos Contábeis do CPC (48 ao todo, há necessidade de ver quais os mais importantes para a sua prova)

– Pública: mais presente em concursos da área de controle e gestão governamental.

Parece óbvio, mas já vi muita gente estudando o que não deve e muita gente não estudando o que deve.

Dica 2: Tenha em mente que a disciplina por vezes é complexa (não há como negar isso) e a perfeita compreensão para concursos demanda tempo e paciência.

No começo do curso, muita gente se queixa que não entende o funcionamento das contas, das demonstrações. Acreditem, é perfeitamente normal. Estudar contabilidade exige amadurecimento, paciência e dedicação! Afinal, estabilidade e uma excelente remuneração mensal não poderiam ser tão fácil, não é?

Dica 3: Saiba que a contabilidade é uma ciência com convenções próprias.

Débito não significa necessariamente coisa ruim e crédito não significa coisa boa. Quando começar os estudos da contabilidade, saiba que essas palavras são utilizadas na disciplina com sentido contábil e não jurídico.

Dica 4: Leia a disciplina pela primeira vez por completo.

Possivelmente, irá aos trancos e barrancos, mas numa segunda ou terceira leitura (sim, será necessário), você terá um conhecimento muito melhor. Leia, tenha um entendimento completo. Depois, comece novamente. Por quê? A disciplina é demasiadamente interligada. Os assuntos são totalmente dependentes. Há coisas que você verá na aula 00 que só serão tratadas com profundidade na aula 03, por exemplo.

Dica 5: Conheça a banca que fará a sua prova. Cada uma das bancas tem um estilo peculiar de cobrança.

Hoje, podemos dizer seguramente que cada uma das principais bancas cobra a matéria de seu modo. Então, é imperativo conhecer os principais temas cobrados por cada uma e as peculiaridades.

Dica 6: Faça questões e simulados rotineiramente.

Assim como é importante treinar em outras matérias, na contabilidade não é diferente. Para ganhar tempo, agilidade e conhecimento, faça muitas e muitas questões.

Dica 7: Estude por um ou dois materiais, no máximo.

Evite estudar por uma quantidade muito grande de materiais. Escolha um professor que te agrade. Se você está lendo essa aula é por que tem a possibilidade de nos escolher! Saiba que será uma grande satisfação ser seu professor e fazer parte da sua preparação. Mas, mesmo que opte por escolher outro, fique com este professor como principal e talvez somente mais um para apoio.

Dica 8: Dedique pelo menos três dias na semana para estudar contabilidade.

Estudar em ciclos é uma ótima ferramenta. Dentro do ciclo, dedique pelo menos umas 5 ou 6 horas semanais para contabilidade.



Dica 9: Utilize o fórum de dúvidas (dos cursos) ou nosso grupo de estudo no Facebook para sanar suas dúvidas.

Dica 10: Tenha paciência e saiba que essa é uma etapa necessária na vida e, depois da aprovação, a vida melhora E MUITO!

7 - O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DA CONTABILIDADE BRASILEIRA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE.

7.1 – INTRODUÇÃO

O processo de globalização, ao facilitar o fluxo de recursos financeiros e estimular a criação de blocos regionais, criou a necessidade de padronização das demonstrações contábeis.

Atualmente, um fundo de investimento sediado no Brasil pode investir em empresas da Alemanha, dos EUA, da China, enfim, onde considerar que obterá melhor retorno.

Mas como comparar o desempenho de uma empresa Chinesa com uma dos EUA, e com outra sediada na Alemanha, ou em outros países?

Se cada empresa deve seguir as diretrizes contábeis do país em que atua, e se há diferenças significativas na forma de se preparar as demonstrações, o investidor perderá muito tempo ajustando as demonstrações, antes de comparar.

Um caso famoso na literatura é o da empresa alemã Daimler-Benz AG. Em 1993, durante o processo para incluir suas ações na bolsa de valores de Nova York, a empresa alemã teve que refazer seus demonstrativos, de acordo com a contabilidade americana. Com isso, o lucro apurado pelas regras contábeis da Alemanha, de cerca de US\$370 milhões, transformou-se num prejuízo de US\$ 1 bilhão, pelas regras contábeis americanas.

A Resolução CFC Nº 1.055/05, que criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, explica em detalhe a importância da convergência das normas internacionais de contabilidade:

Texto da Resolução CFC Nº 1.055/05

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que a crescente importância da internacionalização das normas contábeis vem levando inúmeros países a caminhar para um processo de convergência que tenha como consequência:

a) a redução de riscos nos investimentos internacionais (quer os sob a forma de empréstimo financeiro quer os sob a forma de participação societária), bem como os créditos de natureza comercial, redução de riscos essa derivada de um melhor entendimento das demonstrações contábeis elaboradas pelos diversos países por parte dos investidores, financiadores e fornecedores de crédito;



b) a maior facilidade de comunicação internacional no mundo dos negócios com o uso de uma linguagem contábil bem mais homogênea;

c) a redução do custo do capital que deriva dessa harmonização, o que no caso é de interesse, particularmente, vital para o Brasil;

CONSIDERANDO que a importância crescente da Contabilidade levou à tendência mundial de se contar, no processo de emissão de pronunciamentos contábeis, com a participação não só dos Contadores preparadores das informações dessa natureza e dos seus Auditores Independentes, mas também com a dos usuários dessas informações, como os profissionais de investimentos e órgãos reguladores, dos que fiscalizam esse processo e dos que pesquisam e estudam, academicamente, a Ciência Contábil;

CONSIDERANDO que a confiabilidade nas Demonstrações Contábeis por toda a sociedade interessada torna-se maior quando uma entidade for responsável pelo preparo e pela emissão e divulgação das regras que as regem;

CONSIDERANDO que a tendência da grande maioria dos países desenvolvidos e dos países de economia mais relevantes em desenvolvimento é a da adoção dessa entidade única com a participação de todos esses interessados na informação contábil, inclusive sendo esse o modelo adotado pelos órgãos internacionais de maior relevância no mundo de hoje, como o IASB – International Accounting Standards Board;

CONSIDERANDO que, no Brasil, diversas entidades representativas desses segmentos de preparadores de informações contábeis, seus auditores, profissionais de investimentos, usuários, fiscalizadores e pesquisadores já vêm trabalhando juntos nesse processo de maneira ainda não totalmente sistematizada e unificada, mas com a acumulação de experiência suficiente para formalizar agora a definitiva implantação de um comitê que as reúna e possa, de maneira central, elaborar pronunciamentos técnicos contábeis ;

CONSIDERANDO que algumas dessas entidades, de natureza regulatória governamental, vem demonstrando seu interesse em se beneficiar do processo de elaboração desses pronunciamentos, para posterior deliberação em suas áreas de competência, bem como vem incentivando a criação desse comitê aglutinador dos diversos interessados;

CONSIDERANDO o papel que o Conselho Federal de Contabilidade vem desempenhando nesse processo há muitos anos, sua experiência nesse campo e sua estrutura; e

CONSIDERANDO a confiança nele depositada por essas referidas entidades na criação e na manutenção de um comitê autônomo, democrático e independente e que deverá representar, de maneira mais ampla, os pensamentos e os interesses da coletividade em relação às normas contábeis;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO E DA COMPOSIÇÃO

Art. 1º Fica criado o **COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS– (CPC)**.

Art. 2º O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) será composto pelas seguintes entidades:

a- ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas;



- b- APIMEC NACIONAL – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais;
- c- BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo;
- d- CFC – Conselho Federal de Contabilidade;
- e- IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil;
- f- FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras.

Parágrafo único. Por aprovação de 3/4 (três quartos) das entidades representadas no Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), outras entidades ou instituições vinculadas a contadores, auditores, analistas de investimentos ou de Demonstrações Contábeis, relacionadas ao mercado financeiro, em geral, ou ao mercado de capitais, em particular, bem como representantes de universidades que possuam cursos de Contabilidade, reconhecidos como de alta qualidade ou institutos de pesquisas na área contábil vinculado a universidades que mantenham tais cursos, poderão vir a ser convidadas a integrar o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), assim como poderão ser excluídas do CPC, observada a manutenção de equilíbrio entre os setores nele representados.

8 - ESTRUTURA E ÓRGÃOS QUE EMITEM E INTERPRETAM AS NORMAS CONTÁBEIS NACIONAIS.

8.1 – CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS.

O principal órgão emissor das normas contábeis, atualmente, é o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O artigo 10^a, acrescentado à Lei 6.385/76 em 2005, estabelecia que:

Art. 10-A. A Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras poderão celebrar convênio com **entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade** e de auditoria, podendo, no exercício de suas atribuições regulamentares, adotar, no todo ou em parte, os pronunciamentos e demais orientações técnicas emitidas. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007). (g.n.)

Parágrafo único. A entidade referida no caput deste artigo deverá ser majoritariamente composta por contadores, dela fazendo parte, paritariamente, representantes de entidades representativas de sociedades submetidas ao regime de elaboração de demonstrações financeiras previstas nesta Lei, de sociedades que auditam e analisam as demonstrações financeiras, do órgão federal de fiscalização do exercício da profissão contábil e de universidade ou instituto de pesquisa com reconhecida atuação na área contábil e de mercado de capitais. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

A entidade mencionada acima é o CPC, criado pela Resolução Nº 1.055/05 do Conselho Federal de Contabilidade. Já vimos, na introdução, os motivos da criação do CPC.

Vejamos agora os seus objetivos:



DO OBJETIVO

Art. 3º O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Art. 4º É atribuição do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) estudar, pesquisar, discutir, elaborar e deliberar sobre o conteúdo e a redação de Pronunciamentos Técnicos.

§ 1º O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) poderá emitir Orientações e Interpretações, além dos Pronunciamentos Técnicos, sendo que todos poderão ser consubstanciados em Norma Brasileira de Contabilidade pelo CFC e em atos normativos pelos órgãos reguladores brasileiros, visando dirimir dúvidas quanto à implementação desses Pronunciamentos Técnicos.

§ 2º O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) dará ampla divulgação dos documentos que produzir, tanto na etapa de audiência quanto da emissão dos mesmos.

§ 3º A aprovação dos Pronunciamentos Técnicos, das Orientações e de suas Interpretações dar-se-á, em conformidade com o regulamento interno, mas sempre por, no mínimo, 2/3(dois terços) dos seus membros.

§ 4º Definir suas diretrizes de atuação, sempre em consonância com suas finalidades.

O CPC emite os pronunciamentos, os quais devem ser adotados por ato normativo pelos órgãos reguladores brasileiros. É importante ressaltar que os órgãos reguladores não podem alterar o pronunciamento do CPC. Ou aceita o pronunciamento tal como está, ou não aceita. A prerrogativa de alterações dos pronunciamentos é exclusiva do CPC.

Por exemplo, o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado foi aprovado pelos seguintes órgãos:

[CVM - Deliberação CVM nº 557/08;](#)

[CFC - NBC T 3.7 - Resolução CFC nº 1.138/08;](#)

[CFC - Resolução nº 1.162/09](#) (altera o item 3 da NBC T 3.7);

[SUSEP - Circular SUSEP nº 379/08 \(anexo I\);](#)

[ANEEL - Despacho nº 4.796/08](#) e [Ofício-Circular nº 2.775/08-SFF/ANEEL;](#)

[ANTT - Comunicado SUREG nº 1/09;](#)

[ANS - Instrução Normativa nº. 37/09.](#)



No site do CPC, consta o seguinte:

Conheça o CPC

ORIGEM

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi idealizado a partir da união de esforços e comunhão de objetivos das seguintes entidades:

- ABRASCA;
- APIMEC NACIONAL;
- BOVESPA;
- Conselho Federal de Contabilidade;
- FIECAFI; e
- IBRACON.

Em função das necessidades de:

- convergência internacional das normas contábeis (redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custo nas análises e decisões, redução de custo de capital);
- centralização na emissão de normas dessa natureza (no Brasil, diversas entidades o fazem);
- representação e processo democráticos na produção dessas informações (produtores da informação contábil, auditor, usuário, intermediário, academia, governo).

CRIAÇÃO E OBJETIVO

Criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC tem como objetivo *"o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais"*.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

- O CPC é totalmente autônomo das entidades representadas, deliberando por 2/3 de seus membros;
- O Conselho Federal de Contabilidade fornece a estrutura necessária;
- As seis entidades compõem o CPC, mas outras poderão vir a ser convidadas futuramente;
- Os membros do CPC, dois por entidade, na maioria Contadores, não auferem remuneração.

Além dos 12 membros atuais, serão sempre convidados a participar representantes dos seguintes órgãos:

- Banco Central do Brasil;
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- Secretaria da Receita Federal;
- Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Outras entidades ou especialistas poderão ser convidados. Poderão ser formadas Comissões e Grupos de Trabalho para temas específicos.

Produtos do CPC:

- Pronunciamentos Técnicos;



- Orientações; e
- Interpretações.

Os Pronunciamentos Técnicos serão obrigatoriamente submetidos a audiências públicas. As Orientações e Interpretações poderão, também, sofrer esse processo.

ESTRUTURA

Assembleia dos Presidentes das Entidades

- elegem os membros do CPC (representantes das seis entidades), com mandatos de quatro anos (exceto metade dos primeiros membros, com dois anos);
- podem, por 3/4 de seus membros, indicar outros membros do CPC;
- podem alterar o Regimento Interno do CPC.

Quatro Coordenadorias:

- de Operações;
- de Relações Institucionais;
- de Relações Internacionais;
- Técnica.

8.2 - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC

O CFC foi criado pelo decreto-lei 9295/46. Entre suas atribuições temos, principalmente, a de fiscalização do exercício do contabilista (art. 2º), assim entendido os técnicos em contabilidade e os contadores.

Sua sede é no Distrito Federal.

São atribuições do Conselho Federal de Contabilidade:

- organizar o seu Regimento Interno;
- aprovar os Regimentos Internos organizados pelos Conselhos Regionais, modificando o que se tornar necessário, a fim de manter a respectiva unidade de ação;
- tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las;
- decidir, em última instância, os recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais;
- publicar o relatório anual de seus trabalhos, em que deverá figurar a relação de todos os profissionais registrados.

O CFC é constituído de nove (9) membros brasileiros, com habilitação profissional legalmente adquirida, e obedecerá à seguinte composição: - um dos membros designado pelo Governo Federal e que será o presidente do Conselho; e - os demais serão escolhidos em Assembleia que se realizará no Distrito Federal, na qual tomará, parte uma representação de cada associação profissional ou sindicato de classe composta de três membros.

O Conselho Federal de Contabilidade é uma Autarquia Especial Corporativa, dotado de personalidade jurídica de direito público. O CFC é também integrado por um representante de cada estado e mais o distrito federal, no total de 27 conselheiros efetivos e igual número.



8.3 - SUSEP

A SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e capitalização, as entidades de previdência privada aberta e os corretores habilitados. Com a edição da Medida Provisória nº 1940-17, de 06.01.2000, o CNSP teve sua composição alterada.

Sua missão é "atuar na regulação, supervisão, fiscalização e incentivo das atividades de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, de forma ágil, eficiente, ética e transparente, protegendo os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade em geral."

Composição Atual do CNSP: MINISTRO DA FAZENDA – Presidente; SUPERINTENDENTE DA SUSEP - Presidente Substituto; Representante do Ministério da Justiça; Representante do Ministério da Previdência e Assistência Social; Representante do Banco Central do Brasil; Representante da Comissão de Valores Mobiliários;

Atribuições da SUSEP

- ✚ Fiscalizar a constituição, organização, funcionamento e operação das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradores, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP;
- ✚ Atuar no sentido de proteger a captação de poupança popular que se efetua através das operações de seguro, previdência privada aberta, de capitalização e resseguro;
- ✚ Zelar pela defesa dos interesses dos consumidores dos mercados supervisionados;
- ✚ Promover o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos operacionais a eles vinculados, com vistas à maior eficiência do Sistema Nacional de Seguros Privados e do Sistema Nacional de Capitalização;
- ✚ Promover a estabilidade dos mercados sob sua jurisdição, assegurando sua expansão e o funcionamento das entidades que neles operem;
- ✚ Zelar pela liquidez e solvência das sociedades que integram o mercado;
- ✚ Disciplinar e acompanhar os investimentos daquelas entidades, em especial os efetuados em bens garantidores de provisões técnicas;
- ✚ Cumprir e fazer cumprir as deliberações do CNSP e exercer as atividades que por este forem delegadas;
- ✚ Prover os serviços de Secretaria Executiva do CNSP.



8.4 - BANCO CENTRAL

O Banco Central do Brasil (BC ou BACEN) é autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional, sendo vinculado ao Ministério da Fazenda do Brasil. Assim como os outros bancos centrais do mundo, o brasileiro é a autoridade monetária principal do país, tendo recebido esta competência de três instituições diferentes: a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), o Banco do Brasil (BB) e o Tesouro Nacional.

O Banco Central foi criado em 31 de dezembro de 1964, com a promulgação da Lei nº 4.595.

É de competência exclusiva do Banco Central do Brasil:

- + Emitir papel moeda e moeda metálica
- + Executar serviços de meio circulante
- + Receber os recolhimentos compulsórios dos bancos comerciais
- + Realizar operações de redesconto e empréstimos de assistência à liquidez às instituições financeiras
- + Regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis
- + Autorizar, normatizar, fiscalizar e intervir nas instituições financeiras
- + Controlar o fluxo de capitais estrangeiros, garantindo o correto funcionamento do mercado cambial

8.5 – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM

A CVM foi criada em 1976, através da Lei 6385/76. É uma autarquia, vinculada ao Ministério da Fazenda, e tem poderes para disciplinar, normatizar e fiscalizar a atuação dos diversos agentes integrantes do mercado. Seu poder normatizador abrange todas as matérias referentes ao mercado de valores mobiliários, que incluem:

- + Registro de companhias abertas;
- + Registro de distribuição de valores mobiliários;
- + Credenciamento de auditores independentes e administradores de carteiras de valores mobiliários;
- + Organização, funcionamento e operação das bolsas de valores;
- + Organização e intermediação no mercado de valores mobiliários;
- + Administração de carteiras e custódia de valores mobiliários;
- + Suspensão ou cancelamento de registros, credenciamentos ou autorizações;
- + Suspensão de emissão, distribuição ou negociação de determinado valor mobiliário ou decretação de recesso de bolsa de valores.

A CVM emite instruções e normatiza padrões de contabilidade que devem ser seguidos pelas empresas que atuam na bolsa de valores. A CVM deve disponibilizar informações das empresas aos investidores. Essas informações, que são fornecidas periodicamente por todas as companhias abertas, incluem as demonstrações contábeis e os fatos relevantes, que são aqueles que possam influenciar na decisão do investidor sobre a negociação com ações emitidas pela empresa.



De acordo com a lei que a criou, a Comissão de Valores Mobiliários exercerá suas funções, a fim de:

Assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão;
Proteger os titulares de valores mobiliários contra emissões irregulares e atos ilegais de administradores e acionistas controladores de companhias ou de administradores de carteira de valores mobiliários;
Evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários negociados no mercado;
Assegurar o acesso do público a informações sobre valores mobiliários negociados e as companhias que os tenham emitido;
Assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários;
Estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários;
Promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social das companhias abertas.

9 - ESTRUTURA E ÓRGÃOS QUE EMITEM E INTERPRETAM AS NORMAS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS.

9.1 – INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE (IASC)

O IASC – Comitê de Padrões de Contabilidade Internacional – foi constituído no ano de 1973, através de um acordo entre os organismos profissionais de Contabilidade da Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Países Baixos, Reino Unido, Irlanda e Estados Unidos. Seus membros são, no presente, todos os organismos profissionais que são membros do IFAC (International Federation of Accountants) o que compreendia, em janeiro de 1998, 122 membros de 91 países. Além disso, muitos países que não são membros do IASC fazem uso de seus padrões contábeis.

Os objetivos do IASC são:

- 1) desenvolver, n interesse público, um conjunto único de normas contábeis globais de alta qualidade, que exigem informações transparentes e comparáveis nas demonstrações financeiras, para auxiliar os participantes nos mercados de capitais e outros usuários na tomada de decisões econômicas;
- 2) Promover o uso e a aplicação dessas normas;
- 3) Promover a convergência entre as normas contábeis locais e as normas internacionais de contabilidade.

O IASC é gerenciado por 19 trustees (curadores). Esses, por sua vez, apontam os membros do Conselho de Padrões de Contabilidade Internacional (IASB), co Comitê Permanente de Interpretações (SIC) e do Conselho Consultivo de Padrões. Os trutees estão espelhados por quase



todo o mundo. A principal qualificação técnica exigida para a filiação como um membro do EASB é a sua especialização técnica.

Em março de 2002, foi modificada a ênfase de uma mera “harmonização” para uma real “convergência” entre os vários padrões de contabilidade nacional e os padrões de contabilidade internacional, que passaram a ser denominados de padrões de relatórios financeiros internacionais – Internacional Financial Reporting Standard (IRFS).

Há outros órgãos internacionais que emitem e interpretam as normas contábeis, mas, para o nosso tema, o IASC é o principal.

10 - AS MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA E A CONVERGÊNCIA AO IFRS NO BRASIL E NO MUNDO.

A partir de 2005, tornou-se obrigatória, para todos os países da Comunidade Europeia, a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, para todas as companhias abertas.

Atualmente, além da Comunidade Europeia, muitos outros países já se comprometeram a usar os pronunciamentos do IASB.

Quanto aos EUA, há um acordo de intenção, para a harmonização entre o US-GAAP (princípios contábeis geralmente aceitos) e o IASB.

No Brasil, a Lei 6404/76 representou um importante avanço na contabilidade, incorporando conceitos contábeis mais avançados.

A partir de 1990, a CVM passou a emitir um grande conjunto de normas já convergentes às do IASB, dentro de certos limites, o que incorporou à contabilidade brasileira diversas práticas e conceitos dos pronunciamentos do IASB.

Podemos citar os seguintes:

- **Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros**

Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006 - Pronunciamento do IBRACON NPC Nº 12

- **Eventos Subseqüentes à Data do Balanço Patrimonial**

Deliberação CVM nº 505, de 19 de junho de 2006 - Pronunciamento do IBRACON NPC Nº 10

- **Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas**

Deliberação CVM nº 489, de 03 de outubro de 2005 - Pronunciamento do IBRACON NPC Nº 22

- **Demonstrações Contábeis - Apresentação e Divulgações**

Deliberação CVM nº 488, de 03 de outubro de 2005 - Pronunciamento do IBRACON NPC Nº 27

Cabe ressaltar, ainda, a Instrução CVM Nº 457, de 13 de Julho de 2007, que tornou obrigatória a elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil



internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB, a partir do exercício findo em 2010:

INSTRUÇÃO CVM Nº 457, DE 13 DE JULHO DE 2007.

Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB.

O **PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM** torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 11 de julho de 2007, com fundamento no disposto no parágrafo único do artigo 249 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nos incisos I, II e IV do § 1º único do artigo 22 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e

CONSIDERANDO:

- a) a importância e a necessidade de que as práticas contábeis brasileiras sejam convergentes com as práticas contábeis internacionais, seja em função do aumento da transparência e da confiabilidade nas nossas informações financeiras, seja por possibilitar, a um custo mais baixo, o acesso das empresas nacionais às fontes de financiamento externas;
- b) que a CVM vem, desde a década passada, desenvolvendo esforços para possibilitar essa convergência, seja mediante o aperfeiçoamento de suas normas, seja pela apresentação ao Executivo de anteprojeto de lei, hoje transformado no PL nº 3.741/2000; (nota: publicado como a Lei 11.638/07)
- c) que os mercados e os reguladores de outros países e blocos internacionais, empenhados nesse processo, estão buscando, cada vez mais, desenvolver mecanismos restringindo o acesso daqueles países que ainda não adotaram ou se comprometeram com a adoção das normas contábeis internacionais; e
- d) que é essencial encontrarmos alternativas para acelerar esse processo de convergência, sem impor, no entanto, custos extraordinários sem um retorno adequado, e estabelecendo um prazo razoável para as companhias abertas se prepararem.

RESOLVEU:

Art. 1º As companhias abertas deverão, a partir do exercício findo em 2010, apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Parágrafo único. O disposto no **caput** deste artigo aplica-se, ainda, às demonstrações consolidadas do exercício anterior apresentadas para fins comparativos.

Art. 2º Fica facultada às companhias abertas, até o exercício social de 2009, a apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas com a adoção do padrão contábil internacional, emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, em substituição ao padrão contábil brasileiro.

§ 1º Em nota explicativa às demonstrações financeiras consolidadas, e sem prejuízo do disposto no art. 31 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, devem ser divulgados,



na forma de reconciliação, os efeitos dos eventos que ocasionaram diferença entre os montantes do patrimônio líquido e do lucro líquido ou prejuízo da controladora, em confronto com os correspondentes montantes do patrimônio líquido e do lucro líquido ou prejuízo consolidados, em virtude da adoção do disposto neste artigo.

§ 2º Fica dispensada, no primeiro exercício de adoção antecipada desta Instrução, a apresentação, para fins de comparação, das demonstrações consolidadas do exercício anterior elaboradas no padrão contábil brasileiro.

Art. 3º As companhias abertas e suas controladas incluídas na consolidação deverão utilizar, no balanço de abertura do 1º exercício da adoção desta Instrução, as informações contidas nas suas demonstrações financeiras auditadas, que tenham sido divulgadas para fins de registro no mercado internacional ou para fins de atendimento às regras do Novo Mercado da Bovespa, e que tenham atendido às Normas do IASB desde sua primeira divulgação.

Art. 4º Os auditores independentes deverão emitir opinião sobre a adequação das demonstrações financeiras consolidadas às normas internacionais de contabilidade, bem como sobre a suficiência e adequação da nota explicativa referida no parágrafo único do art. 2º.

Art. 5º Esta Instrução entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Original assinado por
MARCELO FERNANDEZ TRINDADE
Presidente

Com a criação do CPC – Comitê de Pronunciamento Contábeis, houve a edição, por esse órgão, de inúmeros pronunciamentos, todos plenamente convergentes aos pronunciamentos do IASB.

Para finalizar, citamos a edição das Lei 11638/07 e 11491/09 (a última resultante da transformação da MP 449/08 em lei), que alteraram alguns aspectos da Lei 6.404/76 (Lei das S.A.s).



11 - CPC 00: ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE

11.1 - PRINCIPAIS ALTERAÇÕES [E QUE CAEM EM PROVA] DA ÚLTIMA REVISÃO DO CPC 00 (REVISÃO 1):

Haverá novas mudanças neste pronunciamento (o prefácio da norma diz isso). A versão anterior era de 1989. Esperemos que a próxima versão também dure bastante tempo, assim fica mais fácil para aprendê-la.

No Capítulo 1, o CPC chama a atenção para os seguintes tópicos que estão salientados nas Bases para Conclusões emitidas pelos IASB e FASB para justificarem as modificações e emitirem esta nova versão da Estrutura Conceitual:

- (a) posicionamento mais claro de que **as informações contidas nos relatórios contábil-financeiros se destinam primariamente aos seguintes usuários externos**: investidores, financiadores e outros credores, **sem hierarquia de prioridade**;
- (b) não foram aceitas as sugestões enviadas durante a audiência pública, feita por aqueles órgãos, no sentido de que caberia, na Estrutura Conceitual, com o objetivo da denominada 'manutenção da estabilidade econômica', a possibilidade de postergação de informações sobre certas alterações nos ativos ou nos passivos. Pelo contrário, ficou firmada a posição de que prover prontamente informação fidedigna e relevante pode melhorar a confiança do usuário e assim contribuir para a promoção da estabilidade econômica.

No Capítulo 3, as principais mudanças também salientadas nas Bases para Conclusões foram as seguintes:

Divisão das características qualitativas da informação contábil-financeira em:

- (a) **características qualitativas fundamentais** (fundamental qualitative characteristics – **relevância e representação fidedigna**), as mais críticas; e
- (b) **características qualitativas de melhoria** (enhancing qualitative characteristics – **comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade**), menos críticas, mas ainda assim altamente desejáveis.

A **característica qualitativa confiabilidade** foi **redenominada de representação fidedigna**; as justificativas constam das Bases para Conclusões.

A característica **essência sobre a forma** foi formalmente retirada da condição de componente separado da representação fidedigna, **por ser considerado isso uma redundância**. A representação pela forma legal que difira da substância econômica não pode resultar em representação fidedigna, conforme citam as Bases para Conclusões. Assim, **essência sobre a forma continua, na realidade, bandeira insubstituível nas normas do IASB**.

A característica prudência (conservadorismo) foi também retirada da condição de aspecto da representação fidedigna por ser inconsistente com a neutralidade (Importante! Anotem!).



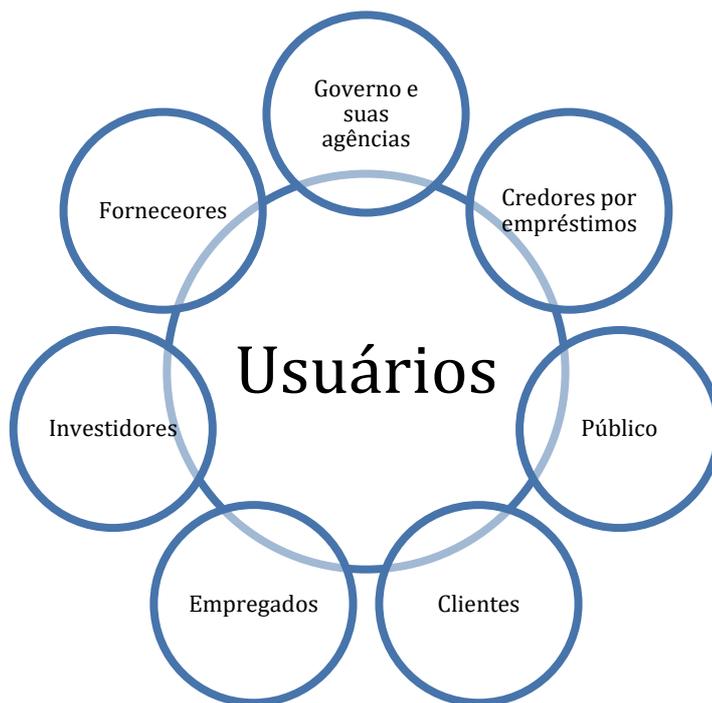
Subavaliações de ativos e superavaliações de passivos, segundo os Boards mencionam nas Bases para Conclusões, com consequentes registros de desempenhos posteriores inflados, são incompatíveis com a informação que pretende ser neutra.

Vamos resumir e explicar:

a) As informações contidas nos relatórios contábil-financeiros se destinam primariamente aos seguintes usuários externos: investidores, financiadores e outros credores, sem hierarquia de prioridade;

A **principal função da contabilidade é a de fornecer informações úteis para a tomada de decisão**. Podemos dividir os usuários em dois grandes grupos: **usuários externos e usuários internos**.

Entre os usuários externos das demonstrações contábeis incluem-se investidores atuais e potenciais, empregados, financiadores e outros credores por empréstimos, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, governos e suas agências e o público. Eles usam as demonstrações contábeis para satisfazer algumas das suas diversas necessidades de informações.



As demonstrações contábeis destinadas aos usuários externos precisam ter credibilidade. Se uma empresa começa a apresentar resultados ruins, que deterioram a sua situação patrimonial e financeira, o que a impede de “melhorar” os números das demonstrações?



Afinal, uma empresa em dificuldades não tem crédito na praça. Os fornecedores exigem pagamento à vista (às vezes até antecipado), os bancos não emprestam, e a empresa pode acabar falindo.

Para conferir credibilidade aos demonstrativos, as empresas devem seguir os diretrizes contábeis, há regras estritas sobre o que deve ser contabilizado, como realizar o reconhecimento da receita, enfim, todo o arcabouço que compõe a contabilidade e que irão resultar nos demonstrativos contábeis-financeiros.

Além disso, para as grandes empresas e as sociedades por ações, há o parecer dos auditores independentes, atestando que as demonstrações representam adequadamente a situação da empresa.

Para os usuários internos (administração da empresa), a situação muda totalmente. Não há necessidade de credibilidade. **Como a administração controla a elaboração das informações, não iria “enganar a si mesma”, com informações falsas.**

Isto **não significa que a Administração não use as demonstrações contábeis.** Mas **as demonstrações são feitas principalmente para atender aos usuários externos.**

(b) não foram aceitas as sugestões enviadas durante a audiência pública, feita por aqueles órgãos, no sentido de que caberia, na Estrutura Conceitual, com o objetivo da denominada ‘manutenção da estabilidade econômica’, a possibilidade de postergação de informações sobre certas alterações nos ativos ou nos passivos. Pelo contrário, ficou firmada a posição de que prover prontamente informação fidedigna e relevante pode melhorar a confiança do usuário e assim contribuir para a promoção da estabilidade econômica.

Aparentemente, houve aqui uma tentativa de “manipular” a informação contábil, com a finalidade de “manter a estabilidade econômica”. Esta situação pode ser exemplificada da seguinte forma: suponha que um auditor do Banco Central descubra que um grande banco está manipulando seus demonstrativos contábeis e encontra-se em estado falimentar. A divulgação dessa informação poderia levar a uma corrida aos bancos, causando um “efeito-dominó”, com a quebra de várias instituições bancárias. Pois é sabido que, se todos os correntistas de um banco solicitarem seu dinheiro ao mesmo tempo, o banco provavelmente não terá como atender.

Então, a proposta indecente: postergar a informação contábil, para manter a “estabilidade econômica”. Naturalmente, algumas pessoas saberão do fato antes da divulgação. E poderão tirar o seu dinheiro tranquilamente do banco ameaçado, vender as suas ações deste banco (se for o caso), enfim, terão oportunidades de ganho ou de evitar perdas com eventual falência. Além de representar uma manipulação inaceitável.

Felizmente, tal proposta foi rechaçada, sob o argumento que “prover prontamente informação fidedigna e relevante pode melhorar a confiança do usuário e assim contribuir para a promoção da estabilidade econômica”.



No Capítulo 3, as principais mudanças também salientadas nas Bases para Conclusões foram as seguintes:

Divisão das características qualitativas da informação contábil-financeira em:

- (a) **características qualitativas fundamentais** (fundamental qualitative characteristics – **relevância e representação fidedigna**), as mais críticas; e
- (b) **características qualitativas de melhoria** (enhancing qualitative characteristics – **comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade**), menos críticas, mas ainda assim altamente desejáveis.

As características qualitativas foram divididas em dois grupos:

1) Características qualitativas fundamentais

1.1 - Relevância

1.2 - Representação fidedigna

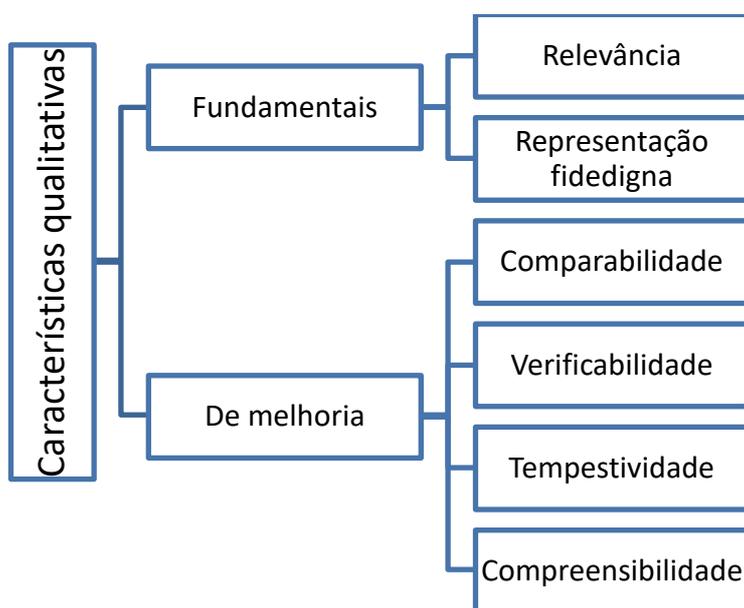
2) Características qualitativas de melhoria

2.1 - Comparabilidade

2.2 - Verificabilidade

2.3 - Tempestividade

2.4 – Compreensibilidade





(CESPE/Perito Criminal Federal/2013) Julgue o item seguinte, de acordo com os princípios de contabilidade e as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Relevância e comparabilidade são características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira útil, pois tornam a informação capaz de fazer a diferença nas decisões tomadas pelos usuários.

Comentários:

Vê-se, claramente, que o item está incorreto, já que a comparabilidade é uma característica qualitativa de melhoria.

Gabarito → Errado.

(CESPE/Consultor Legislativo/Câmara dos Deputados/2014) São características qualitativas da informação contábil financeira as fundamentais, que compreendem a relevância e a representação fidedigna, e as de melhoria, que abrangem a comparabilidade, a verificabilidade, a compreensibilidade e a tempestividade.

Comentários:

O item está correto. É exatamente o que estamos falando aqui!

Gabarito → Correto.



12 - INTRODUÇÃO

O primeiro aspecto importante que devemos compreender é que as **demonstrações contábeis são preparadas para usuários externos em geral**. Embora alguns órgãos do governo, fiscos, entre outros, determinem o cumprimento de certas exigências, isso não tem o condão de retirar o público a quem se dirige as demonstrações contábeis preparadas sob a égide da Estrutura Conceitual Básica: **usuários externos em geral**.

Como já dissemos, as demonstrações contábeis também são úteis aos usuários internos. Todavia, elas se destinam aos usuários externos.



(CESPE/Contador/DPU/2016) O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras úteis acerca da entidade para a tomada de decisão por parte de usuários internos, como os gerentes de produção, e de usuários externos, como os acionistas.

Gabarito → Errado.

Segundo a introdução do Pronunciamento:

Demonstrações contábeis preparadas dentro do que prescreve esta Estrutura Conceitual **objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral**, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

Esses usuários se utilizarão das demonstrações para diversos fins, tais como decidir quando comprar e vender ações, avaliar a segurança quanto à recuperação de recursos financeiros emprestados à entidade, entre outros.



13 - FINALIDADE E STATUS

A Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos.

A finalidade desta Estrutura Conceitual é:

- (a) dar suporte ao desenvolvimento de novos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações e à revisão dos já existentes, quando necessário;
- (b) dar suporte à promoção da harmonização das regulações, das normas contábeis e dos procedimentos relacionados à apresentação das demonstrações contábeis, provendo uma base para a redução do número de tratamentos contábeis alternativos permitidos pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações;
- (c) dar suporte aos órgãos reguladores nacionais;
- (d) auxiliar os responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis na aplicação dos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações e no tratamento de assuntos que ainda não tenham sido objeto desses documentos;
- (e) auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações;
- (f) auxiliar os usuários das demonstrações contábeis na interpretação de informações nelas contidas, elaboradas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações; e
- (g) proporcionar aos interessados informações sobre o enfoque adotado na formulação dos Pronunciamentos Técnicos, das Interpretações e das Orientações.

Esta Estrutura Conceitual não é um Pronunciamento Técnico propriamente dito e, portanto, não define normas ou procedimentos para qualquer questão particular sobre aspectos de mensuração ou divulgação. Nada nesta Estrutura Conceitual substitui qualquer Pronunciamento Técnico, Interpretação ou Orientação.

Pode haver um número limitado de casos em que seja observado um conflito entre esta Estrutura Conceitual e um Pronunciamento Técnico, uma Interpretação ou uma Orientação. Nesses casos, as exigências do Pronunciamento Técnico, da Interpretação ou da Orientação específicos devem prevalecer sobre esta Estrutura Conceitual.

Entretanto, à medida que futuros Pronunciamentos Técnicos, Interpretações ou Orientações sejam desenvolvidos ou revisados tendo como norte esta Estrutura Conceitual, o número de casos de conflito entre esta Estrutura Conceitual e eles tende a diminuir.

A importância da Estrutura Conceitual fica clara quando analisamos a sua finalidade.





Mas devemos ressaltar que a Estrutura Conceitual não é e não substitui um Pronunciamento. Assim, não define normas ou procedimentos para qualquer questão particular. Se houver divergência entre a Estrutura Conceitual e um Pronunciamento Técnico, uma Interpretação ou uma Orientação, estes devem prevalecer sobre a Estrutura Conceitual.

Vamos praticar?



(AOCP/Analista/TRE/AC/2015) O CPC 00 é um Pronunciamento Técnico propriamente dito e, portanto, define normas e procedimentos sobre aspectos relacionados à mensuração ou divulgação dos elementos patrimoniais.

Comentários:

O item está incorreto. O CPC 00 não é um Pronunciamento Técnico propriamente dito.

Gabarito → Errado.

(AOCP/Analista/TRE/AC/2015) É um Pronunciamento Técnico que estabelece critérios para elaboração e apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários internos e externos da informação contábil.

Comentários:

O item está incorreto. O CPC 00 visa a atender precipuamente usuários externos.

Gabarito → Errado.

(AOCP/Analista/TRE/AC/2015) Quando for observado um conflito entre essa Estrutura Conceitual e um Pronunciamento Técnico, uma interpretação ou uma orientação, as exigências da Estrutura Conceitual devem prevalecer.

Comentários:

O item está incorreto. Se houver divergência, prevalece o CPC específico em detrimento da Estrutura Conceitual.

Gabarito → Errado.



14 - DIVISÃO DO CPC 00

Esta Estrutura Conceitual aborda:

- (a) o objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro;
- (b) as características qualitativas da informação contábil-financeira útil;
- (c) a definição, o reconhecimento e a mensuração dos elementos a partir dos quais as demonstrações contábeis são elaboradas; e
- (d) os conceitos de capital e de manutenção de capital.

O CPC 00 divide-se em quatro capítulos:

- **Capítulo 1:** O objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro.
- **Capítulo 2:** (Ainda não publicado) refere-se à entidade que reporta as informações (a empresa que está publicando as demonstrações).
- **Capítulo 3:** O Capítulo 3 trata das características qualitativas da informação contábil.
- **Capítulo 4:** Contém o texto remanescente da antiga Estrutura Conceitual, incluindo os conceitos de capital e manutenção de capital.

15 - CAPÍTULO 1 - OBJETIVO DO RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO DE PROPÓSITO GERAL

OB1. O objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral constitui o pilar da Estrutura Conceitual. Outros aspectos da Estrutura Conceitual – como o conceito de entidade que reporta a informação, as características qualitativas da informação contábil-financeira útil e suas restrições, os elementos das demonstrações contábeis, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a evidenciação – fluem logicamente desse objetivo.

Objetivo, utilidade e limitações do relatório contábil-financeiro de propósito geral

OB2. O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (reporting entity) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. Essas decisões envolvem comprar, vender ou manter participações em instrumentos patrimoniais e em instrumentos de dívida, e a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito.





Demonstrações contábeis = Relatório contábil-financeiro de propósito geral.

Seu objetivo é fornecer informação contábil-financeira que sejam úteis aos seus usuários.

O Pronunciamento enfatiza que as informações **se destinam principalmente ao público externo, com foco nos investidores, credores por empréstimos e a outros credores**, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. Ou seja, destinam-se principalmente aos financiadores da entidade, sejam os acionistas ou os credores.

A elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral constituem o pilar da Estrutura Conceitual. O restante do Pronunciamento (conceito de entidade que reporta a informação, as características qualitativas da informação contábil-financeira útil e suas restrições, os elementos das demonstrações contábeis, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a evidenciação) decorre desse objetivo.

As decisões dos investidores existentes e em potencial, relacionadas a comprar, vender ou manter instrumentos patrimoniais (ações) e instrumentos de dívida (por exemplo, debêntures) dependem do retorno esperado dos investimentos (dividendos, pagamento de principal e juros ou acréscimos nos preços de mercado).

É bem tranquilo de entender. Se eu vou comprar ação de uma empresa, eu quero saber qual o retorno histórico essa empresa vem dando, quanto terei de lucro para os próximos anos, quais as expectativas terei para essas ações. As mesmas considerações valem se eu irei emprestar dinheiro para a entidade.

Similarmente, decisões a serem tomadas por credores por empréstimos e por outros credores, existentes ou em potencial, relacionadas a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito, dependem dos pagamentos de principal e de juros ou de outros retornos que eles esperam

As expectativas de investidores, credores por empréstimos e outros credores em termos de retorno dependem da avaliação destes ao **montante, à tempestividade e às incertezas associadas aos fluxos de caixa futuros de entrada para a entidade**.

Conseqüentemente, investidores existentes e em potencial, credores por empréstimo e outros credores necessitam de informação para auxiliá-los na avaliação das perspectivas em termos de entrada de fluxos de caixa futuros para a entidade.

O fluxo de caixa futuro é quem dirá a capacidade de pagamento futuro da empresa, seja relativo a ações, seja relativo a um empréstimo feito por um investidor à entidade (debênture, por exemplo).

Em síntese, você só investirá o seu dinheiro em qualquer sociedade, se houver “garantias” de valorização, de pagamento de dividendos, juros, uma segurança mínima sobre a gestão da



sociedade, entre outros fatores. Essa segurança apenas é atingida se as demonstrações contábeis refletirem piamente o que ocorre na empresa.

OB4. Para avaliar as perspectivas da entidade em termos de entrada de fluxos de caixa futuros, investidores existentes e em potencial, credores por empréstimo e outros credores necessitam de informação acerca de **recursos da entidade, reivindicações contra a entidade, e o quão eficiente e efetivamente a administração da entidade e seu conselho de administração têm cumprido com suas responsabilidades no uso dos recursos da entidade.** Exemplos de referidas responsabilidades incluem a proteção de recursos da entidade de efeitos desfavoráveis advindos de fatos econômicos, como, por exemplo, mudanças de preço e de tecnologia, e a garantia de que a entidade tem cumprido as leis, com a regulação e com as disposições contratuais vigentes.

Para avaliar as perspectivas da empresa com relação ao fluxo de caixa futuro, os usuários externos precisam de informações sobre os recursos da empresa (ativo), reivindicações contra a entidade (valores que ela deve), e a eficiência e efetividade da administração.

As reivindicações contra a entidade incluem os passivos existentes e potenciais, como os passivos contingentes (ações judiciais contra a empresa, por exemplo).

Ora, **muitos usuários externos não podem requerer que as empresas prestem a eles diretamente as informações de que necessitam, devendo desse modo confiar nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral, para grande parte da informação contábil-financeira que buscam.** Consequentemente, eles são os **usuários primários** para quem relatórios contábil-financeiros de propósito geral são direcionados.



Usuários Primários

- Investidores e Credores

Entretanto, **relatórios contábil-financeiros de propósito geral não atendem e não podem atender a todas as informações de que necessitam os usuários,** que precisam considerar informação pertinente de outras fontes, como, por exemplo, condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, e perspectivas e panorama para a indústria e para a entidade. Portanto, **atente-se!** As demonstrações contábeis não possuem todas as informações de que um investidor necessita.

Vamos praticar?





(FGV/Analista/ALE RO/2018) O Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro determina quais são os usuários primários, para quem os relatórios contábil financeiros de propósito geral são direcionados.

Entre os usuários primários estão

- a) o governo e as agências reguladoras.
- b) os investidores e os credores por empréstimo.
- c) os diretores e os administradores.
- d) os clientes e os fornecedores.
- e) os empregados e os consumidores.

Comentários:

Entre os usuários primários estão os investidores e os credores por empréstimos, como já citamos acima na aula.

Gabarito → B.

Mais uma...

(CESPE/Contador/DPU/2016) Os relatórios contábil-financeiros de propósitos gerais não são os instrumentos que atendem a todas as informações de que os usuários externos — investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e em potencial — necessitam.

Comentários:

Como dissemos, o item está correto. Nem todas as informações de que os usuários necessitam estão contidas nas demonstrações contábeis.

Gabarito → Correto.

Continuando nossa aula...

OB7. Relatórios contábil-financeiros de propósito geral não são elaborados para se chegar ao valor da entidade que reporta a informação; a rigor, fornecem informação para auxiliar investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, a estimarem o valor da entidade que reporta a informação.

As informações contábil-financeiras auxiliam os usuários a estimar, mas **não são elaborados para mostrar o valor econômico da entidade.**



Expliquemos.

As demonstrações podem evidenciar os ativos e passivos (recursos e reivindicações) da entidade. Mas o **valor econômico refere-se principalmente às expectativas quanto ao resultado futuro** (lucro e fluxo de caixa) do que quanto à situação atual.

Por exemplo, um investidor pode estar avaliando duas lanchonetes que possuem o mesmo valor de ativos e passivos. Mas uma delas pode estar ao lado de uma grande faculdade, e a outra não. Nesse caso, ainda que os ativos e passivos sejam semelhantes, o valor econômico (em função do resultado futuro) é diferente.

Assim, cada investidor e/ou credor, usando as informações contábil-financeiras, deve avaliar, de acordo com suas expectativas, o valor da entidade.

Os usuários externos têm diferentes desejos e necessidades de informações. As normas sobre a elaboração das demonstrações contábil-financeiras procuram proporcionar um conjunto de informações que atenda às necessidades do número máximo de usuários primários. Isto não impede que a empresa preste informações adicionais que sejam úteis a um subconjunto particular de usuários primários.



A administração está também interessada em informação contábil-financeira sobre a entidade. Contudo, a administração não precisa apoiar-se em relatórios contábil-financeiros de propósito geral, uma vez que é capaz de obter a informação contábil-financeira de que precisa internamente.

É por isso que existe um outro ramo importante da contabilidade, que é a chamada **contabilidade gerencial**. A contabilidade gerencial ajuda a administração na tomada de decisões.

Outras partes interessadas, como, por exemplo, órgãos reguladores e membros do público que não sejam investidores, credores por empréstimo e outros credores, podem do mesmo modo achar úteis relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Contudo, esses relatórios não são direcionados primariamente a esses outros grupos.

Os relatórios contábil-financeiros são baseados em estimativas, julgamentos e modelos e não em descrições ou retratos exatos. A Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que devem amparar tais estimativas, julgamentos e modelos.

Continuando nossa aula...

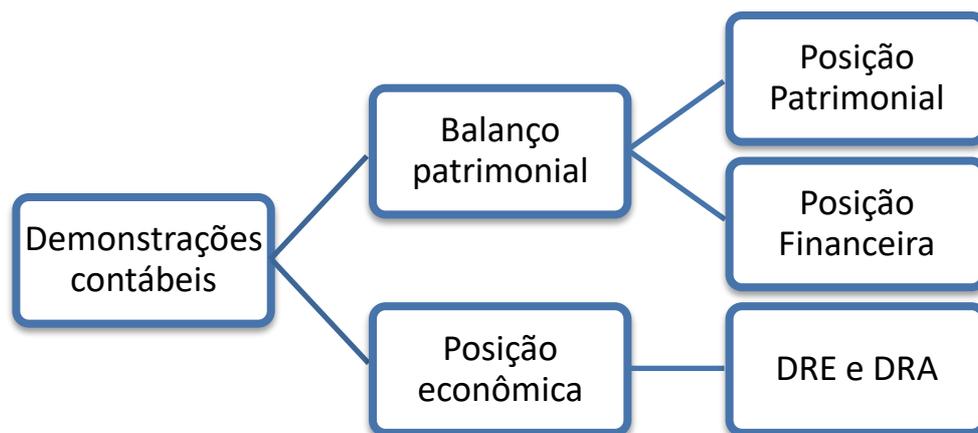


Informação acerca dos recursos econômicos da entidade que reporta a informação, reivindicações e mudanças nos recursos e reivindicações

OB12. Relatórios contábil-financeiros de propósito geral fornecem informação acerca da **posição patrimonial e financeira** da entidade que reporta a informação, a qual representa informação sobre os recursos econômicos da entidade e reivindicações contra a entidade que reporta a informação.

Relatórios contábil-financeiros também fornecem informação sobre os **efeitos de transações e outros eventos que alteram os recursos econômicos** da entidade que reporta a informação e reivindicações contra ela. Ambos os tipos de informação fornecem dados de entrada úteis para decisões ligadas ao fornecimento de recursos para a entidade.

O Pronunciamento destaca as duas principais informações obtidas das demonstrações contábil-financeiras: a **posição patrimonial e financeira** (obtida principalmente pelo Balanço Patrimonial) e o **efeito de transações e outros eventos que alteram os recursos econômicos** (demonstração do resultado do exercício e demonstração do resultado abrangente).



As informações do Balanço Patrimonial, ou seja, os recursos econômicos (ativos) e reivindicações (passivo) podem auxiliar os usuários a identificar a fraqueza e o vigor financeiro da empresa, inclusive para avaliar sua liquidez e solvência e suas necessidades em termos de financiamento.

Já as informações sobre as mudanças nos recursos econômicos e reivindicações (Resultado do Exercício e Resultado Abrangente) ajudam a avaliar a performance da empresa, mostrando como a administração tem sido no desempenho de suas responsabilidades. São úteis também para a predição de retornos futuros da entidade sobre os seus recursos econômicos (função preditiva).



16 - PERFORMANCE FINANCEIRA REFLETIDA PELO REGIME DE COMPETÊNCIA (ACCRUALS)

Texto do Pronunciamento Conceitual Básico

OB17. O regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos. Isso é importante em função de a informação sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação, e sobre as mudanças nesses recursos econômicos e reivindicações ao longo de um período, fornecer melhor base de avaliação da performance passada e futura da entidade do que a informação puramente baseada em recebimentos e pagamentos em caixa ao longo desse mesmo período.

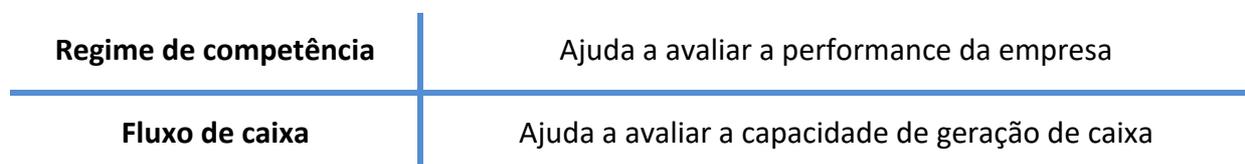
Este item reafirma a importância do regime de competência para a elaboração das demonstrações contábil-financeiras. **A utilização do Regime de Competência fornece melhor base de avaliação da performance passada e futura da entidade do que a informação puramente baseada em recebimentos e pagamentos em caixa ao longo desse mesmo período.**

Esquematizemos:



No entanto, informações sobre os fluxos de caixa da entidade que reporta a informação durante um período também ajudam os usuários a avaliar a capacidade de a entidade gerar fluxos de caixa futuros líquidos, indicando como a empresa obtém e despense caixa, informações sobre seus empréstimos e resgate de títulos de dívida, dividendos e outras distribuições para seus investidores, e outros fatos que podem afetar a liquidez e a solvência da entidade.

Esquematizemos:



Os recursos econômicos e reivindicações da entidade podem ainda mudar por outras razões que não sejam resultantes de sua performance financeira, como é o caso da emissão adicional de suas ações. Informações sobre esse tipo de mudança são necessárias para dar aos usuários uma completa compreensão do porquê das mudanças nos recursos econômicos e reivindicações da empresa e as implicações dessas mudanças em sua futura performance financeira.





ESTA CAI
NA PROVA!

(VUNESP/Contador/Guaratinguetá/2016) De acordo com a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, abordada pelo CPC 00 R1, os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos, são retratados, com propriedade,

- a) pelas características qualitativas fundamentais.
- b) pelo princípio da essência sobre a forma.
- c) pelas características do Hedge.
- d) pelos conceitos de instrumentos financeiros.
- e) pelo regime de competência.

Comentários:

Já vimos que o gabarito desta questão é a letra e.

Gabarito → E.



17 - CAPÍTULO 2: A ENTIDADE QUE REPORTA A INFORMAÇÃO

Ainda não foi produzido!

18 - CAPÍTULO 3: CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA ÚTIL

QC4. Se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser **relevante e representar com fidedignidade** o que se propõe a representar. A **utilidade** da informação contábil-financeira é **melhorada** se ela for **comparável, verificável, tempestiva e compreensível**.

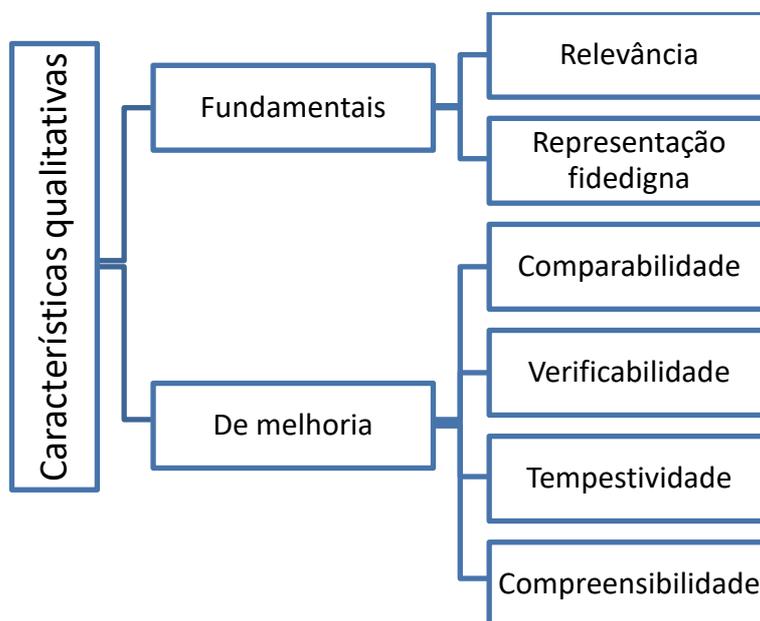
3. Ao longo de toda esta Estrutura Conceitual, os termos características qualitativas e restrição irão se referir a características qualitativas da informação contábil-financeira útil e à restrição da informação contábil-financeira útil.



ESTÁ CAI
NA PROVA!

As características qualitativas foram divididas em duas categorias: Características qualitativas **fundamentais (relevância e representação fidedigna)** e Características qualitativas **de melhoria (comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade)**

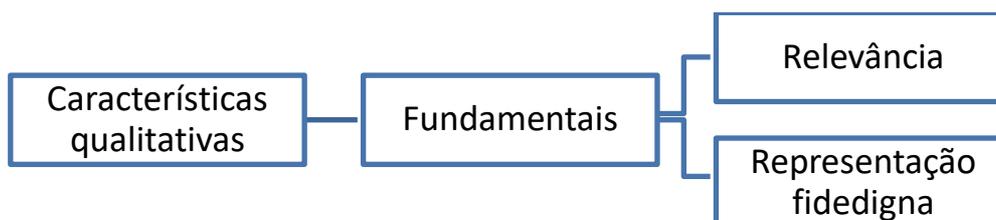
Esquematizemos:



19 - CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS FUNDAMENTAIS

QC5. As características qualitativas fundamentais são **relevância e representação fidedigna**.

Esquematizemos:



ESTA CAI
NA PROVA!

(FBC/Exame de Suficiência/CFC/2017.1) De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, as Características Qualitativas da informação Contábil-Financeira Útil se dividem em Qualitativas Fundamentais e Qualitativas de Melhoria.

Considerando-se o exposto, é CORRETO afirmar que:

- a) a Comparabilidade, a Compreensibilidade, a Tempestividade e a Verificabilidade representam Características Qualitativas Fundamentais da Informação Contábil-Financeira Útil.
- b) a Comparabilidade, a Compreensibilidade, a Materialidade, a Relevância, a Representação Fidedigna, a Tempestividade e a Verificabilidade representam Características Qualitativas de Melhoria da informação contábil.
- c) a Materialidade, a Relevância e a Representação Fidedigna representam Características Qualitativas de Melhoria da informação contábil.
- d) a Relevância e a Representação Fidedigna representam Características Qualitativas Fundamentais da Informação Contábil-Financeira Útil.

Gabarito → D.

(FGV/Contador/Paulínia/2016) Assinale a opção que indica as características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira útil, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

- a) Regime de Competência e Continuidade.
- b) Relevância e Continuidade.



- c) Regime de Competência e Essência sobre a Forma.
- d) Relevância e Representação Fidedigna.
- e) Essência sobre a forma e Representação Fidedigna.

Gabarito → D.

19.1 - RELEVÂNCIA

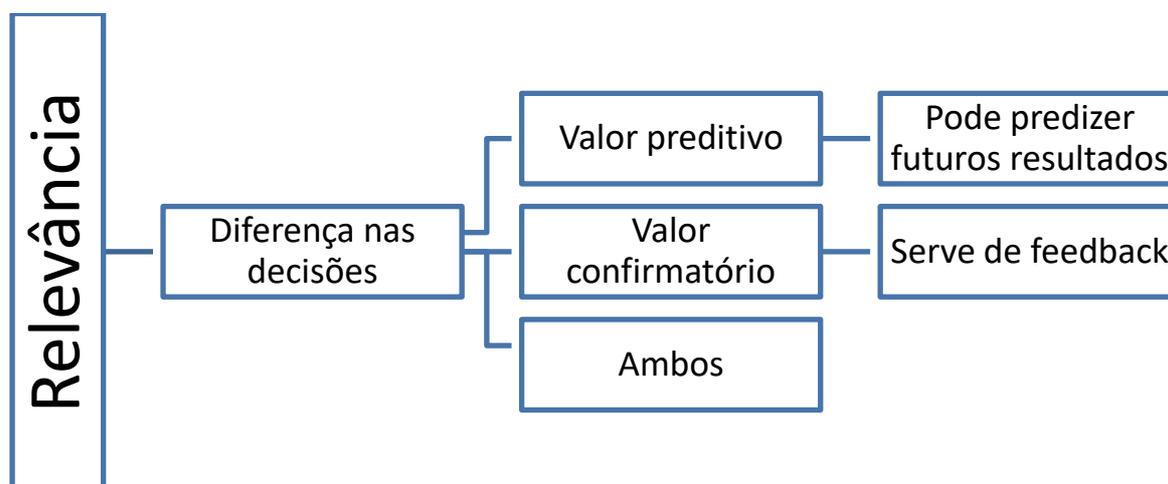
Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

A informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver **valor preditivo, valor confirmatório ou ambos**.

A informação contábil-financeira tem **valor preditivo se puder ser utilizada pelos usuários para prever futuros resultados**. A informação contábil-financeira não precisa ser uma predição ou uma projeção para que possua valor preditivo. A informação contábil-financeira com valor preditivo é empregada pelos usuários ao fazerem suas próprias predições.

A **informação contábil-financeira tem valor confirmatório se retro-alimentar – servir de feedback – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las)**.

É importante que fique claro que uma informação pode continuar sendo relevante, mesmo que um ou mais usuários decidam não a levar em consideração ou se já souberem da informação por outra maneira.



QC10. O valor preditivo e o valor confirmatório da informação contábil-financeira estão inter-relacionados. A informação que tem valor preditivo muitas vezes também tem valor confirmatório. Por exemplo, a informação sobre receita para o ano corrente, a qual pode ser utilizada como base para prever receitas para anos futuros, também pode ser comparada com previsões de receita para o ano corrente que foram feitas nos anos anteriores. Os resultados dessas comparações podem auxiliar os usuários a corrigirem e a melhorarem os processos que foram utilizados para fazer tais previsões.

Materialidade

QC11. A informação é material se a sua omissão ou sua divulgação distorcida (misstating) puder influenciar decisões que os usuários tomam com base na informação contábil-financeira acerca de entidade específica que reporta a informação. Em outras palavras, a materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade baseado na natureza ou na magnitude, ou em ambos, dos itens para os quais a informação está relacionada no contexto do relatório contábil-financeiro de uma entidade em particular.

Consequentemente, não se pode especificar um limite quantitativo uniforme para materialidade ou predeterminar o que seria julgado material para uma situação particular.



A materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade, baseado na natureza ou na magnitude. Ou seja, o que é material para uma empresa pode não ser para outra. Não é possível determinar um valor ou um percentual uniforme para todas as empresas.

Um item pode ter valor pequeno, mas ser material devido à sua natureza.

Por exemplo, se uma grande empresa inicia um novo negócio, este pode ter, originariamente, valor pequeno em relação às operações da empresa. Mas pode ter muito potencial de rentabilidade e crescimento, ou de inovação, o que justifica a sua materialidade. Continuando o exemplo, quando as empresas começaram a fabricar aparelhos de Blue-Ray, esse era um negócio pequeno, frente à operação de DVD (que já estava estabelecida). Após alguns anos, os aparelhos de DVD perderam um espaço relativo para os aparelhos blue-ray (que estão perdendo espaço para programas de streaming, como Netflix e afins).

Vejamos como foi cobrado em prova:

(CETRO/Auditor Fiscal/ISS SP/2014) As características qualitativas fundamentais das Demonstrações Contábeis estão descritas na NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, aprovada pela Resolução CFC nº 1.374/2011. Essas características referem-se aos atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários. Com base nisso, leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.



A _____ refere-se à informação capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não levá-la em consideração, ou já tiverem tomado ciência de sua existência por outras fontes.

- a) Compreensibilidade
- b) Relevância
- c) Materialidade
- d) Representação Fidedigna
- e) Continuidade

Comentários:

A questão refere-se claramente à característica da relevância.

Gabarito → B.

19.2 - REPRESENTAÇÃO FIDEDIGNA

QC12. Os relatórios contábil-financeiros representam um fenômeno econômico em palavras e números. Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. **Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos.** Ela tem que ser **completa, neutra e livre de erro.** É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível.

A representação fidedigna refere-se a três atributos, precisando ser **completa, neutra e livre de erro.**

Para ser **completa**, a informação deve conter o necessário para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado.

Para ser **neutra**, deve estar livre de viés na seleção ou na apresentação, não podendo ser distorcida para mais ou para menos.

Finalmente, ser **livre de erros** não significa total exatidão, mas sim que o processo para obtenção da informação tenha sido selecionado e aplicado livre de erros. No caso de estimativas, ela é considerada como tendo representação fidedigna se, além disso, o montante for claramente descrito como sendo estimativa e se a natureza e as limitações do processo forem devidamente revelados.



Informação	O que é
Completa	Contém o necessário para compreender o fenômeno retratado
Neutra	Não possui viés na apresentação e seleção. Não é distorcida.
Livro de erros	Não significa exatidão, mas escolha dos métodos corretos

QC16. Representação fidedigna, por si só, não resulta necessariamente em informação útil. Por exemplo, a entidade que reporta a informação pode receber um item do imobilizado por meio de subvenção governamental. Obviamente, a entidade ao reportar que adquiriu um ativo sem custo retrataria com fidedignidade o custo desse ativo, porém essa informação provavelmente não seria muito útil. Outro exemplo mais sutil seria a estimativa do montante por meio do qual o valor contábil do ativo seria ajustado para refletir a perda por desvalorização no seu valor (impairment loss). Essa estimativa pode ser uma representação fidedigna se a entidade que reporta a informação tiver aplicado com propriedade o processo apropriado, tiver descrito com propriedade a estimativa e tiver revelado quaisquer incertezas que afetam significativamente a estimativa. Entretanto, se o nível de incerteza de referida estimativa for suficientemente alto, a estimativa não será particularmente útil. Em outras palavras, a relevância do ativo que está sendo representado com fidedignidade será questionável. Se não existir outra alternativa para retratar a realidade econômica que seja mais fidedigna, a estimativa nesse caso deve ser considerada a melhor informação disponível.

Vejam a questão seguinte, que caiu no Exame do CFC em 2017.



(FBC/Exame de Suficiência/CFC/2017.1) Uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada possui um único proprietário, que exige do Profissional da Contabilidade responsável que ignore os ajustes relacionados às estimativas de perdas econômicas, para que não afetem o resultado.

Segundo o proprietário:

As estimativas de perdas previstas no conjunto normativo, assim como a redução ao Valor Realizável Líquido, Redução ao Valor Recuperável e com Créditos de Liquidação Duvidosa não são dívidas, ou seja, não serão pagas, e refletem apenas reduções nos benefícios dos ativos, o que interessa apenas a mim, especificamente.

Considero ainda inadequado o seu reconhecimento no resultado, pois será reduzido o lucro ou o prejuízo aumentado, pois o Fisco não admite a sua dedutibilidade.

Afinal, sou o proprietário e o Gestor, portanto, como usuário principal, minhas necessidades é que devem ser atendidas.



Considerando-se a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, é CORRETO afirmar que o Profissional da Contabilidade:

- a) deve aceitar as exigências do proprietário, afinal não há risco fiscal no atendimento à necessidade manifestada pelo proprietário, que é o usuário principal; dessa forma, estaria agindo de acordo com a Característica Qualitativa da Compreensibilidade.
- b) deve acatar as exigências do proprietário, pois os casos mencionados são estimativas, logo, o seu atendimento, não marcado por uma transação efetiva, representa a perda da Característica Qualitativa da Objetividade.
- c) não pode atender às exigências do proprietário; se o fizer, a informação contábil perderá a Característica de Representação Fidedigna, marcada pela neutralidade.
- d) não pode atender às exigências do proprietário, se o fizer, a informação contábil perderá a Característica Qualitativa da Prudência, inerente à profissão contábil.

Comentários:

Vejam! O proprietário desta empresa quer que o contador ignore componentes que são de reconhecimento obrigatório pela legislação, tornando as demonstrações contábeis enviesadas.

Ao fazer isso, estamos ferindo uma característica qualitativa fundamental, que é a representação fidedigna.

Lembre-se de que a informação deve ser completa, **NEUTRA** e livre de erro.

Gabarito → C.



20 - CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE MELHORIA

QC19. Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenômeno.



(VUNESP/Auditor/ISS SJC/2018) A comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são consideradas, segundo a estrutura conceitual da contabilidade, como

- a) características quantitativas fundamentais na preparação da informação contábil.
- b) princípios fundamentais de contabilidade.
- c) convenções contábeis sobre a utilização da informação útil.
- d) características qualitativas de melhoria da utilidade da informação.
- e) princípios contábeis geralmente aceitos, aplicáveis na preparação da demonstração financeira, para fins de análise.

Comentários:

Como analisamos acima, **comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas de melhoria das demonstrações contábeis.**

Gabarito → D.

(Consulplan/Exame CFC /2018.2) A NBC TG Estrutura Conceitual citada apresenta as características qualitativas fundamentais e características qualitativas de melhoria. De acordo com o exposto, NÃO representa uma característica qualitativa de melhoria:

- a) Materialidade.
- b) Verificabilidade.
- c) Tempestividade.
- d) Comparabilidade.

Comentários:

De posse do que foi dito acima, a materialidade não é uma característica qualitativa de melhoria.



A materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade, baseado na natureza ou na magnitude. Segundo o CPC 00:

Materialidade

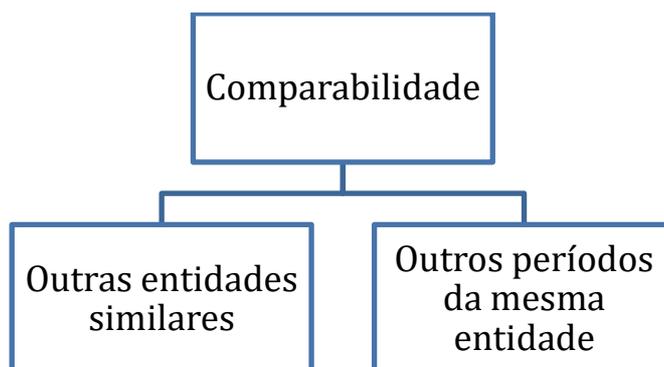
QC11. A informação é material se a sua omissão ou sua divulgação distorcida (misstating) puder influenciar decisões que os usuários tomam com base na informação contábil-financeira acerca de entidade específica que reporta a informação. Em outras palavras, a materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade baseado na natureza ou na magnitude, ou em ambos, dos itens para os quais a informação está relacionada no contexto do relatório contábil-financeiro de uma entidade em particular.

Gabarito → A.

20.1 - COMPARABILIDADE

QC20. As decisões de usuários implicam escolhas entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter um investimento, ou investir em uma entidade ou noutra. Conseqüentemente, a informação acerca da entidade que reporta informação será mais útil caso possa ser **comparada com informação similar sobre outras entidades e com informação similar sobre a mesma entidade para outro período ou para outra data.**

Esquematizemos:



QC21. Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada com um único item. **A comparação requer no mínimo dois itens.** Um usuário pode, por exemplo, comparar as receitas geradas em um ano com as receitas do ano atual.

Galera, cabe lembrar aqui que, segundo a Lei 6.404:

Art. 176, § 1º As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

Continuando...



QC22. Consistência, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo. **Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens**, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. **Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo.**

QC23. Comparabilidade não significa uniformidade. Para que a informação seja comparável, **coisas iguais precisam parecer iguais e coisas diferentes precisam parecer diferentes.** A comparabilidade da informação contábil financeira não é aprimorada ao se fazer com que coisas diferentes pareçam iguais ou ainda ao se fazer coisas iguais parecerem diferentes.

Esquematizemos:

Comparabilidade	Comparação de informações com entidades similares e outros períodos da mesma entidade
	Consistência: uso dos mesmos métodos para os mesmos itens
	Comparabilidade não significa uniformidade

20.2 - VERIFICABILIDADE

QC26. A verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar. A verificabilidade significa que diferentes observadores, cômnicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna. Informação quantificável não necessita ser um único ponto estimado para ser verificável. Uma faixa de possíveis montantes com suas probabilidades respectivas pode também ser verificável.

Esquematizemos:

Verificabilidade	Diferentes observadores podem chegar a um consenso.
-------------------------	---

20.3 - TEMPESTIVIDADE

QC29. Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões. Em geral, a informação mais antiga é a que tem menos utilidade. Contudo, certa informação pode ter o seu atributo tempestividade prolongado após o encerramento do período contábil, em decorrência de alguns usuários, por exemplo, necessitarem identificar e avaliar tendências.



Esquematizemos:

Tempestividade Ter informação disponível a tempo de poder influenciar nas decisões

20.4 - COMPREENSIBILIDADE

QC30. Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível.

QC31. Certos fenômenos são inerentemente complexos e não podem ser facilmente compreendidos. A exclusão de informações sobre esses fenômenos dos relatórios contábil-financeiros pode tornar a informação constante em referidos relatórios mais facilmente compreendida. Contudo, referidos relatórios seriam considerados incompletos e potencialmente distorcidos (misleading).

QC32. Relatórios contábil-financeiros são elaborados para usuários que têm conhecimento razoável de negócios e de atividades econômicas e que revisem e analisem a informação diligentemente.

Por vezes, mesmo os usuários bem informados e diligentes podem sentir a necessidade de procurar ajuda de consultor para compreensão da informação sobre um fenômeno econômico complexo.



(COMPERVE/Contador/Currais Novos/2017) As características qualitativas são atributos que tornam as informações contábeis úteis para os seus usuários, viabilizando o cumprimento dos objetivos da informação contábil. As demonstrações contábeis devem apresentar informações que correspondam às necessidades do usuário e que sejam compatíveis com sua base do conhecimento. Essa característica das demonstrações contábeis é denominada

- a) verificabilidade.
- b) relevância.
- c) tempestividade.
- d) compreensibilidade.

Comentários:

A informação deve ser compreensível. Logo, apresentar informações que correspondam às necessidades do usuário e que sejam compatíveis com sua base do conhecimento está ligado a esta característica qualitativa de melhoria.

Gabarito → D.





Resumindo as informações

Características qualitativas de melhoria	
Comparabilidade	Comparação de informações com entidades similares e outros períodos da mesma entidade
	Consistência: uso dos mesmos métodos para os mesmos itens
	Comparabilidade não significa uniformidade
Verificabilidade	Diferentes observadores podem chegar a um consenso.
Tempestividade	Ter informação disponível a tempo de poder influenciar nas decisões
Compreensibilidade	Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível.

As Características qualitativas de melhoria são **comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade**.

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

A **verificabilidade** ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar

Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.

Compreensibilidade significa que a classificação, a caracterização e a apresentação da informação são feitas com clareza e concisão, tornando-a compreensível. Mas não é admissível a exclusão de informação complexa e não facilmente compreensível se isso tornar o relatório incompleto e distorcido.

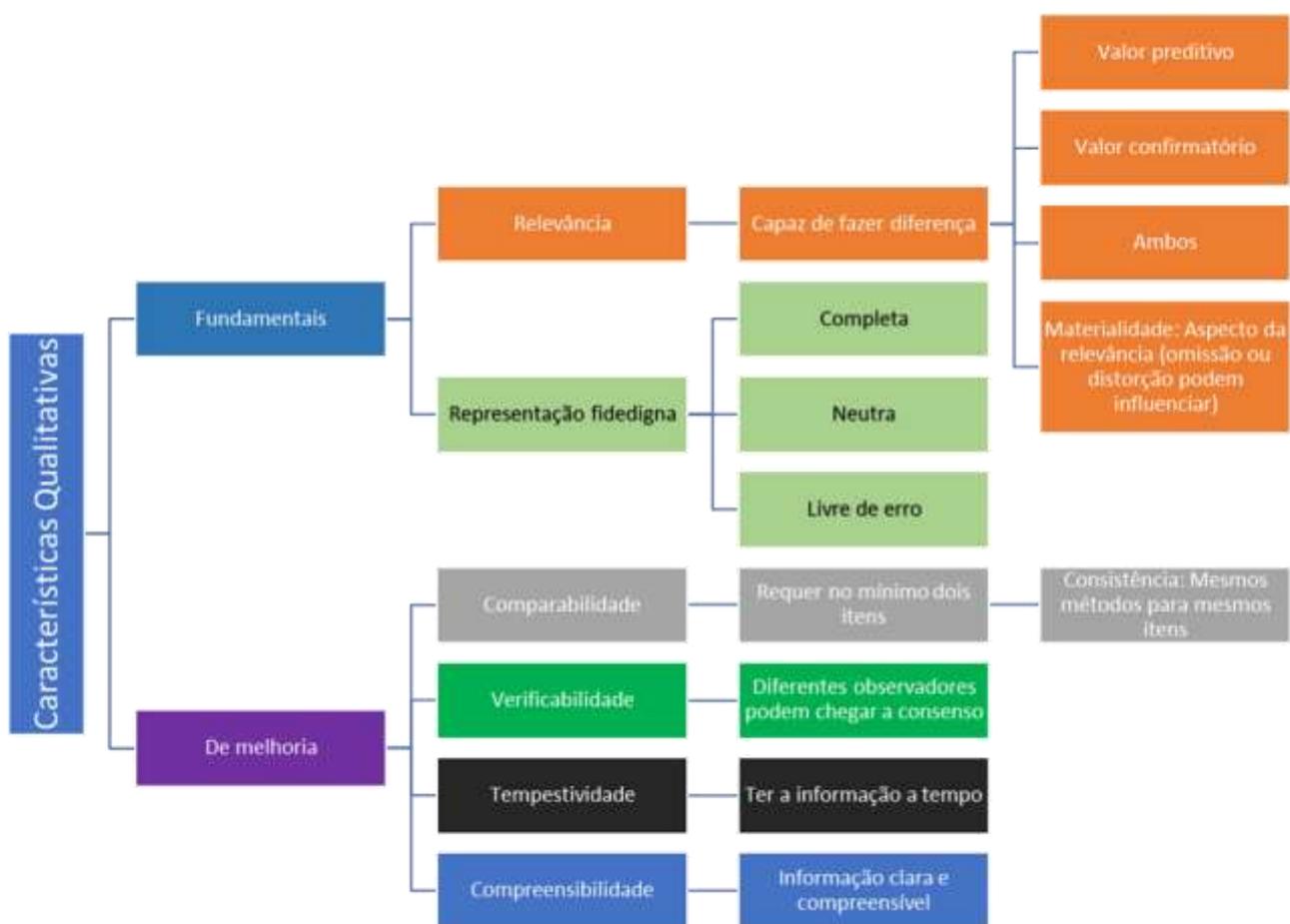
As **características qualitativas de melhoria devem ser maximizadas na extensão possível**. Entretanto, as características qualitativas de melhoria, quer sejam individualmente ou em grupo, não podem tornar a informação útil se dita informação for irrelevante ou não for representação fidedigna.

Então, vamos esquematizar?





Mapa resumo das características qualitativas de acordo com o CPC 00



21 - RESTRIÇÃO DE CUSTO NA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO ÚTIL

QC35. O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro impõe custos, sendo importante que ditos custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação. Existem variados tipos de custos e benefícios a considerar.

O custo para gerar a informação é uma restrição, que impede a geração de toda a informação considerada relevante para o usuário. Se divulgar uma informação é mais caro do que a informação propriamente dita, pode ser que seja necessário avaliar se essa decisão é mesmo necessária para a divulgação das demonstrações contábeis. Assim, é necessária a consideração da relação custo-benefício da informação, por parte dos órgãos normatizadores e também por parte de quem elabora as demonstrações contábeis.



(ESAF/Analista de Finanças e Controle/STN/2013) A empresa Patrimônio S.A. efetuou a depreciação utilizando os percentuais fiscais, ainda que soubesse que a vida econômica do bem era maior do que as taxas fiscais. A decisão foi tomada em função das dificuldades em controlar as duas depreciações, o que levaria a empresa a ter custos de controle não suportáveis pelo porte e situação financeira da empresa, inviabilizando o negócio. Referida situação

Gabarito: permite considerar a demonstração contábil fidedigna, uma vez que o custo para geração de uma informação com melhor qualidade não justificaria o benefício.

Portanto, as informações, fazendo-se uma ponderação do custo-benefício, não deixaram de ser fidedignas, haja vista que a ponderação entre a informação e o custo para se gerar essa informação deve ser levado em conta.

(FGV/Auditor Fiscal/ISS Cuiabá/2016) De acordo com o pronunciamento técnico CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil- Financeiro, não é possível que relatórios contábil-financeiros de propósito geral forneçam toda e qualquer informação que todo usuário repete ser relevante.

Assinale a opção que indica a restrição presente no processo de elaboração e divulgação de relatório financeiro de uma entidade de acordo com a estrutura conceitual.

- a) O custo de gerar a informação.
- b) A subjetividade da contabilidade.



- c) A complexidade das transações contábeis.
- d) O número de páginas das demonstrações contábeis.
- e) A intenção da administração em não apresentar informações estratégicas.

Gabarito → A.

22 - CAPÍTULO 4: ESTRUTURA CONCEITUAL PARA A ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: TEXTO REMANESCENTE

O texto remanescente da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis anteriormente emitida não foi emendado para refletir quaisquer alterações implementadas pelo Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (a IAS 1 que o espelha foi revisada pelo IASB em 2007). O texto remanescente será atualizado quando forem revisitados conceitualmente os elementos das demonstrações contábeis e suas bases de mensuração.

Premissa subjacente Continuidade

4.1. **As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade** (going concern assumption) e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações. Por outro lado, se essa intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em bases diferentes e, nesse caso, a base de elaboração utilizada deve ser divulgada.

O “princípio”¹ da continuidade está diretamente ligado à avaliação dos ativos e passivos da empresa.

Basicamente, **todo o ativo fica registrado inicialmente por valores de entrada**. Por exemplo, as máquinas e equipamentos ficam registrados pelos valores que a empresa pagou, menos a depreciação acumulada e eventual ajuste para perdas. Esse **critério de avaliação é válido em função da continuidade esperada da empresa**.

Se não houver continuidade (se a empresa for fechar as portas), aí não importa mais quanto a empresa pagou pelas máquinas; interessa saber por quanto elas serão vendidas.

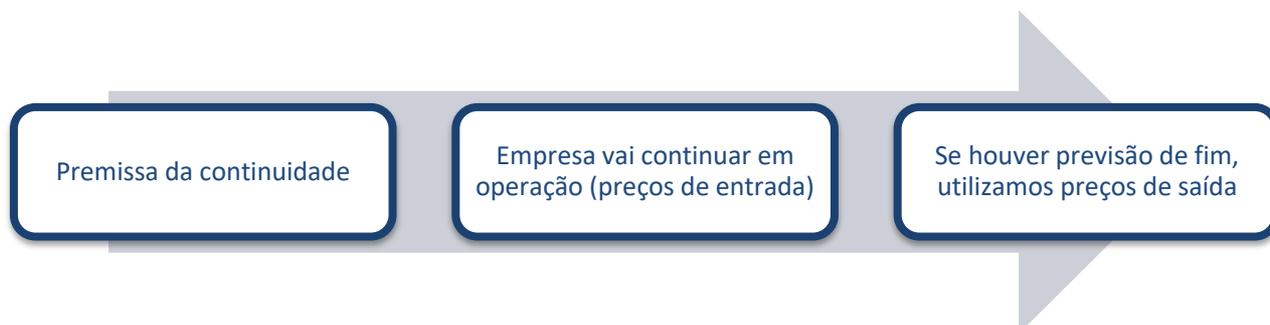
Assim, na ausência de continuidade, saímos de uma contabilidade basicamente a preços de entrada para uma contabilidade a preços de saída.

¹ **Atenção!** A expressão está sendo utilizada entre aspas, pois é de conhecimento amplo que a Resolução CFC 750/93, que tratava dos princípios de contabilidade, foi revogada. Todavia, o CPC 00 mantém a estrutura desses princípios.



No caso do Passivo, se a empresa tiver dívidas a longo prazo e houver descontinuidade, as dívidas passam a ter vencimento antecipado (ninguém vai ficar com dívidas de uma empresa fechada; se houver falência, os credores irão se habilitar junto à massa falida, enfim, vão tomar as providências necessárias para receber a dívida).

Esquematizemos:



(FGV/Analista/ALE RO/2018) As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade e irá manter-se em operação por um futuro previsível.

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro, essa premissa é chamada de

- a) continuidade.
- b) entidade.
- c) essência sobre a forma.
- d) comparabilidade.
- e) tempestividade.

Comentários:

A premissa subjacente da contabilidade é a continuidade.

Gabarito → A.

(COMPERVE/Contador/MPE RN/2017) O Pronunciamento Conceitual Básico (R1), que define a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, tem apenas uma premissa subjacente, a partir da qual são emanadas todas as normas contábeis aplicadas no Brasil.

Essa premissa é a da

- a) continuidade.
- b) competência.



- c) oportunidade.
- d) materialidade.

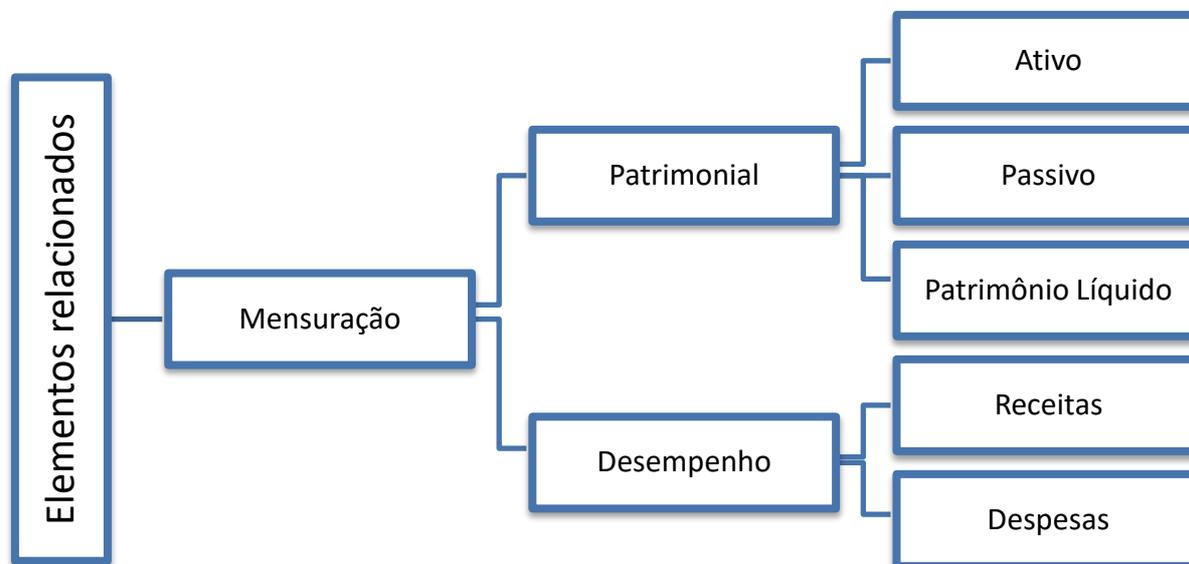
Gabarito → A.

23 - ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido.

Os elementos diretamente relacionados com a mensuração do desempenho na demonstração do resultado são as receitas e as despesas.

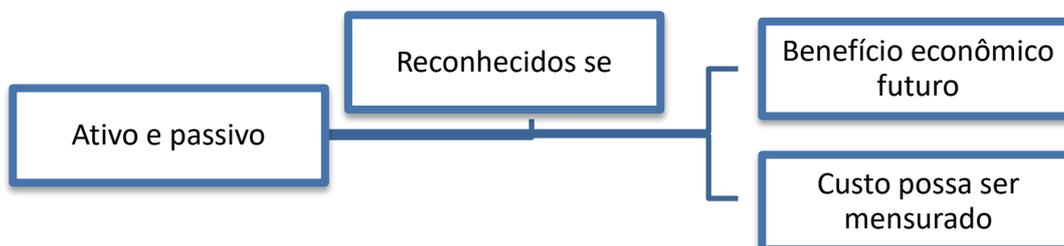
Esquematizemos:



Segundo o item 4.38 do Pronunciamento, um item que se enquadre na definição de um elemento (ativo ou passivo) deve ser reconhecido se:

- a) for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade; e
- b) o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.

Esquematizemos:



24 - POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

As definições que se apresentam a seguir são, indubitavelmente, as mais importantes (desta aula) para a prova. Portanto, tratem de entendê-las e decorá-las.

Importantíssimo:

4.4. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial financeira são ativos, passivos e patrimônio líquido. Estes são definidos como segue:

- a) Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;
- b) Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;
- c) Patrimônio Líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Começemos pelo **ativo**.

Exemplificando. A empresa X comprou a mercadoria Y. Esta mercadoria atende a definição de ativo?!

Vamos ver:

- 1) É um recurso controlado pela entidade? Sim, pois ela faz o que bem entender desta mercadoria, cujo título jurídico, a propriedade, lhe pertence.
- 2) É resultado de evento passado? Sim. O evento passado é a própria compra desta mercadoria.
- 3) Se espera benefício econômico futuro? Sim. Com a venda de mercadoria, se espera que seja gerado lucro para a empresa.

Pronto! Fácil não?



(Contador/Ipojuca/2009) O ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem ou não futuros benefícios econômicos para a entidade.

Comentários:

O item está incorreto, posto que existe um “não” indevidamente antes de futuros benefícios econômicos.

Gabarito: Errado.



(FUNDEP/Auditor Fiscal/Uberaba/2016) Segundo o Pronunciamento Contábil CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, assinale a definição CORRETA de Ativo.

- a) Recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.
- b) Todos os bens e direitos em nome de uma entidade.
- c) Interesse residual dos Passivos após deduzidos todo o Patrimônio Líquido.
- d) Interesse residual no Patrimônio Líquido após deduzido todos os Passivos.

Comentários:

O gabarito é a letra a. O ativo é recurso controlado pela entidade, como resultado de eventos passados, do qual se espera que fluam benefícios econômicos futuros para a entidade.

Gabarito → A.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.

Por exemplo, se temos um montante de R\$ 1.000 de salários a pagar. Vamos ver se essa conta atende a definição de passivo?

É uma obrigação presente da entidade? Sim, pois dela pode ser exigida.

É derivada de eventos já ocorridos? Sim, pois os funcionários já prestaram serviços.

A liquidação desta dívida será feita por recursos que poderiam gerar benefícios econômicos? Sim, como a conta caixa, por exemplo.



(CESPE/Contador/DPU/2016) Deve-se reconhecer um passivo caso haja uma obrigação futura da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação resultará na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Comentários:

Item incorreto, posto que o passivo é uma **obrigação presente**, e não futura.

Gabarito: Errado.

Já o patrimônio líquido pode ser encontrado pela diferença entre o ativo e o passivo de uma entidade. O PL é nada mais que o capital próprio empregado nas atividades empresariais.

Da equação básica da contabilidade temos que:

$$\text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo} - \text{Passivo Exigível}$$



25 - ATIVOS

Falemos os principais tópicos a serem levados para a prova sobre cada um dos grupos patrimoniais.

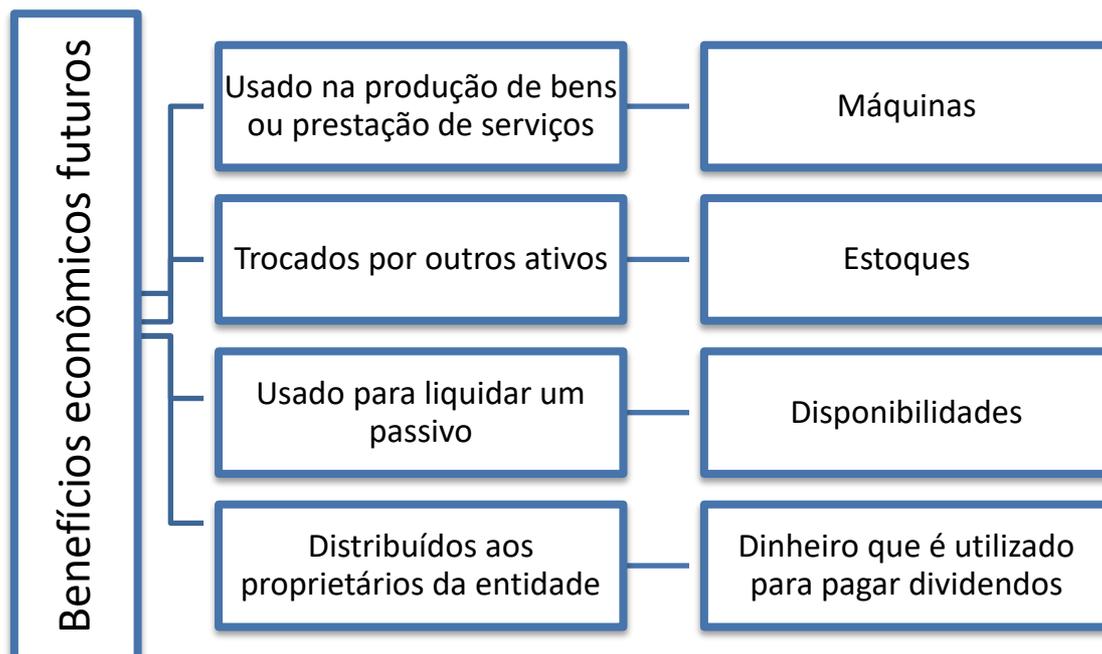
4.8. O benefício econômico futuro incorporado em um ativo é o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade (...).

4.10. Os benefícios econômicos futuros incorporados a um ativo podem fluir para a entidade de diversas maneiras. Por exemplo, um ativo pode ser:

- usado isoladamente ou em conjunto com outros ativos na produção de bens ou na prestação de serviços a serem vendidos pela entidade;
- trocado por outros ativos;
- usado para liquidar um passivo; ou
- distribuído aos proprietários da entidade.



Benefícios econômicos futuros de um ativo!



Muito importante:

Muitos ativos, por exemplo, máquinas e equipamentos industriais, têm uma substância física. Entretanto, **substância física não é essencial à existência de um ativo**; dessa forma, as patentes e direitos autorais, por exemplo, são ativos, desde que deles sejam esperados benefícios econômicos futuros para a entidade e que eles sejam por ela controlados.

Muitos ativos, por exemplo, contas a receber e imóveis, estão ligados a direitos legais, inclusive o direito de propriedade. **Ao determinar a existência de um ativo, o direito de propriedade não é essencial**; assim, por exemplo, um imóvel objeto de arrendamento é um ativo, desde que a entidade controle os benefícios econômicos provenientes da propriedade.

Vejam como isso foi cobrado.



(CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/PA/2016) Ativo é o conjunto de bens e direitos que resultam de eventos passados e sobre os quais a entidade detém direitos de propriedade que lhe permitem obter benefícios econômicos.

Gabarito → Errado.

Os ativos de uma entidade resultam de transações passadas ou outros eventos passados. **As entidades normalmente obtêm ativos comprando-os ou produzindo-os, mas outras transações ou eventos podem gerar ativos; por exemplo: um imóvel recebido do governo como parte de um programa para fomentar o crescimento econômico da região onde se localiza a entidade ou a descoberta de jazidas minerais.** Transações ou eventos previstos para ocorrer no futuro não podem resultar, por si mesmos, no reconhecimento de ativos; por isso, por exemplo, **a intenção de adquirir estoques não atende, por si só, à definição de um ativo.**

Há uma forte associação entre incorrer em gastos e gerar ativos, mas ambas as atividades não necessariamente coincidem entre si. Assim, o fato de uma entidade ter incorrido num gasto pode fornecer evidência da sua busca por futuros benefícios econômicos, mas não é prova conclusiva de que a definição de ativo tenha sido obtida. Da mesma forma, a ausência de um gasto não impede que um item satisfaça a definição de ativo e se qualifique para reconhecimento no balanço patrimonial; por exemplo, **itens que foram doados à entidade podem satisfazer a definição de ativo.**

Resumindo:

- **Substância física não é essencial para um ativo.**
- **Direito de propriedade não é essencial para um ativo.**
- **Os ativos não necessariamente são comprados ou produzidos. Exemplo: terreno recebido em subvenção.**
- **Não há correlação necessária entre gerar gastos e gerar um ativo.**



26 - PASSIVOS

4.15. Uma **característica essencial para a existência de um passivo é que a entidade tenha uma obrigação presente**. Uma obrigação é um dever ou responsabilidade de agir ou fazer de uma certa maneira. As obrigações podem ser legalmente exigíveis em consequência de um contrato ou de requisitos estatutários. Esse é normalmente o caso, por exemplo, das contas a pagar por mercadorias e serviços recebidos. Obrigações surgem também de práticas usuais de negócios, usos e costumes e o desejo de manter boas relações comerciais ou agir de maneira equitativa. Se, por exemplo, uma entidade decide, por uma questão de política mercadológica ou de imagem, retificar defeitos em seus produtos, mesmo quando tais defeitos tenham se tornado conhecidos depois que expirou o período da garantia, as importâncias que espera gastar com os produtos já vendidos constituem-se passivos.

4.17. A liquidação de uma obrigação presente geralmente implica na utilização, pela entidade, de recursos incorporados de benefícios econômicos a fim de satisfazer o direito da outra parte. A extinção de uma obrigação presente pode ocorrer de diversas maneiras, por exemplo, por meio de:

- pagamento em caixa;
- transferência de outros ativos;
- prestação de serviços;
- substituição da obrigação por outra; ou
- conversão da obrigação em item do patrimônio líquido.

Uma obrigação pode também ser extinta por outros meios, tais como pela renúncia do credor ou pela perda dos seus direitos creditícios.



O item 4.15 diz que é um **requisito para a existência de um passivo a chamada obrigação presente**.

Essa obrigação pode ser legalmente exigível, quando decorre de contrato ou lei, ou pode ser decorrente de um compromisso que a entidade firma com seus clientes, decorrente de usos, costumes.

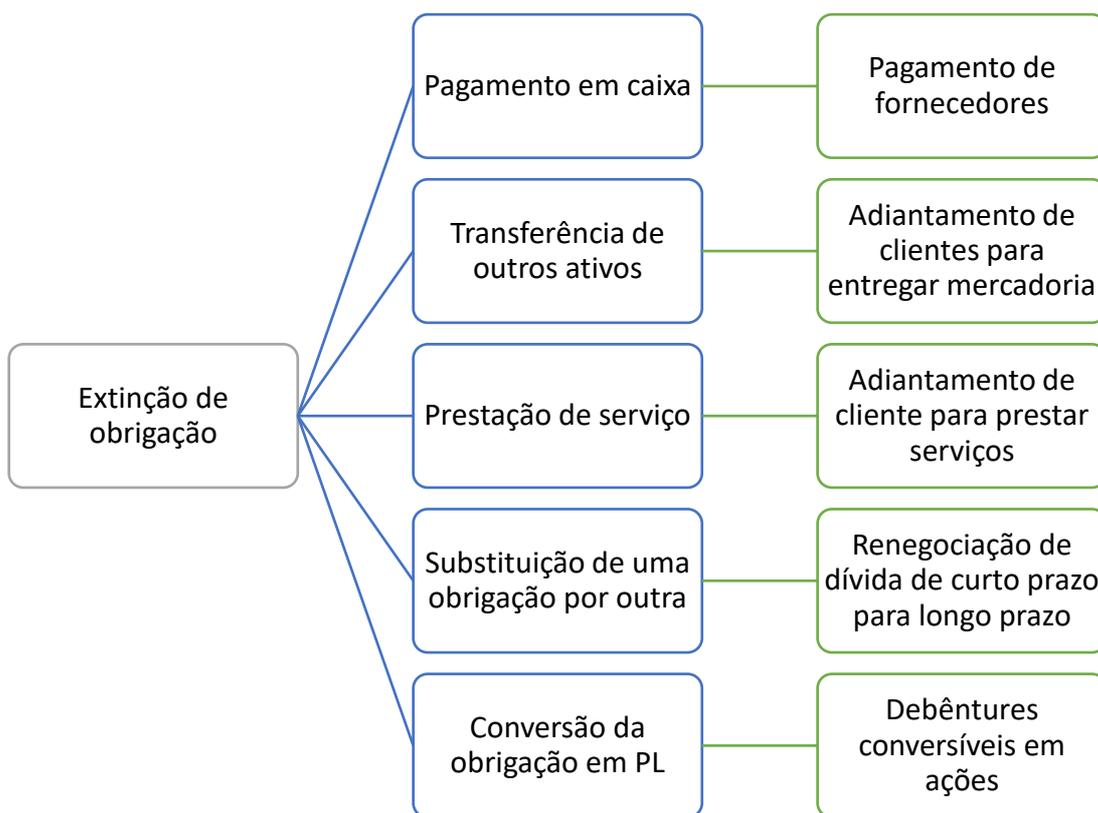
O próprio CPC traz um exemplo, que é o caso de a empresa decidir trocar os produtos com defeitos mesmo após o período de garantir. Isso configurará uma obrigação para a empresa (também chamada de provisão – prevista no CPC 25). Assim, ela deverá constituir um passivo com base na melhor estimativa possível, pelo valor que ela estima será necessário para trocar os produtos com defeitos.



Vamos esquematizar?



Extinção da obrigação no CPC 00 e exemplos!



Atenção! Um passivo pode ser extinto também caso haja renúncia do credor.



27 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Dissemos por aqui que o Patrimônio Líquido representa nada mais do que o capital próprio empregado nas atividades empresariais pelos sócios e os resultados auferidos com a exploração dos negócios pela empresa (lucro ou prejuízo).

Pois bem, tal como o ativo e o passivo exigível, o patrimônio líquido também é subdividido. Atualmente, o PL compõe-se dos seguintes grupos:

- 1) Capital social;
- 2) Reservas de capital;
- 3) Ajustes de avaliação patrimonial;
- 4) Reservas de lucros;
- 5) Ações em tesouraria; e
- 6) Prejuízos acumulados (Veja que a lei não fala em lucros acumulados).



Grave-se a estrutura do PL:

Patrimônio Líquido	
Antes Lei 11.638/07	Após Lei 11.638/07 e lei 11.941/09
Capital Social	Capital Social
(-) Capital a Realizar	(-) Capital a Realizar
Reserva de Lucro	Reserva de Lucro
Reserva de Capital	Reserva de Capital
Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial
+ - Lucro ou Prejuízo Acumulado	(-) Prejuízo Acumulado
(-) Ações em Tesouraria	(-) Ações em Tesouraria

4.20. Embora o patrimônio líquido seja definido no item 4.4 como algo residual, ele pode ter subclassificações no balanço patrimonial. Por exemplo, na sociedade por ações, recursos aportados pelos sócios, reservas resultantes de retenções de lucros e reservas representando ajustes para manutenção do capital podem ser demonstrados separadamente. Tais classificações podem ser importantes para a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis quando indicarem restrições legais ou de outra natureza sobre a capacidade que a entidade tem de distribuir ou aplicar de outra forma os seus recursos patrimoniais. Podem também refletir o fato de que determinadas partes com direito de propriedades sobre a entidade têm direitos diferentes em relação ao recebimento de dividendos ou reembolso de capital.



4.21. A **constituição de reservas é, às vezes, exigida pelo estatuto ou por lei para dar à entidade e seus credores uma margem maior de proteção contra os efeitos de prejuízos**. Outras reservas podem ser constituídas em atendimento a leis que concedem isenções ou reduções nos impostos a pagar quando são feitas transferências para tais reservas. A existência e o tamanho de tais reservas legais, estatutárias e fiscais representam informações que podem ser importantes para a tomada de decisão dos usuários. As transferências para tais reservas são apropriações de lucros acumulados, portanto, não constituem despesas.

4.22. O montante pelo qual o patrimônio líquido é apresentado no balanço patrimonial depende da mensuração dos ativos e passivos. Normalmente, o **valor do patrimônio líquido somente por coincidência corresponde ao valor de mercado agregado das ações da entidade ou da soma que poderia ser obtida pela venda dos seus ativos líquidos numa base de item-por-item**, ou da entidade como um todo, tomando por base a premissa da continuidade (going concern basis).

Pessoal, é muito importante que vocês saibam que o patrimônio líquido não necessariamente corresponde ao valor de mercado (valor justo) da entidade, já que existe o que nós chamamos no direito empresarial de aviamento, ou seja, o todo, o conjunto, as perspectivas da empresa valem mais do que a simples soma dos seus componentes patrimoniais.



28 - DESEMPENHO

Importantíssimo:

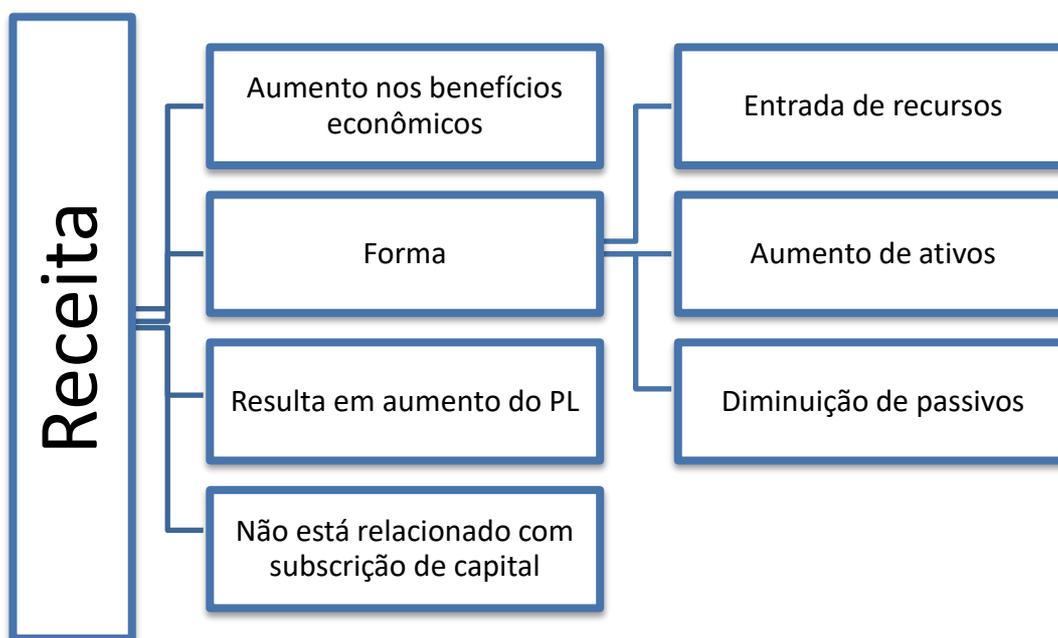
4.25. Os elementos de receitas e despesas são definidos como segue:

a) Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais;

b) Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com distribuição aos detentores dos instrumentos patrimoniais.



Conceito de receita – CPC 00



Essas definições são essenciais. As bancas adoram cobrar esse tipo de conceito!

As receitas e despesas podem ser apresentadas na demonstração do resultado de diferentes maneiras, de modo que prestem informações relevantes para a tomada de decisões. Por exemplo, é prática comum distinguir entre receitas e despesas que surgem no curso das atividades usuais da entidade e as demais.



Essa distinção é feita porque a fonte de uma receita é relevante na avaliação da capacidade que a entidade tenha de gerar caixa ou equivalentes de caixa no futuro; por exemplo, receitas oriundas de atividades eventuais como a venda de um investimento de longo prazo normalmente não se repetem numa base regular. Nessa distinção, deve-se levar em conta a natureza da entidade e suas operações. Itens que resultam das atividades ordinárias de uma entidade podem ser incomuns em outras entidades.

Vamos praticar?



(COMPERVE/UFRN/Contador/Currais Novos/2017) Para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) apresenta os principais elementos dessas demonstrações. Nos benefícios econômicos, durante o período contábil, os aumentos e os decréscimos são denominados, respectivamente, de

- a) ativos e passivos.
- b) superávit e déficit.
- c) receitas e despesas.
- d) lucro e prejuízo.

Comentários:

Os aumentos e decréscimos nos benefícios econômicos são as receitas e despesas. Basta ver as definições citadas acima.

Gabarito → C.

28.1 - RECEITAS

4.29. A definição de receita abrange tanto receitas propriamente ditas como ganhos. A receita surge no curso das atividades usuais de uma entidade e é designada por uma variedade de nomes, tais como vendas, honorários, juros, dividendos, royalties e aluguéis.

Como exemplo de ganho temos a venda de um ativo imobilizado da empresa. Como exemplo de receita propriamente dita, temos a venda de mercadorias.

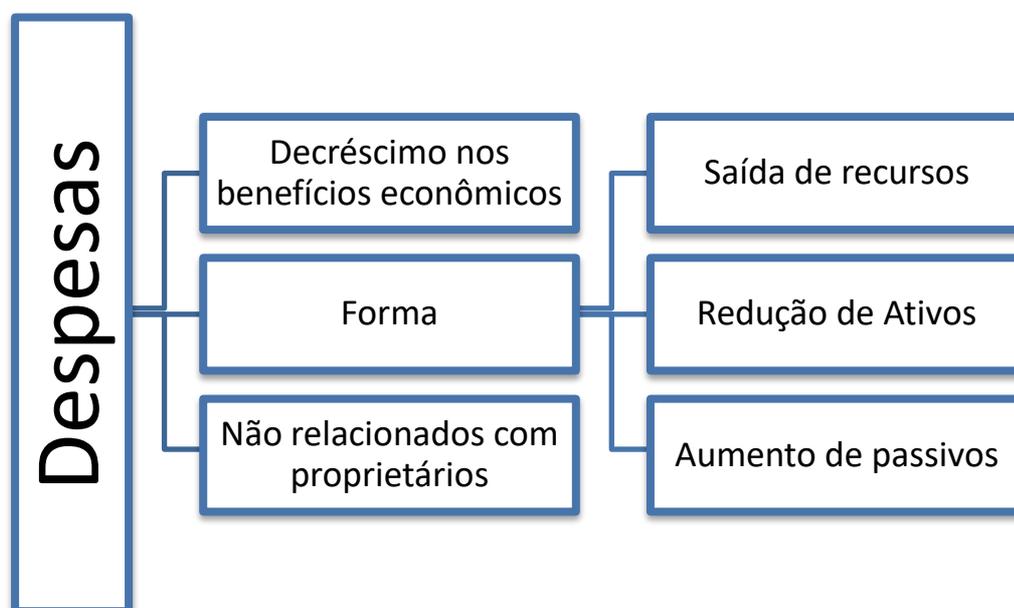


28.2 - DESPESAS

4.33. A definição de despesas abrange tanto as perdas quanto as despesas propriamente ditas que surgem no curso das atividades usuais da entidade. As despesas que surgem no curso das atividades usuais da entidade incluem, por exemplo, o custo das vendas, salários e depreciação. Geralmente, tomam a forma desembolso ou redução de ativos como caixa e equivalentes de caixa, estoques e ativo imobilizado.



Conceito de despesa – CPC 00



Perdas incluem, por exemplo, as que resultam de sinistros como incêndio e inundações, assim como as que decorrem da venda de ativos imobilizados.



29 - RECONHECIMENTO DOS ELEMENTOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

29.1 - RECONHECIMENTO DE ATIVOS

4.44. Um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade.



Gravem! São dois os **requisitos para que um ativo seja reconhecido no balanço**:

- 1) Probabilidade de geração de benefícios futuros.**
- 2) Custo ou valor pode ser determinado para a entidade.**

Por exemplo, ao comprar uma máquina para produção na empresa. É provável que haja geração de benefícios futuros?!

Sim! Pela produção de mercadorias.

O custo dessa máquina pode ser estimado com segurança?

Desde que haja uma nota fiscal de compra e a escrita regular, poderemos tranquilamente.

Portanto, os critérios para reconhecimento estão satisfeitos.

Diferente é a conta de luz de uma empresa. Não há geração de benefícios futuros, embora o custo possa ser estimado com segurança. Neste caso, não há que se falar em reconhecimento de um ativo.

29.2 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

4.46. Um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade.

Uma obrigação com fornecedores, por exemplo, gerará saída de recursos envolvendo benefícios econômicos? Sim, o dinheiro do caixa (este caixa é um benefício econômico da empresa).

Esta mesma obrigação pode ser estimada com segurança? Geralmente, esperamos que sim.

Portanto, satisfeitos os requisitos para reconhecimento de um passivo.



29.3 - RECONHECIMENTO DE RECEITAS E DESPESAS

4.47. A receita deve ser reconhecida na demonstração do resultado quando resultar em aumento nos benefícios econômicos futuros relacionado com aumento de ativo ou com diminuição de passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade. Isso significa, na prática, que o reconhecimento da receita ocorre simultaneamente com o reconhecimento do aumento nos ativos ou da diminuição nos passivos (por exemplo, o aumento líquido nos ativos originado da venda de bens e serviços ou o decréscimo do passivo originado do perdão de dívida a ser paga).

A venda de mercadorias, por exemplo, gera uma receita, pelo seguinte lançamento:

D – Caixa	10.000,00
C – Receita de vendas	10.000,00

O reconhecimento de uma receita ocorreu, conforme diz a norma, com o aumento de um ativo (o dinheiro que entrou em caixa).

Uma receita pode ter origem também com a diminuição de um passivo.

Explique-se. Temos uma dívida no valor de R\$ 100.000,00 com a Fazenda Estadual. Todavia, pagando no tempo X, receberemos um desconto de 10%.

Caso efetuemos o pagamento antes dessa data, lançaremos:

D – ICMS a pagar	100.000,00
C – Caixa	90.000,00
C – Descontos obtidos	10.000,00

A conta descontos obtidos é uma receita a ser lançada na demonstração do resultado do exercício.

Falemos agora das despesas.

4.49. As despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado quando resultarem em decréscimo nos benefícios econômicos futuros, relacionado com o decréscimo de um ativo ou o aumento de um passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade. Isso significa, na prática, que o reconhecimento da despesa ocorre simultaneamente com o reconhecimento de aumento nos passivos ou de diminuição nos ativos (por exemplo, a alocação por competência de obrigações trabalhistas ou da depreciação de equipamento).

No reconhecimento da depreciação de um ativo imobilizado, lançaremos:

D – Despesa com depreciação (resultado)
C – Depreciação acumulada (reduzora do ativo)



Esta é a hipótese de reconhecimento de uma despesa com diminuição do ativo. Alternativa e mais comumente, temos o aumento do passivo como contrapartida, como no caso de provisão para salários a pagar, reconhecimento de tributos devidos, provisão para férias, 13º, entre outros.

30 - MENSURAÇÃO DOS ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. Esse processo envolve a seleção de uma base específica de mensuração.

4.55. Um número variado de bases de mensuração é empregado em diferentes graus e em variadas combinações nas demonstrações contábeis. Essas bases incluem o que segue:

(a) **Custo histórico.** Os ativos são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos montantes dos recursos recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (como, por exemplo, imposto de renda), pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

(b) **Custo corrente.** Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se esses mesmos ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data do balanço. Os passivos são reconhecidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam necessários para liquidar a obrigação na data do balanço.

(c) **Valor realizável** (valor de realização ou de liquidação). Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela sua venda em forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos seus montantes de liquidação, isto é, pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que se espera serão pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações.

(d) **Valor presente.** Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de entradas líquidas de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de saídas líquidas de caixa que se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.



A base de mensuração mais comumente adotada pelas entidades na preparação de suas demonstrações contábeis é o custo histórico.



Ele é normalmente combinado com outras bases de avaliação. Por exemplo, os estoques são geralmente mantidos pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização, os títulos e ações negociáveis podem em determinadas circunstâncias ser mantidos a valor de mercado e os passivos decorrentes de pensões são mantidos pelo valor presente de tais benefícios no futuro. Além disso, em algumas circunstâncias entidades usam a base de custo corrente como uma resposta à incapacidade do modelo contábil de custo histórico enfrentar os efeitos das mudanças de preços dos ativos não-monetários.

Vamos exemplificar, utilizando-nos de todos os conceitos que a norma trouxe ao seu item 4.55.

Suponha que a mercadoria x tenha sido adquirida, **a prazo**, por R\$ 100,00, na data de 28 de agosto, mas à data do balanço patrimonial, em 31 de dezembro, valesse R\$ 90,00, pudesse ser vendida para terceiros hoje, em 28 de agosto, por R\$ 95,00. Caso a mercadoria não fosse comprada a prazo, pagaríamos por ela o montante de R\$ 80,00, ou seja, há R\$ 20,00 de juros embutido na operação.

Ache os valores de custo histórico, corrente, valor realizável líquido e valor presente.

O custo histórico é o valor pelo qual a mercadoria foi adquirida, ou seja, R\$ 100,00.

O custo corrente é o valor que pagaríamos por essa mercadoria à data do balanço, isto é, R\$ 90,00.

O valor realizável líquido é o valor pelo qual este produto pode ser vendido a terceiros, que, no caso, é R\$ 95,00.

O valor presente é o valor que eu pagaria por esta mercadoria hoje livre de juros, isto é R\$ 80,00.

Agora, vamos explicar detidamente

A primeira coisa que você deve saber é que inicialmente os ativos e passivos são registrados pelo chamado **custo histórico**, isto é, pelo valor que foi pago ou que vamos receber, no caso dos ativos, ou pelo valor que teremos de desembolsar, no caso de passivos.

Ocorre que estes itens podem variar. A economia não para, existem uma série que fatores que influenciam nos valores dos bens, direitos e obrigações de uma entidade. Daí a importância de estudar os critérios de avaliação do ativo e passivo.

Após o registro inicial, diferentes bases de mensuração podem ser utilizadas, ao longo do tempo, a depender da natureza do item registrado na contabilidade.

Esquematemizemos:



Depois do registro inicial, o custo histórico pode sofrer uma série de variações, já que, como dissemos, o dinheiro não é constante no tempo e os bens estão sujeitos a uma série de variações em suas características, como desgaste, ação da natureza. Pode ser que uma parte de uma venda não seja recebida. Enfim, há uma série de variáveis. Essas variáveis formam os critérios de avaliação do ativo e do passivo.

(a) **Custo histórico.** Os ativos são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos montantes dos recursos recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (como, por exemplo, imposto de renda), pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.



Custo histórico	
Ativo	Valores pagos
	Valores a serem pagos
Passivo	Recursos receb. em troca da obrigação
	Valor para liquidar

Para os ativos o custo histórico é o valor pago ou a ser pago. Por exemplo, se a companhia adquire uma mercadoria por R\$ 1.000,00, à vista ou a prazo, esse será o valor constante da contabilidade. Custo histórico para os ativos é só isso!

Para os passivos, seguimos a mesma lógica. Se você adquiriu um veículo por R\$ 30.000,00 e financiou, esse financiamento ficará registrado por este valor. Se tiver um valor a pagar ao Fisco de R\$ 100.000,00, este é o valor histórico que constará no passivo.

Visto o custo histórico, temos algumas variações, como custo corrente, valor realizável, valor presente e valor justo. Falemos um pouco sobre cada um deles.

Custo corrente
Valor a ser pago na data das demonstrações
Valor para liquidar a obrigação na data das demonstrações
Valor realizável
Valor obtido em uma venda de forma ordenada
Valor pago para liquidar obrigação no curso normal do negócio
Valor presente
Ativos: Valor presente descontado pelo fluxo de entrada líquida
Passivos: Valor presente descontado pelo fluxo de saída líquida



Esses são tipos de variações do custo histórico. Vejamos um pouco cada um deles.

(b) **Custo corrente.** Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se esses mesmos ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data do balanço. Os passivos são reconhecidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam necessários para liquidar a obrigação na data do balanço.

O que vem a ser o custo corrente? Vejamos através de um exemplo.

Os estoques são contabilizados pelo valor de compra (valor original). Depois, devem ser avaliados pela regra **custo ou mercado, dos dois o menor**. Atualmente, o “valor de mercado” é chamado de “valor realizável líquido”. Mas vamos chamar temporariamente esse valor realizável líquido de valor justo. Então agora temos **custo ou valor justo, dos dois o menor**.

Pois bem. Imagine-se que uma empresa comprou matéria prima, digamos, comprou ácido sulfônico para usar em alguns produtos químicos.

Chegado a época de fechar o balanço, a empresa ainda tem ácido sulfônico em estoque.

O que seria o valor justo para o ácido sulfônico?

Se a empresa não costuma vender esse material no mercado, não podemos usar o valor que a empresa conseguiria numa eventual venda de ácido sulfônico. Se ela não tem tradição, não fabrica ácido sulfônico, não conhece ou não tem relacionamento comercial com possíveis compradores desse produto, então o preço que ela poderia estimar numa eventual venda não é o valor justo (provavelmente seria menor que o valor justo). Ela não consegue estimar esse valor com confiança, pois não é participante deste mercado.

O que ela tem de ácido sulfônico é para utilizar em sua produção, tão-somente.

Assim, para as matérias primas, o valor justo é o valor que a empresa iria gastar para comprar o produto dos fabricantes/vendedores de ácido sulfônico. O preço pelo qual ela poderia repor o ácido sulfônico em seu estoque, mediante compra no mercado.

Veja o texto da lei 6404/76:

§ 1o Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor justo: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)
a) das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado;

O que isso tem a ver com o custo corrente?

Veja a definição de custo corrente: os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis.

Ou seja, o custo corrente é o custo de reposição, ou melhor, o valor que a empresa pagaria hoje pela matéria prima, se fosse comprá-la (repor) na data das demonstrações contábeis.



Os estoques destinados à venda (estoques de produtos acabados) só podem gerar dinheiro (futuros benefícios econômicos) para a empresa com a venda.

No caso de matéria prima, elas podem ser vendidas **ou** podem ser usadas na fabricação de produtos acabados.

Vamos voltar ao exemplo do ácido sulfônico: se o valor do estoque for de R\$ 10.000, e o custo corrente (custo de reposição, o preço que vai custar para comprar mais ácido sulfônico) cair e for de R\$ 9.500, em princípio, deveríamos reconhecer uma perda (debita “despesa com perda em estoque – resultado” e credita “ajuste para perdas prováveis em estoque – retificadora do ativo).

Mas se os produtos nos quais o ácido sulfônico não tiver queda de preço, então não há perda.

(c) **Valor realizável** (valor de realização ou de liquidação). Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela sua venda em forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos seus montantes de liquidação, isto é, pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que se espera serão pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações.

Suponha que a empresa Alfa tenha mercadorias registradas por R\$ 100,00. O CPC 16, que trata sobre estoques, prescreve:

9. Os estoques objeto deste Pronunciamento devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

O próprio CPC traz uma noção do que diz ser valor realizável:

Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.

Se, por exemplo, este estoque só puder ser vendido por R\$ 90,00, com despesas de vendas de R\$ 5,00, nosso valor realizável líquido será, portanto, de R\$ 85,00.

Nesta hipótese, reconheceremos uma perda no estoque no valor de R\$ 15,00, já que há uma desvalorização deste item.

(d) **Valor presente**. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de entradas líquidas de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de saídas líquidas de caixa que se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

Em lição comezinha, valor presente, como o próprio nome sugere, é quanto **vale hoje** um ativo ou passivo pertencente à empresa. O ajuste a valor presente está previsto na Lei 6.404/76 para ativos e passivos de longo prazo e para os de curto prazo (estes apenas quando houver efeito relevante) – artigo 183, VIII e artigo 184, III, do seguinte modo:



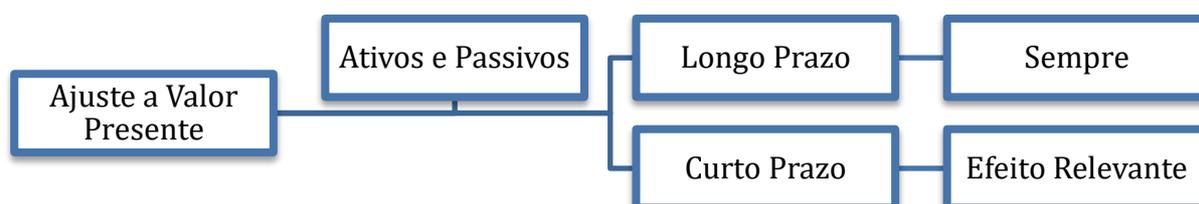
Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Art. 184. No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

III – as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Se tenho um ativo de longo prazo, uma duplicata a receber, por exemplo, no valor de R\$ 200.000,00, com juros sobre este valor de R\$ 50.000,00. Qual o seu valor presente? É no valor de R\$ 150.000,00.



Há ainda o **valor justo**.

Valor justo, em síntese, o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e



Valor justo	
Ativo	Ativo pode ser trocado em transação sem favorecimentos
Passivo	Passivo pode ser liquidado em transação sem favorecimentos

Valor justo de um ativo é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória. A norma diz a palavra “trocado”.



Lembre-se, contudo, que essa troca do ativo pode ser realizada entre ativo x dinheiro, o que configuraria uma venda.

Geralmente esse valor justo vai corresponder ao valor de mercado. **Uma pessoa quer comprar algo, procura alguém que tenha esse algo e tenha também interesse na venda, fecham um negócio naturalmente, sem influências um sobre o outro. Esse é o valor justo.**

E qual a diferença entre custo corrente, valor realizável e valor justo?

Resumidamente, as seguintes:

- **Custo corrente:** Valor na **data das demonstrações contábeis (palavra-chave).**
- **Valor realizável:** Valor de venda específico para a entidade **(palavra-chave: de forma ordenada).**
- **Valor justo:** Transação sem influências. É uma transação **sem favorecimentos (palavra-chave).** Por exemplo, Tabela FIPE para veículos.



Gravem essa sutil **diferença entre custo corrente, valor realizável e valor justo:**

Custo Corrente	• Valor na data das demonstrações contábeis
Valor Realizável	• Valor específico para a entidade
Valor justo	• Valor de mercado "geral"

Observação: nós fizemos um vídeo e disponibilizamos no **YouTube** que discrimina bem essa diferença entre os itens.

Você pode assistir <https://www.youtube.com/watch?v=foN7lBWYCAg>



(CESPE/Analista/STJ/2015) Em 15/7/2015, uma empresa adquiriu, à vista, mercadorias para revenda no valor unitário de R\$ 7,00, contemplando todos os custos de aquisição. Em 31/7/2015, o preço de reposição unitário das referidas mercadorias havia alcançado o valor de R\$ 7,80, ao passo que o preço de venda unitário estimado da mercadoria era R\$ 12,50, e o gasto estimado necessário para a concretização da venda era R\$ 1,50 por unidade. Em uma transação sem favorecimentos, cada uma dessas mercadorias poderia ser trocada no mercado pelo valor de R\$ 12,50 no último dia do mês de julho de 2015.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue o próximo item, considerando os princípios de contabilidade aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).



- 1) Em 31/7/2015, o valor justo de cada unidade da mercadoria adquirida era R\$ 11,00.
- 2) Em 31/7/2015, o custo corrente unitário das mercadorias adquiridas era R\$ 7,80.
- 3) Em atendimento ao princípio do registro pelo valor original, que indica o custo histórico como a base de mensuração a ser utilizada para o registro inicial dos componentes patrimoniais, cada unidade da mercadoria adquirida deve ser reconhecida ao preço de R\$ 7,00.

Comentários:

O preço de aquisição é também chamado de **custo histórico**.

Custo histórico → 7,00.

O preço para repor é chamado de **custo corrente**.

Custo corrente → Preço de reposição → 7,80

A entidade vende a mercadoria a R\$ 12,50. Esse é o valor realizável (vejam que não é o valor realizável líquido, mas sim “bruto”).

Valor realizável → 12,50

Os gastos da venda são de R\$ 1,50. Portanto:

Valor realizável líquido de despesa de venda → 12,50 – 1,50: 11,00

O valor pelo a mercadoria pode ser negociada no mercado é o valor justo.

Valor justo → Trocada no mercado → 12,50

Item 1, portanto, incorreto.

Item 2, portanto, correto.

Item 3, portanto, correto.



31 - MANUTENÇÃO DO CAPITAL FÍSICO E FINANCEIRO

O **conceito financeiro de capital é adotado pela maioria das entidades na preparação de suas demonstrações contábeis**. De acordo com o conceito financeiro de capital, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativo líquido ou patrimônio líquido da entidade. Por outro lado, segundo o conceito físico de capital, o capital é considerado como a capacidade produtiva da entidade baseada, por exemplo, nas unidades de produção diária.

- **Capital Financeiro** → Ativo líquido ou patrimônio líquido.
- **Capital Físico** → Capacidade produtiva ou operacional da entidade.

A seleção do conceito de capital apropriado para a entidade deve estar baseada nas **necessidades dos usuários** das demonstrações contábeis.

Assim, o conceito de **capital financeiro** deve ser adotado se os usuários das demonstrações contábeis estiverem primariamente interessados na **manutenção do capital nominal investido ou no poder de compra do capital investido**.

Se, contudo, a principal preocupação dos usuários for com a **capacidade operacional da entidade, o conceito de capital físico deve ser adotado**. O conceito escolhido indica o objetivo a ser alcançado na determinação do lucro, mesmo que possa haver algumas dificuldades de mensuração ao tornar operacional o conceito.

Destas definições, o Pronunciamento CPC 00 conclui que:

4.59. Os conceitos de capital mencionados no item 4.57 dão origem aos seguintes conceitos de manutenção de capital:

(a) **Manutenção do capital financeiro**. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se o montante financeiro (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período exceder o seu montante financeiro (ou dinheiro) no começo do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período. A manutenção do capital financeiro pode ser medida em qualquer unidade monetária nominal ou em unidades de poder aquisitivo constante.

(b) **Manutenção do capital físico**. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou fundos necessários para atingir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.



Manutenção do capital financeiro

- Manutenção do capital (dinheiro investido)

Manutenção do capital físico

- Capacidade física produtiva, operacional

O conceito de manutenção de capital está relacionado com a forma pela qual a entidade define o capital que ela procura manter. Ele representa um elo entre os conceitos de capital e os conceitos de lucro, pois fornece um ponto de referência para medição do lucro; é uma condição essencial para distinção entre o retorno sobre o capital da entidade e a recuperação do capital.

Dessa forma, somente os ingressos de ativos que excedam os montantes necessários para manutenção do capital podem ser considerados como lucro e, portanto, como retorno sobre o capital.

Portanto, o lucro é o montante remanescente depois que as despesas (inclusive os ajustes de manutenção do capital, quando for apropriado) tiverem sido deduzidas do resultado. Se as despesas excederem as receitas, o montante residual será um prejuízo.

Vejamos uma questão discursiva do CESPE:

(CESPE/TCE-PR/Analista-Área Contábil/2016) Tendo em vista que, de acordo com a deliberação CVM n. 675/2011, a seleção do conceito de capital determina o modelo contábil a ser utilizado na elaboração das demonstrações contábeis, redija um texto dissertativo que responda aos seguintes questionamentos.

- 1) Quando a entidade deve utilizar o conceito de capital físico para determinar seu modelo contábil?
- 2) Quando a entidade deve utilizar o conceito de capital financeiro para determinar seu modelo contábil?

Padrão de resposta:

O **conceito de capital físico é utilizado quando a entidade necessita conhecer sua capacidade operacional. Por isso, é indicado para o controle gerencial e para a tomada de decisões internas.**

No **caso do conceito de capital financeiro, o capital é visto como sinônimo de patrimônio líquido. Assim, o modelo contábil apoiado neste conceito é adequado aos usuários externos, principalmente, aos acionistas.**

Se você não entendeu muito bem do que estamos falando até agora, o exemplo que utilizaremos para explicar a questão a seguir vai ajudar:



(FCC/2009/TJ-SE) Considere:

I – Todos os bens adquiridos pela empresa devem ser registrados no balanço patrimonial, nos grupos de ativos.

II – As despesas devem ser reconhecidas no resultado da empresa, considerando-se a sua associação direta com a receita gerada.

III – O conceito físico de manutenção de capital pressupõe a manutenção dos montantes financeiros dos ativos líquidos existentes no início do período e no final do período do Balanço Patrimonial.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) I e II.

(C) I e III.

(D) II.

(E) III.

Comentários:

Análise das alternativas:

I. Alternativa INCORRETA. Conforme o Pronunciamento Técnico 00 do CPC:

4.38. Um item que se enquadre na definição de um elemento deve ser reconhecido se:
(a) for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade; e
(b) o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.

Assim, não são todos os bens adquiridos que devem ser registrados como ativo, mas apenas os que atenderem às condições acima.

II. Alternativa CORRETA.

4.50. **As despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado com base na associação direta entre elas e os correspondentes itens de receita.** Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (regime de competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas e despesas que resultem diretamente ou conjuntamente das mesmas transações ou outros eventos. Por exemplo, os vários componentes de despesas que integram o custo das mercadorias vendidas devem ser reconhecidos no mesmo momento em que a receita derivada da venda das mercadorias é reconhecida. Contudo, a aplicação do conceito de confrontação, de acordo com esta Estrutura Conceitual, não autoriza o reconhecimento de itens no balanço patrimonial que não satisfaçam à definição de ativos ou passivos.



III. Alternativa INCORRETA.

4.59. Os conceitos de capital mencionados no item 4.57 dão origem aos seguintes conceitos de manutenção de capital:

(a) Manutenção do capital financeiro. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se o montante financeiro (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período exceder o seu montante financeiro (ou dinheiro) no começo do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período. A manutenção do capital financeiro pode ser medida em qualquer unidade monetária nominal ou em unidades de poder aquisitivo constante.

(b) Manutenção do capital físico. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou fundos necessários para atingir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

Para entender melhor:



O conceito de manutenção do capital físico era muito importante na época da inflação alta. Vejamos um exemplo numérico para apresentar o conceito:

Suponha que uma determinada empresa seja constituída com 10.000 de Capital Social, para comercializar, digamos, televisores. O capital social foi integralizado em dinheiro. No primeiro mês, a empresa compra um televisor de 4.000 reais.

Balanco Inicial			
Ativo		Passivo	
Caixa	6.000		
Estoque	4.000	Patrimônio Líquido	
		Capital Social	10.000

Durante o mês, a empresa vende o televisor que tinha em estoque por 5.000 à vista. Quando vai comprar outra unidade do mesmo televisor, o preço subiu para 5.800.

Balanco no final do mês			
Ativo		Passivo	
Caixa	5.200		
Estoque	5.800	Patrimônio Líquido	
		Capital Social	10.000
		Resultado do exercício	1000



Demonstração do Resultado	
Venda	5.000
CMV	(4.000)
Lucro Bruto	1.000

Sob a ótica de **manutenção do capital financeiro**, a empresa apurou um lucro de 1.000.

Seu ativo, que era de 10.000, passou para 11.000. Este resultado bate com o lucro contábil, que também foi de 1.000.

Entretanto, **se considerarmos a manutenção do capital físico, o resultado muda radicalmente, e apuramos um prejuízo de 800 reais.**

No início do mês, a empresa possuía um televisor e 6.000 em caixa. No final do mês, após a venda e a compra de nova unidade, a empresa possui um televisor em estoque e 5.200 em caixa. Encontra-se, portanto, em situação pior que no início do mês.

Em outras palavras: se a empresa não realizasse nenhuma operação, estaria em melhor situação no final do mês.

Isto ocorreu porque, no nosso exemplo, a empresa vendeu por 5.000 estoques que foram repostos por 5.800, gerando um prejuízo de 800.

Naturalmente, com inflação baixa, não deve ocorrer nenhuma mudança de preço tão drástica, mas o conceito de manutenção do capital físico permanece.

Gabarito → D.



32 - RESUMO: ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE

As demonstrações contábeis são preparadas para usuários externos em geral.

As características qualitativas foram divididas em dois grupos:

- 1) Características qualitativas fundamentais
 - 1.1 - relevância
 - 1.2 - representação fidedigna
- 2) Características qualitativas de melhoria
 - 2.1 - comparabilidade
 - 2.2 - verificabilidade
 - 2.3 - tempestividade
 - 2.4 – compreensibilidade

Características qualitativas **fundamentais (relevância e representação fidedigna)**.

Características qualitativas **de melhoria (comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade)**.

Relevância: Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de **fazer diferença nas decisões** que possam ser tomadas pelos usuários.

Representação Fidedigna: Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser **completa, neutra e livre de erro**.

Completa: a informação deve conter o necessário para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado.

Neutra: deve estar livre de viés na seleção ou na apresentação, não podendo ser distorcida para mais ou para menos.

Livre de erros: não significa total exatidão, mas sim que o processo para obtenção da informação tenha sido selecionado e aplicado livre de erros.

Comparabilidade: é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

Consistência: embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo. **Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens**, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. **Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo.**

Verificabilidade - ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar.

Tempestividade: significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.



Um item que se enquadre na definição de um elemento (ativo ou passivo) deve ser reconhecido se:

- a) for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade; e
- b) o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.

Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;

Patrimônio Líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais;

Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com distribuição aos detentores dos instrumentos patrimoniais.

Manutenção do capital financeiro. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se o montante financeiro (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período exceder o seu montante financeiro (ou dinheiro) no começo do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período. A manutenção do capital financeiro pode ser medida em qualquer unidade monetária nominal ou em unidades de poder aquisitivo constante.

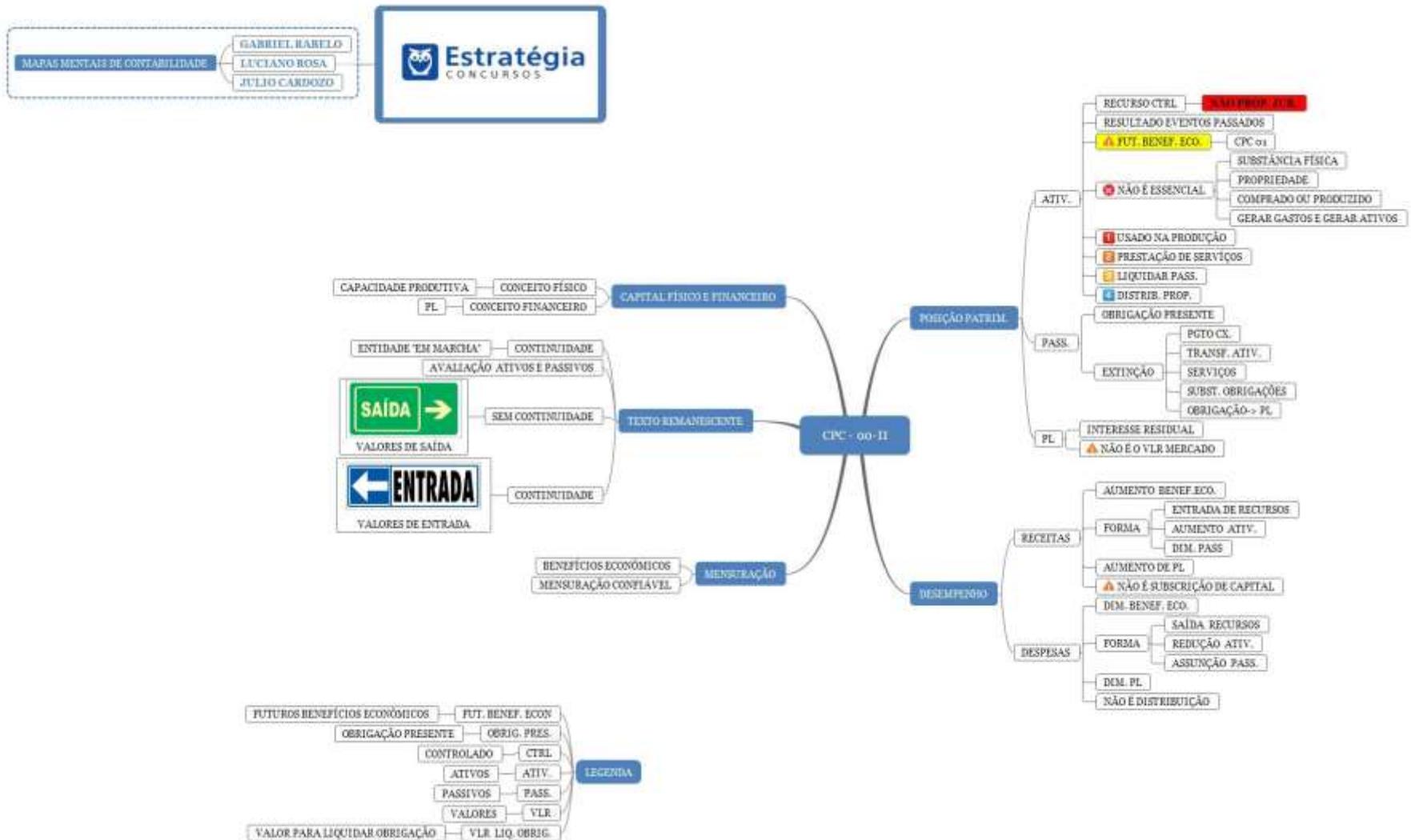
Manutenção do capital físico. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou fundos necessários para atingir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

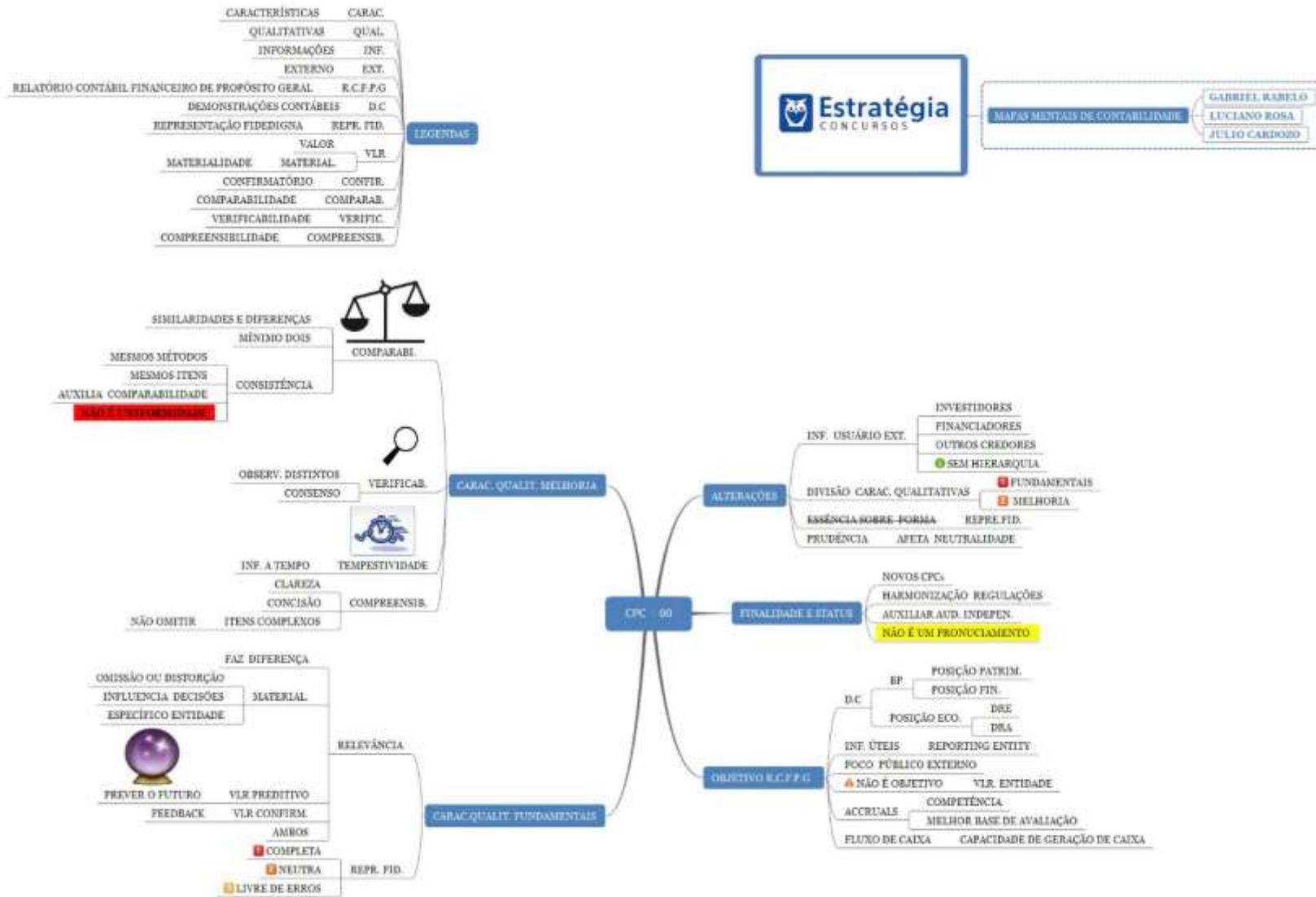
Compreensibilidade: significa que a classificação, a caracterização e a apresentação da informação são feitas com clareza e concisão, tornando-a compreensível. Mas não é admissível a exclusão de informação complexa e não facilmente compreensível se isso tornar o relatório incompleto e distorcido.

Restrição de custo: O custo para gerar a informação é uma restrição, que impede a geração de toda a informação considerada relevante para o usuário



33 - MAPAS MENTAIS DESTA AULA (*ELABORADOS PELO PROFESSOR JULIO CARDOZO)





34 - QUESTÕES COMENTADAS

1. (CESGRANRIO/Auditor Júnior/Petrobras/2018)

O entendimento da importância da elaboração das demonstrações contábeis em IFRS passa pelo pronunciamento da estrutura conceitual para a elaboração das demonstrações contábeis, conhecido na prática por CPC 00, correspondente ao framework, do IFRS. Nesse entendimento são reportadas, dentre os aspectos técnico-conceituais, características qualitativas das demonstrações contábeis.

Nesse contexto das características qualitativas das demonstrações contábeis e de acordo com o IFRS 8, uma informação da empresa sobre seus segmentos operacionais, que permita a potenciais usuários identificar quais são suas áreas de atuação e negócios, é um exemplo prático da característica qualitativa da

- a) relevância
- b) materialidade
- c) verificabilidade
- d) comparabilidade
- e) compreensibilidade

Comentários:

Uma informação relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários. Assim, quando vou tomar a decisão de investir ou não em um negócio, interessa-me saber qual o ramo de negócio em que ela atua.

Gabarito → A.

2. (CESGRANRIO/Transpetro/Contador/2018)

A NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Financeiro, aprovada pela Resolução CFC no 1.374/2011, tem como um de seus objetivos suportar e promover a harmonização das regulações, das normas contábeis e dos procedimentos relacionados à apresentação das demonstrações contábeis, visando a reduzir o número de tratamentos contábeis alternativos permitidos pelas normas, interpretações e comunicados técnicos.

Nesse contexto, a norma apresenta as características qualitativas da informação contábil financeira útil, destacando, dentre elas, a característica da Verificabilidade, que ajuda a assegurar aos usuários que a informação

- (A) é classificada e apresentada de forma clara e concisa.
- (B) está disponível para os tomadores de decisão, a tempo de influenciar suas decisões.
- (C) possibilita fazer escolhas entre alternativas igualmente válidas.



- (D) representa, fidedignamente, o fenômeno econômico que se propõe representar.
(E) tem capacidade para fazer diferença nas decisões que o usuário possa tomar (relevância).

Comentários:

Verificabilidade é uma das características qualitativas de melhoria previstas no CPC 00:

QC26. **A verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar.** A verificabilidade significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna. Informação quantificável não necessita ser um único ponto estimado para ser verificável. Uma faixa de possíveis montantes com suas probabilidades respectivas pode também ser verificável.

Gabarito → D

3. (CESGRANRIO/Transpetro/Contador/2018)

Um grupo de investidores de uma companhia utilizou os reportes financeiros dos últimos cinco exercícios para avaliar a possibilidade de um novo aporte de capital dessa companhia. A decisão foi positiva quanto ao investimento e, um ano após, o grupo de investidores estava disposto a aumentar os investimentos na companhia.

Considerando apenas essa situação, é correto afirmar que as informações que foram utilizadas pelos investidores para tomar a decisão

- (A) foram confirmadas pelos auditores
(B) são comparáveis com outras entidades
(C) são compreensíveis a qualquer usuário
(D) são objetivamente verificáveis
(E) têm valor confirmatório

Comentários:

A informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver **valor preditivo, valor confirmatório ou ambos.**

A informação contábil-financeira tem **valor preditivo se puder ser utilizada pelos usuários para prever futuros resultados.** A informação contábil-financeira não precisa ser uma predição ou uma projeção para que possua valor preditivo. A informação contábil-financeira com valor preditivo é empregada pelos usuários ao fazerem suas próprias predições.

A **informação contábil-financeira tem valor confirmatório se retro-alimentar – servir de feedback – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las).**

Gabarito → E



4. (FGV/Analista/ALE RO/2018)

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1)- Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil- financeiro, as características qualitativas da informação contábil- financeira podem ser divididas em fundamentais e de melhoria.

Assinale a opção que indica as características qualitativas fundamentais.

- a) Confiabilidade e materialidade.
- b) Relevância e representação fidedigna.
- c) Essência sobre a forma e neutralidade.
- d) Comparabilidade e tempestividade.
- e) Compreensibilidade e verificabilidade.

Comentários:

As características qualitativas fundamentais das demonstrações contábeis são relevância e representação fidedigna.

Gabarito → B.

5. (CESPE/Técnico/SEFAZ/RS/2018)

Em consonância com a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, prevista pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, assinale a opção correta, com relação a ativos.

- A) Os ativos não deverão ser reconhecidos em casos de incertezas, independentemente do seu benefício econômico futuro.
- B) Na ausência de informações sobre seu benefício econômico futuro, os ativos devem ser avaliados com medidas subjetivas.
- C) Os ativos poderão ser reconhecidos mesmo que não haja informação sobre o seu benefício econômico futuro.
- D) Mesmo que incertos, os ativos devem ser reconhecidos; entretanto, não se deve, nesse caso, observar sua relação de benefício econômico futuro.
- E) O grau de incerteza do ativo e o seu fluxo de benefícios econômicos futuros devem ser avaliados de maneira conjunta.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa:

A Os ativos não deverão ser reconhecidos em casos de incertezas, independentemente do seu benefício econômico futuro.

Errado, o item 4.38 do CPC 00 afirma:



Um item que se enquadre na definição de um elemento deve ser reconhecido se:
(a) for **provável que algum benefício econômico futuro** associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade; e
(b) o item tiver **custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade**.

Portanto, se houver expectativa de benefícios futuros e a mensuração confiável do custo, **o ativo pode ser reconhecido, ainda que haja incertezas**. Um exemplo básico: uma venda a prazo. A entidade tem certeza que esse valor será recebido? Ainda que seja recebido, podem haver perdas, não é mesmo? Ainda assim a venda a prazo é classificada como um Ativo.

B Na ausência de informações sobre seu benefício econômico futuro, os ativos devem ser avaliados com medidas subjetivas.

Errado, se não há informações sobre seu benefício econômico futuro, ainda que sejam por estimativas, determinado item não deve ser considerado como ativo.

C Os ativos poderão ser reconhecidos mesmo que não haja informação sobre o seu benefício econômico futuro.

Errado, um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for **provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade** e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade.

D Mesmo que incertos, os ativos devem ser reconhecidos; entretanto, não se deve, nesse caso, observar sua relação de benefício econômico futuro.

Errado, a primeira parte da assertiva está correta: mesmo que incertos, os ativos devem ser reconhecidos; mas devemos, sim, nesse caso, observar a expectativa de benefícios econômicos.

E O grau de incerteza do ativo e o seu fluxo de benefícios econômicos futuros devem ser avaliados de maneira conjunta.

Correto, o item 4.40 no CPC 00 prevê:

4.40. O conceito de probabilidade deve ser adotado nos critérios de reconhecimento para determinar o grau de incerteza com que os benefícios econômicos futuros referentes ao item venham a fluir para a entidade ou a fluir da entidade. O conceito está em conformidade com a incerteza que caracteriza o ambiente no qual a entidade opera. As avaliações acerca do grau de incerteza atrelado ao fluxo de benefícios econômicos futuros devem ser feitas com base na evidência disponível quando as demonstrações contábeis são elaboradas. Por exemplo, quando for provável que uma conta a receber devida à entidade será paga pelo devedor, é então justificável, na ausência de qualquer evidência em contrário, reconhecer a conta a receber como ativo. Para uma ampla população de contas a receber, entretanto, algum grau de inadimplência é normalmente considerado provável; dessa forma, reconhece-se como despesa a esperada redução nos benefícios econômicos.

Gabarito → E



6. (CESPE/Auditor/CAGE RS/2018)

Conforme a NBC TG Estrutura Conceitual aprovada pela Resolução CFC n.º 1.374/2011, o valor realizável é a base de mensuração que implica avaliar o ativo de acordo com o

A) valor presente descontado dos fluxos futuros de entradas líquidas de caixa esperados do ativo no curso normal

das operações.

B) montante de caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela sua venda em forma ordenada.

C) montante de caixa ou equivalentes de caixa a serem pagos se esse mesmo ativo ou um ativo equivalente for adquirido

na data do balanço.

D) maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

E) valor justo dos recursos entregues para adquiri-lo na data de aquisição.

Comentários:

Guarde este resumo:

Custo corrente
Valor a ser pago na data das demonstrações
Valor para liquidar a obrigação na data das demonstrações
Valor realizável
Valor obtido em uma venda de forma ordenada
Valor pago para liquidar obrigação no curso normal do negócio
Valor presente
Ativos: Valor presente descontado pelo fluxo de entrada líquida
Passivos: Valor presente descontado pelo fluxo de saída líquida

Gabarito → B.

7. (CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)

Assinale a opção que apresenta a premissa subjacente para a elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual.

- a) relevância
- b) tempestividade
- c) essência econômica sobre a forma jurídica
- d) representação fidedigna
- e) continuidade



Comentários:

Conforme previsão da Estrutura Conceitual Básica:

**Premissa subjacente
Continuidade**

4.1. As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade (going concern assumption) e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações. Por outro lado, se essa intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em bases diferentes e, nesse caso, a base de elaboração utilizada deve ser divulgada

Gabarito → E

8. (FGV/Auditor/SEFIN/RO/2018)

Na última versão do Pronunciamento Técnico CPC00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro,

a característica “essência sobre a forma” foi formalmente retirada da condição de componente separado da representação fidedigna.

Assinale a opção que indica o motivo porque a “essência sobre a forma” foi retirada.

- (A) Sua presença, junto à representação fidedigna, foi considerada uma redundância.
- (B) Ela foi considerada inconsistente à característica qualitativa da neutralidade.
- (C) Ela foi considerada inconsistente à característica qualitativa da tempestividade.
- (D) As normas contábeis norte-americanas não incluem a essência sobre a forma em sua estrutura conceitual.
- (E) Sua presença deixou de ser exigida nas normas internacionais.

Comentários:

Questão que cobra literalidade do CPC 00, vejamos:

A característica essência sobre a forma foi formalmente retirada da condição de componente separado da representação fidedigna, **por ser considerado isso uma redundância**. A representação pela forma legal que difira da substância econômica não pode resultar em representação fidedigna, conforme citam as Bases para Conclusões. Assim, essência sobre a forma continua, na realidade, bandeira insubstituível nas normas do IASB.

Gabarito → A



9. (CONSULPLAN/Analista/TRF 2/2017)

A Resolução CFC nº 1.374/2011 apresenta, entre outros, os conceitos das características qualitativas da informação contábil-financeira útil; uma destas características é a relevância. Sobre esta característica, a Resolução afirma que uma informação, para ser relevante, deve ter valor preditivo, valor confirmatório ou ambos. De acordo com a Resolução CFC nº 1.374/2011, a informação contábil-financeira tem valor preditivo se:

- a) Somente for uma predição ou uma projeção.
- b) For confirmada pela informação confirmatória.
- c) Retroalimentar – servir de feedback – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las).
- d) Puder ser utilizada como dado de entrada em processos empregados pelos usuários para prever futuros resultados.

Comentários:

A informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver **valor preditivo, valor confirmatório ou ambos**.

A informação contábil-financeira tem **valor preditivo se puder ser utilizada pelos usuários para prever futuros resultados**. A informação contábil-financeira não precisa ser uma predição ou uma projeção para que possua valor preditivo. A informação contábil-financeira com valor preditivo é empregada pelos usuários ao fazerem suas próprias predições.

A **informação contábil-financeira tem valor confirmatório se retro-alimentar – servir de feedback – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las)**.

Gabarito → D.

10. (ESAF/Analista de Finanças e Controle/STN/2013)

A empresa Patrimônio S.A. efetuou a depreciação utilizando os percentuais fiscais, ainda que soubesse que a vida econômica do bem era maior do que as taxas fiscais. A decisão foi tomada em função das dificuldades em controlar as duas depreciações, o que levaria a empresa a ter custos de controle não suportáveis pelo porte e situação financeira da empresa, inviabilizando o negócio. Referida situação

- a) afeta diretamente a neutralidade na apresentação de uma demonstração contábil fidedigna, não sendo possível considerar a demonstração fidedigna.
- b) altera a demonstração contábil de forma material, impedindo o reconhecimento como uma demonstração contábil fidedigna.
- c) permite considerar a demonstração contábil fidedigna, uma vez que o custo para geração de uma informação com melhor qualidade não justificaria o benefício.
- d) atende ao princípio da prudência, visto que a decisão de adotar a depreciação que atribui maior valor ao resultado permite a geração de uma demonstração conservadora mais fidedigna.



e) distorce a possibilidade do usuário em analisar a demonstração contábil, sendo necessário o ajuste para considerá-la fidedigna.

Comentários:

O CPC 27 (ativo imobilizado) prega que:

50. O valor depreciável de um ativo deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

Assim, para fins contábeis, a depreciação deve ser feita ao longo da vida útil do ativo, com base nas melhores informações disponíveis sobre a vida útil e econômica do bem.

Todavia, na hipótese em tela, foram utilizados os critérios fiscais. Critério diferente seria demasiadamente oneroso para a entidade.

Segundo o CPC 00:

QC12. Os relatórios contábil-financeiros representam um fenômeno econômico em palavras e números. Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro. É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível.

QC15. Representação fidedigna não significa exatidão em todos os aspectos. Um retrato da realidade econômica livre de erros significa que não há erros ou omissões no fenômeno retratado, e que o processo utilizado, para produzir a informação reportada, foi selecionado e foi aplicado livre de erros. Nesse sentido, um retrato da realidade econômica livre de erros não significa algo perfeitamente exato em todos os aspectos. Por exemplo, a estimativa de preço ou valor não observável não pode ser qualificada como sendo algo exato ou inexato. Entretanto, a representação dessa estimativa pode ser considerada fidedigna se o montante for descrito claramente e precisamente como sendo uma estimativa, se a natureza e as limitações do processo forem devidamente reveladas, e nenhum erro tiver sido cometido na seleção e aplicação do processo apropriado para desenvolvimento da estimativa.

Vistos os preceitos sobre representação fidedigna, vejamos a ponderação que deve ser feita na análise do custo de geração da informação.

Tais preceitos estão também estatuídos no CPC 00, a saber:

QC35. O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro impõe custos, sendo importante que ditos custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação. Existem variados tipos de custos e benefícios a considerar.



QC38. Na aplicação da restrição do custo, avalia-se se os benefícios proporcionados pela elaboração e divulgação de informação em particular são provavelmente justificados pelos custos incorridos para fornecimento e uso dessa informação. Quando da aplicação da restrição do custo no desenvolvimento do padrão proposto de elaboração e divulgação, o órgão normatizador deve procurar se informar junto aos fornecedores da informação, usuários, auditores independentes, acadêmicos e outros agentes sobre a natureza e quantidade esperada de benefícios e custos desse padrão. Em grande parte dos casos, as avaliações são baseadas na combinação de informação quantitativa e qualitativa.

Portanto, as informações, fazendo-se uma ponderação do custo-benefício, não deixaram de ser fidedignas, haja vista que a ponderação entre a informação e o custo para se gerar essa informação deve ser levado em conta.

Gabarito → C.

11. (ESAF/AFRFB/2012)

Entre as características qualitativas de melhoria, a comparabilidade está entre as que os analistas de demonstrações contábeis mais buscam. Dessa forma, pode-se definir pela estrutura conceitual contábil que comparabilidade é a característica que:

- a) permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles nas Demonstrações Contábeis.
- b) utiliza os mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.
- c) considera a uniformidade na aplicação dos procedimentos e normas contábeis, onde, para se obter a comparabilidade, as entidades precisam adotar os mesmos métodos de apuração e cálculo.
- d) garante que usuários diferentes concluam de forma completa e igual, quanto à condição econômica e financeira da empresa, sendo levados a um completo acordo.
- e) estabelece procedimentos para a padronização dos métodos e processos aplicados em demonstrações contábeis de mesmo segmento.

Comentários:

Conforme dissemos na aula:

Comparabilidade

QC20. As decisões de usuários implicam escolhas entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter um investimento, ou investir em uma entidade ou noutra. Consequentemente, a informação acerca da entidade que reporta informação será mais



útil caso possa ser comparada com informação similar sobre outras entidades e com informação similar sobre a mesma entidade para outro período ou para outra data.

QC21. Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada com um único item. A comparação requer no mínimo dois itens.

Gabarito, pois, letra a.

Gabarito → A.

12. (FBC/Exame Suficiência/CFC/2016.2)

Uma Sociedade Empresária mensura suas propriedades para investimento ao Valor Justo, tal como previsto pela NBC TG 28 (R3) – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO, mas deixou de apresentar, em sua nota de conciliação dos valores contábeis da Propriedade de Investimento no início e no fim do período, o item “ganhos ou perdas líquidos provenientes de ajustes de valor justo”.

Essa omissão restringiu a capacidade analítica do usuário e, entre outras perdas de qualidade, prejudicou o valor confirmatório.

De acordo com o disposto pela NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, o valor confirmatório é uma das marcas da característica qualitativa da:

- a) Materialidade.
- b) Relevância.
- c) Representação Fidedigna.
- d) Tempestividade.

Comentários:

Conforme disposição da NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, item QC5, as características qualitativas fundamentais são **relevância e representação fidedigna**.

Por sua vez, de acordo com o item QC6, informação contábil-financeira **relevante** é aquela capaz de **fazer diferença** nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

E, finalmente, o item QC7 afirma que a informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver valor preditivo, **VALOR CONFIRMATÓRIO** ou ambos, o que nos leva à alternativa “B”.

Gabarito → B

13. (FBC/Exame Suficiência/CFC/2016.2)

De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA A ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, no que se refere ao



reconhecimento dos elementos das Demonstrações Contábeis, é **CORRETO** afirmar que:
a) um ativo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial quando os gastos incorridos não proporcionarem a expectativa provável de geração de benefícios econômicos futuros.

b) um passivo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial quando for remota a possibilidade de uma saída de recursos para sua quitação e seu valor não puder ser estimado com confiabilidade.

c) uma despesa corresponde a um decréscimo nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos que resultam em decréscimo do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais.

d) uma receita deve ser reconhecida quando resultar em diminuição nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de passivos que resultam em diminuição do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais.

Comentários:

Vamos comentar cada um dos itens:

a) um ativo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial quando os gastos incorridos **não proporcionarem a expectativa provável de geração de benefícios econômicos futuros**.

ERRADO: Conforme disposição da NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, item 4.44, um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade.

b) um passivo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial quando for **remota** a possibilidade de uma saída de recursos para sua quitação e seu valor não puder ser estimado com confiabilidade.

ERRADO: segundo o item 4.46 disposição da NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for **PROVÁVEL** que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente.

Se a possibilidade de saída de recursos for **REMOTA**, segundo a NBC TG 25, a empresa poderá não precisa reconhecer um Passivo Contingente e nem fazer a divulgação em Notas Explicativas.

c) uma despesa corresponde a um decréscimo nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos que resultam em decréscimo do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais. **CORRETO:** alternativa correta e representa a literalidade do item 4.25 da NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL.

d) uma receita deve ser reconhecida quando resultar em **diminuição** nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de **passivos** que resultam em **diminuição** do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais.



ERRADO: a alternativa inverteu diversos conceitos, pois, segundo o item 4.25, (a), *receitas* são **aumentos** nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do **aumento** de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em **aumentos** do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais.

Gabarito → C

14. (FBC/Exame de Suficiência/2016.1)

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, é INCORRETO afirmar que:

- a) as características qualitativas fundamentais são comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade, pois tornam a informação útil. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. Portanto, relevância e representação fidedigna são características qualitativas de melhoria.
- b) a informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não a levar em consideração, ou já tiverem tomado ciência de sua existência por outras fontes.
- c) as características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas, que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação, deve ser usada para retratar um fenômeno.
- d) a informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver valor preditivo, valor confirmatório ou ambos. A informação contábil financeira tem valor preditivo se puder ser utilizada como dado de entrada em processos empregados pelos usuários para predizer futuros resultados.

Comentários:

A alternativa incorreta é a “A”, porque inverteu os conceitos! As características qualitativas fundamentais são Relevância e Representação fidedigna.

As Características qualitativas de melhoria são Comparabilidade, Verificabilidade, Tempestividade e Compreensibilidade.

Gabarito → A

15. (FCC/MANAUSPREV/Contabilidade/2015)

Sobre as características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira, considere:

- I. Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.



II. Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e materialidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade.

III. Comparabilidade refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.

IV. Verificabilidade significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I, III e IV.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) I e IV.
- E) III e IV.

Comentários:

Vamos analisar as assertivas:

I – **Certa**. Cópia do CPC 00 (R1).

II – **Errada**. O correto seria: Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e **compreensibilidade** são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. A banca trocou “compreensibilidade” por “materialidade”.

III – **Errada**. Essa é a definição de Consistência, confira: **Consistência**, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo. **Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens**, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. **Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo**.

IV – **Certa**. Cópia do CPC 00 (R1).

Gabarito → D

16. (FBC/Exame de Suficiência/2015.1)

De acordo a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, com relação às características qualitativas da informação contábil, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.



I. A informação necessita, concomitantemente, ser relevante e representar com fidedignidade a realidade reportada para ser útil. Nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante, tampouco a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomarem boas decisões.

II. Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas, que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação, deve ser usada para retratar um fenômeno.

III. O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade, no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro impõe custos, e é importante que tais custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação.

A sequência CORRETA é:

a) F, V, F.

b) V, F, V.

c) F, F, F.

d) V, V, V.

Comentários:

Vamos analisar as assertivas:

I. A informação necessita, concomitantemente, ser relevante e representar com fidedignidade a realidade reportada para ser útil. Nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante, tampouco a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomarem boas decisões.

Correto, as características qualitativas fundamentais são **relevância e representação fidedigna**. Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

II. Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas, que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação, deve ser usada para retratar um fenômeno.

Correto, consoante a Estrutura Conceitual básica:

QC19. Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam consideradas



equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenômeno.

III. O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade, no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro impõe custos, e é importante que tais custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação.

Correto, vejamos:

Restrição de custo na elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro útil

QC35. O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro impõe custos, sendo importante que ditos custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação. Existem variados tipos de custos e benefícios a considerar.

O custo para gerar a informação é uma restrição, que impede a geração de toda a informação considerada relevante para o usuário. Se divulgar uma informação é mais caro do que a informação propriamente dita, pode ser que seja necessário avaliar se essa decisão é mesmo necessária para a divulgação das demonstrações contábeis.

Gabarito → D

17. (FBC/Exame de Suficiência/2015.2)

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, no que se refere à inclusão na definição de Ativo, analise as condições apresentadas nos itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Recurso com característica tangível.
- II. Recurso controlado pela entidade.
- III. Recurso de propriedade da entidade.
- IV. Recurso do qual se espera que fluam benefícios econômicos futuros para a entidade.
- V. Recurso resultante de eventos passados.

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, são condições necessárias para o reconhecimento do Ativo os requisitos apresentados apenas nos itens:

- a) I e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, IV e V.
- d) III e V.

Comentários:



Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam **futuros benefícios econômicos para a entidade**.

Agora iremos analisar o que diz cada alternativa:

I. Recurso com característica **tangível**.

Errado, temos Ativos que são incorpóreos, como os Ativos Intangíveis.

II. Recurso controlado pela entidade.

Correto, conforme determina o CPC 00.

III. Recurso de propriedade da entidade.

Errado, um imóvel objeto de arrendamento é um ativo, desde que a entidade controle os benefícios econômicos provenientes da propriedade. A propriedade jurídica não é essencial.

IV. Recurso do qual se espera que fluam benefícios econômicos futuros para a entidade.

Correto, a expectativa de que futuros benefícios econômicos fluam para a entidade ou saiam da entidade deve ser suficientemente certa para que seja observado antes que um ativo ou um passivo seja reconhecido.

V. Recurso resultante de eventos passados.

Correto, de acordo com o CPC 00, os ativos da entidade resultam de transações passadas ou de outros eventos passados. As entidades normalmente obtêm ativos por meio de sua compra ou produção, mas outras transações ou eventos podem gerar ativos. Por exemplo, um imóvel recebido de ente governamental como parte de programa para fomentar o crescimento econômico de dada região ou a descoberta de jazidas minerais. Transações ou eventos previstos para ocorrer no futuro não dão origem, por si só, ao surgimento de ativos. Desse modo, por exemplo, a intenção de adquirir estoques não atende, por si só, à definição de ativo.

Gabarito → C

18. (FBC/Exame de Suficiência/2015.2)

De acordo com a definição de Ativo, constante na NBC TG Estrutura Conceitual, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Um bem do imobilizado que não tenha mais condição de ser usado e nenhum interesse do mercado por sua aquisição, sob qualquer forma, deve ser mantido no Ativo até que seja descartado fisicamente.

II. Bens sob arrendamento financeiro não devem ser reconhecidos nas demonstrações do arrendatário, mas nas demonstrações do arrendador, devido ao fato de não haver ocorrido a transferência legal do bem, sendo facultado ao arrendatário apenas o seu uso e, não, a possibilidade de vendê-lo até que se obtenha a propriedade.

III. A alteração no uso de um ativo pode provocar alteração na sua capacidade de geração de fluxos de caixa futuros. Esse fato, todavia, não deve ensejar revisão de seu valor recuperável,



uma vez que não lhe foi provocado nenhum dano, e os ativos são mensurados com base no custo histórico.

IV. Considerando-se que um dos principais recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros são os conhecimentos das pessoas e ainda que, atualmente, há possibilidade de se reconhecerem ativos intangíveis. Se uma determinada empresa tiver desenvolvido uma equipe com forte capacidade de sinergia com o mercado, que lhe permita gerar diferencial competitivo, deve reconhecer esse item em seu ativo, já que é resultado de eventos passados.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, F, F.
- b) F, V, F, V.
- c) V, F, V, F.
- d) V, V, V, V.

Comentários:

Vamos analisar as assertivas:

I. Um bem do imobilizado que não tenha mais condição de ser usado e nenhum interesse do mercado por sua aquisição, sob qualquer forma, **deve ser mantido no Ativo até que seja descartado fisicamente.**

Errado, pois, se não há expectativa de geração de benefícios futuros para a entidade, o bem não deverá ser reconhecido como ativo.

II. Bens sob arrendamento financeiro **não devem ser reconhecidos nas demonstrações do arrendatário**, mas nas demonstrações do arrendador, devido ao fato de não haver ocorrido a transferência legal do bem, sendo facultado ao arrendatário apenas o seu uso e, não, a possibilidade de vendê-lo até que se obtenha a propriedade.

Errado, muitos ativos, por exemplo, contas a receber e imóveis, estão ligados a direitos legais, inclusive o direito de propriedade. **Ao determinar a existência de um ativo, o direito de propriedade não é essencial**; assim, por exemplo, um imóvel objeto de arrendamento é um ativo, desde que a entidade controle os benefícios econômicos provenientes da propriedade.

Assim, os bens arrendados podem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis do arrendatário, se houver transferência dos riscos, benefícios e controle na operação.

III. A alteração no uso de um ativo pode provocar alteração na sua capacidade de geração de fluxos de caixa futuros. Esse fato, todavia, **não deve ensejar revisão de seu valor recuperável, uma vez que não lhe foi provocado nenhum dano, e os ativos são mensurados com base no custo histórico.**

Errado, a capacidade de geração de fluxos de caixa é elemento importante no reconhecimento de um ativo, pois esta ligada diretamente à geração de benefícios econômicos para a entidade.

Se essa capacidade é reduzida, pode ser indícios de redução do valor recuperável do Ativo.



IV. Considerando-se que um dos principais recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros são os conhecimentos das pessoas e ainda que, atualmente, há possibilidade de se reconhecerem ativos intangíveis. Se uma determinada empresa tiver desenvolvido uma equipe com forte capacidade de sinergia com o mercado, que lhe permita gerar diferencial competitivo, **deve reconhecer esse item em seu ativo, já que é resultado de eventos passados.**

Errado, item interessante. Segundo o CPC 00, o segundo critério para reconhecimento de um item é que ele possua custo ou **valor que possa ser mensurado com confiabilidade**. Em muitos casos, o custo ou valor precisa ser estimado; o uso de estimativas razoáveis é parte essencial da elaboração das demonstrações contábeis e não prejudica a sua confiabilidade. Mensurar o valor contábil de uma equipe gerada internamente, poderá ir contra à independência da mensuração e ter pouca confiabilidade.

Gabarito → A

19. (FGV/Analista/DPE MT/2015)

Assinale a opção que não representa a liquidação de um passivo de uma entidade.

- a) Renúncia do credor.
- b) Prestação de serviços de valores já recebidos.
- c) Conversão da obrigação em item do patrimônio líquido.
- d) Transferência de outros ativos.
- e) Recebimento de mercadorias que haviam sido encomendadas.

Comentários:

Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro:

4.17. A liquidação de uma obrigação presente geralmente implica a utilização, pela entidade, de recursos incorporados de benefícios econômicos a fim de satisfazer a demanda da outra parte. A liquidação de uma obrigação presente pode ocorrer de diversas maneiras, como, por exemplo, por meio de:

- (a) pagamento em caixa;
- (b) transferência de outros ativos; **Letra D**
- (c) prestação de serviços; **Letra B**
- (d) substituição da obrigação por outra; ou
- (e) conversão da obrigação em item do patrimônio líquido. **Letra C**

A obrigação pode também ser extinta por outros meios, tais como pela renúncia do credor ou pela perda dos seus direitos. **Letra A**

O recebimento de mercadorias que haviam sido encomendadas (letra E) não liquida um passivo; pelo contrário, dá origem a um passivo, se a operação foi feita a prazo.

A contabilização fica assim:



D – Mercadorias (Ativo)
C – Fornecedores (Passivo)

Gabarito → E.

20. (FGV/Analista/DPE MT/2015)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, assinale a opção que indica a característica qualitativa da informação contábil que foi retirada da condição de aspecto da representação fidedigna, por ser inconsistente com a neutralidade.

- a) Prudência
- b) Compreensibilidade
- c) Comparabilidade
- d) Verificabilidade
- e) Tempestividade

Comentários:

Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro:

A característica **prudência (conservadorismo)** foi também retirada da condição de aspecto da representação fidedigna por ser inconsistente com a neutralidade. Subavaliações de ativos e superavaliações de passivos, segundo os Boards mencionam nas Bases para Conclusões, com consequentes registros de desempenhos posteriores inflados, são incompatíveis com a informação que pretende ser neutra.

Gabarito A, portanto. Mas vamos aproveitar e dar uma olhada nas características qualitativas.

As características qualitativas foram divididas em dois grupos:

- 1) **Características qualitativas fundamentais**
 - 1.1 - relevância
 - 1.2 - representação fidedigna
- 2) **Características qualitativas de melhoria**
 - 2.1 - comparabilidade
 - 2.2 - verificabilidade
 - 2.3 - tempestividade
 - 2.4 - compreensibilidade

Vejamos as definições:

Características qualitativas fundamentais



Relevância: Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

A **Representação Fidedigna** refere-se a três atributos, precisando ser **completa, neutra e livre de erro**.

Para ser **completa**, a informação deve conter o necessário para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado.

Para ser **neutra**, deve estar livre de viés na seleção ou na apresentação, não podendo ser distorcida para mais ou para menos.

Finalmente, ser **livre de erros** não significa total exatidão, mas sim que o processo para obtenção da informação tenha sido selecionado e aplicado livre de erros. No caso de estimativas, ela é considerada como tendo representação fidedigna se, além disso, o montante for claramente descrito como sendo estimativa e se a natureza e as limitações do processo forem devidamente revelados.

Características qualitativas de melhoria

As Características qualitativas de melhoria são Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

A **verificabilidade** ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar

Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.

Compreensibilidade significa que a classificação, a caracterização e a apresentação da informação são feitas com clareza e concisão, tornando-a compreensível. Mas não é admissível a exclusão de informação complexa e não facilmente compreensível se isso tornar o relatório incompleto e distorcido.

Gabarito → A.

21. (FCC/TCE GO/Contabilidade/2014)

Os três atributos para que uma demonstração financeira seja considerada fidedigna são:

- A) Completa, neutra e livre de erro.
- B) Suficiente, prudente e livre de fraude.
- C) Limitada, suficiente e livre de erro.
- D) Integral, prudente e livre de fraude.
- E) Adequada, possível e livre de erro.

Comentários:



Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter **três atributos**. Ela tem que ser **completa, neutra e livre de erro**.

O gabarito é a letra A. Mas vamos ler um pouco mais:

Para ser **completa**, a informação deve conter o necessário para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado.

Para ser **neutra**, deve estar livre de viés na seleção ou na apresentação, não podendo ser distorcida para mais ou para menos.

Finalmente, ser **livre de erros** não significa total exatidão, mas sim que o processo para obtenção da informação tenha sido selecionado e aplicado livre de erros. No caso de estimativas, ela é considerada como tendo representação fidedigna se, além disso, o montante for claramente descrito como sendo estimativa e se a natureza e as limitações do processo forem devidamente revelados.

Gabarito → A

22. (FGV/TCM SP/Contador/2015)

Relatórios contábil-financeiros de propósito geral contêm informações de possível interesse a uma ampla gama de usuários. Tendo em vista que a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro tem como pilar a definição do objetivo da elaboração e divulgação desses relatórios, interessados em informações sobre o enfoque adotado na formulação dos pronunciamentos técnicos, das interpretações e das orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis podem concluir que o comitê procura atender aos desejos e necessidades de informação:

- (A) de todos os possíveis usuários dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral;
- (B) da administração da entidade que reporta a informação;
- (C) de investidores existentes e em potencial, de credores por empréstimos e de outros credores da entidade que reporta a informação;
- (D) de órgãos reguladores da entidade que reporta a informação;
- (E) de todos os usuários que não possam requerer que as entidades que reportam a informação prestem a eles diretamente as informações de que necessitam.

Comentários:

Questão difícil. As letras C e E podem confundir.

Vejamos:

Conforme o Pronunciamento CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro:

Objetivo, utilidade e limitações do relatório contábil-financeiro de propósito geral



OB2. O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (reporting entity) que sejam úteis a **investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores**, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. Essas decisões envolvem comprar, vender ou manter participações em instrumentos patrimoniais e em instrumentos de dívida, e a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito.

Esse é o gabarito da questão, letra C.

Vejamos agora a definição que consta no pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Demonstrações contábeis de propósito geral (referidas simplesmente como demonstrações contábeis) são aquelas cujo propósito reside no atendimento das necessidades informacionais de **usuários externos que não se encontram em condições de requerer relatórios especificamente planejados para atender às suas necessidades peculiares.**

E caímos na letra E.

O que justifica o gabarito é que a questão menciona no Caput a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

Gabarito → C

23. (FGV/Técnico Contábil/AL/BA/2014)

Os investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, representam os usuários primários dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral.

Neste sentido, assinale a afirmativa correta.

- a) Esses usuários individuais possuem as mesmas necessidades de informação.
- b) Esses usuários podem requerer que as entidades, que reportam a informação, prestem as informações de que necessitam, diretamente.
- c) Os relatórios contábil-financeiros de propósito geral devem atender a todas as informações que esses usuários necessitam.
- d) Esses usuários precisam considerar informação pertinente de outras fontes, como condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, e perspectivas e panorama para a indústria e para a entidade.
- e) Os relatórios contábil-financeiros de propósito geral devem divulgar o valor da entidade que reporta a informação.

Comentários;



a) Esses usuários individuais possuem as mesmas necessidades de informação.

Os investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial possuem as mesmas necessidades? Não! Enquanto investidor, quero saber o quanto a empresa pode me retornar no capital investido. Enquanto credor, vou precisar de garantias, a fim de que possa realizar operações a prazo com segurança de que receberei o dinheiro emprestado novamente. Cada usuário pode ter uma necessidade distinta nas informações contábeis.

b) Esses usuários podem requerer que as entidades, que reportam a informação, prestem as informações de que necessitam, diretamente.

O item está incorreto. Alguns usuários até podem requerer informações diretamente para a entidade, como agências reguladoras, fiscos, etc. Todavia, esta regra não é absoluta. Eu, uma vez que adquiri 10 ações preferenciais da Petrobras, não poderei requerer que a empresa reporte todas as suas demonstrações contábeis apenas para me atender. Veja o que diz o CPC 00:

OB5. Muitos investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, não podem requerer que as entidades que reportam a informação prestem a eles diretamente as informações de que necessitam, devendo desse modo confiar nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral, para grande parte da informação contábil-financeira que buscam. Consequentemente, eles são os usuários primários para quem relatórios contábil-financeiros de propósito geral são direcionados.

c) Os relatórios contábil-financeiros de propósito geral devem atender a todas as informações que esses usuários necessitam.

O item está incorreto. Nem sempre, todas as informações de que necessitamos estão nas demonstrações contábeis, dado que as necessidades podem variar demasiadamente, quer estejamos frente a um tipo de usuário da demonstração contábil, quer estejamos frente a um tipo de operação.

Nesse sentido vai o CPC 00:

OB5. Muitos investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, não podem requerer que as entidades que reportam a informação prestem a eles diretamente as informações de que necessitam, devendo desse modo confiar nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral, para grande parte da informação contábil-financeira que buscam. Consequentemente, eles são os usuários primários para quem relatórios contábil-financeiros de propósito geral são direcionados.

d) Esses usuários precisam considerar informação pertinente de outras fontes, como condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, e perspectivas e panorama para a indústria e para a entidade.

O item está correto. Ao fazer uma análise das demonstrações contábeis, devemos priorizar a análise sistêmica. Um exemplo hipotético, de nada adianta olhar para uma empresa de DVD



extremamente lucrativa, se o mercado dos blue-rays tendem a sucumbir aquela indústria num período de 10 anos.

OB6. Entretanto, relatórios contábil-financeiros de propósito geral não atendem e não podem atender a todas as informações de que investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, necessitam. Esses usuários precisam considerar informação pertinente de outras fontes, como, por exemplo, condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, e perspectivas e panorama para a indústria e para a entidade.

e) Os relatórios contábil-financeiros de propósito geral devem divulgar o valor da entidade que reporta a informação.

O item está incorreto. Segundo o CPC 00:

OB7. Relatórios contábil-financeiros de propósito geral não são elaborados para se chegar ao valor da entidade que reporta a informação; a rigor, fornecem informação para auxiliar investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, a estimarem o valor da entidade que reporta a informação.

Gabarito → D.

24. (FGV/Técnico Contábil/AL/BA/2014)

Em relação aos ativos de uma entidade, assinale a afirmativa correta.

- a) São representados por todos os bens e direitos da entidade.
- b) A mensuração a valor de mercado é proibida.
- c) A entidade deve ter a posse para reconhecê-los.
- d) Os ativos representam a origem de recursos próprios da entidade.
- e) A entidade deve ter a expectativa de que eles irão trazer benefícios futuros para ela

Comentários

a) São representados por todos os bens e direitos da entidade.

A letra a está incorreta. O ativo, de fato, contém todos os bens e direitos da entidade, mas não só a eles está restrito. Basta lembrar do caso do arrendamento mercantil financeiro, que não é juridicamente propriedade da companhia e deve ser registrado no ativo.

b) A mensuração a valor de mercado é proibida.

Item incorreto. Existem hipóteses em que o ativo pode, sim, ser avaliado ao valor de mercado. Um caso clássico são as mercadorias que a companhia compra para revender, as quais devem ser avaliadas pelo custo ou valor realizável líquido (a famosa regra chamada “custo ou mercado, dos dois o menor”). Vejamos o que diz a Lei 6.404/76 a respeito:



Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

II - os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior;

Ademais, existe o caso clássico das mercadorias fungíveis (como commodities).

Art. 183. § 4º Os estoques de mercadorias fungíveis destinadas à venda poderão ser avaliados pelo valor de mercado, quando esse for o costume mercantil aceito pela técnica contábil.

c) A entidade deve ter a posse para reconhecê-los.

O item está incorreto. A posse não é essencial para que se reconheça um ativo. Tão pouco a propriedade. A entidade pode ter veículos que estejam alugados (que não configurem arrendamento financeiro), pode ter outros tipos de bens que não estejam de sua posse e, não necessariamente por isso, não estarão reconhecidos na contabilidade.

A definição de ativo está descrita no CPC 00 da seguinte maneira:

4.4. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Estes são definidos como segue:

(a) ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;

d) Os ativos representam a origem de recursos próprios da entidade.

Incorreto. A origem de recursos próprios da entidade representa o que conhecemos por patrimônio líquido.

e) A entidade deve ter a expectativa de que eles irão trazer benefícios futuros para ela.

Esse é o nosso gabarito. Como dissemos, a definição de ativo está assim exposta no CPC 00:

4.4. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Estes são definidos como segue:

(a) ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;

E continua o Pronunciamento...



4.8. O benefício econômico futuro incorporado a um ativo é o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade. Tal potencial pode ser produtivo, quando o recurso for parte integrante das atividades operacionais da entidade. Pode também ter a forma de conversibilidade em caixa ou equivalentes de caixa ou pode ainda ser capaz de reduzir as saídas de caixa, como no caso de processo industrial alternativo que reduza os custos de produção.

4.10. Os benefícios econômicos futuros incorporados a um ativo podem fluir para a entidade de diversas maneiras. Por exemplo, o ativo pode ser:

- (a) usado isoladamente ou em conjunto com outros ativos na produção de bens ou na prestação de serviços a serem vendidos pela entidade;
- (b) trocado por outros ativos;
- (c) usado para liquidar um passivo; ou
- (d) distribuído aos proprietários da entidade.

Gabarito → E.

25. (FGV/Auditor Tributário/ISS Niterói/2015)

Os administradores da Distribuidora de Energia Elétrica Lambda S.A comunicaram aos auditores independentes da companhia, durante a auditoria das demonstrações contábeis relativas ao exercício de X1, sua intenção de reconhecer como ativo o direito ao aumento de tarifas de X2 para fazer frente ao aumento de seus custos não gerenciáveis durante X1.

Dentre os argumentos apresentados pelos administradores da companhia aos auditores para convencê-los da adequação dessa política contábil, é consistente com uma característica qualitativa fundamental da informação contábil-financeira útil, tal qual definido pela Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, o de que essa política:

- a) facilitaria o entendimento do regime tarifário ao qual a companhia está sujeita.
- b) aumentaria a previsibilidade dos resultados da companhia.
- c) é passível de verificação pelas autoridades tributárias e reguladoras.
- d) é adotada pelas distribuidoras de energia dos principais mercados de capitais do mundo.
- e) anteciparia a divulgação de informações sobre os reajustes tarifárias da companhia.

Comentários:

Aqui, temos de fazer um esforço para discernir as características qualitativas fundamentais das de melhoria.

a) facilitaria o entendimento do regime tarifário ao qual a companhia está sujeita.

Compreensibilidade.



QC30. Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível.

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

b) aumentaria a previsibilidade dos resultados da companhia. Relevância! Gabarito.

Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de **fazer diferença nas decisões** que possam ser tomadas pelos usuários.

A informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver **valor preditivo, valor confirmatório ou ambos**.

A informação contábil-financeira tem **valor preditivo se puder ser utilizada pelos usuários para prever futuros resultados**. A informação contábil-financeira não precisa ser uma predição ou uma projeção para que possua valor preditivo. A informação contábil-financeira com valor preditivo é empregada pelos usuários ao fazerem suas próprias predições.

A **informação contábil-financeira tem valor confirmatório se retro-alimentar – servir de feedback – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las)**.

c) é passível de verificação pelas autoridades tributárias e reguladoras.

Verificabilidade.

QC26. A verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar. A verificabilidade significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna. Informação quantificável não necessita ser um único ponto estimado para ser verificável. Uma faixa de possíveis montantes com suas probabilidades respectivas pode também ser verificável.

d) é adotada pelas distribuidoras de energia dos principais mercados de capitais do mundo.

Comparabilidade.

QC20. As decisões de usuários implicam escolhas entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter um investimento, ou investir em uma entidade ou noutra. Conseqüentemente, a informação acerca da entidade que reporta informação será mais útil caso possa ser comparada com informação similar sobre outras entidades e com informação similar sobre a mesma entidade para outro período ou para outra data.

QC21. Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada com um único item. A comparação requer no mínimo dois itens.



QC22. **Consistência**, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo. **Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens**, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. **Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo.**

QC23. **Comparabilidade não significa uniformidade.** Para que a informação seja comparável, coisas iguais precisam parecer iguais e coisas diferentes precisam parecer diferentes. A comparabilidade da informação contábilfinanceira não é aprimorada ao se fazer com que coisas diferentes pareçam iguais ou ainda ao se fazer coisas iguais parecerem diferentes.

e) anteciparia a divulgação de informações sobre os reajustes tarifárias da companhia.

Tempestividade.

QC29. **Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.** Em geral, a informação mais antiga é a que tem menos utilidade. Contudo, certa informação pode ter o seu atributo tempestividade prolongado após o encerramento do período contábil, em decorrência de alguns usuários, por exemplo, necessitarem identificar e avaliar tendências.

Gabarito → B.

26. (CESPE/Perito Criminal– Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

As decisões dos usuários da informação contábil implicam, muitas vezes, a escolha entre alternativas, como vender ou manter um investimento, ou, ainda, investir em uma entidade ou em outra. Conforme a NBC TG 1374/2011, essa necessidade dos usuários reforça, em especial, a importância da característica qualitativa de melhoria denominada

- a) comparabilidade.
- b) compreensibilidade.
- c) representação fidedigna.
- d) relevância.
- e) verificabilidade.

Comentários:

As características qualitativas foram divididas em dois grupos:

- 1) Características qualitativas fundamentais
 - 1.1 - Relevância
 - 1.2 - Representação fidedigna



2) Características qualitativas de melhoria

2.1 - Comparabilidade

2.2- Verificabilidade

2.3 - Tempestividade

2.4 – Compreensibilidade

A questão fala de característica qualitativa de melhoria, assim sendo, já podemos descartar as alternativas “C” e “D”, pois referem-se a características qualitativas fundamentais.

Segundo a NBC TG 1374/2011- Estrutura conceitual básica- “As decisões de usuários implicam escolhas entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter um investimento, ou investir em uma entidade ou noutra. Conseqüentemente, a informação acerca da entidade que reporta informação será mais útil caso possa ser **COMPARADA com informação similar sobre outras entidades e com informação similar sobre a mesma entidade para outro período ou para outra data.**

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Assim sendo, a alternativa correta é a opção “A”.

Gabarito → A

27. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016)

O público-alvo dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral são, primariamente, os órgãos reguladores.

Comentários:

Item incorreto. Trecho do nosso curso: “O primeiro aspecto importante que devemos compreender é que as **demonstrações contábeis são preparadas para usuários externos em geral.** Embora alguns órgãos do governo, fiscos, entre outros, determinem o cumprimento de certas exigências, isso não tem o condão de retirar o público a quem se dirige as demonstrações contábeis preparadas sob a égide da Estrutura Conceitual Básica: **usuários externos em geral.**”

“Outras partes interessadas, como, por exemplo, órgãos reguladores e membros do público que não sejam investidores, credores por empréstimo e outros credores, podem do mesmo modo achar úteis relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Contudo, esses relatórios não são direcionados primariamente a esses outros grupos”.

Item incorreto.

Gabarito → Errado.

28. (CESPE/PF/Contabilidade/2014)

Com relação aos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue o item a seguir.



A intenção ou necessidade de uma entidade entrar em processo de liquidação não é condição suficiente para que suas demonstrações contábeis sejam elaboradas em bases distintas das utilizadas pelas entidades que têm a continuidade como premissa.

Comentário:

De acordo com o CPC 00:

Continuidade

4.1. As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade (going concern assumption) e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações.

Por outro lado, **se essa intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em bases diferentes** e, nesse caso, a base de elaboração utilizada deve ser divulgada.

Gabarito → Errado.

29. (CESPE/MPU/Atuarial/2015)

Julgue o item seguinte, acerca dos componentes patrimoniais, suas características e contabilização.

Segundo a atual perspectiva contábil, o patrimônio líquido representa o valor justo econômico mínimo de uma empresa, caso os seus sócios desejem comercializá-la sem sofrer perda econômica.

Comentários:

Segundo o Pronunciamento CPC 00 – Estrutura básica Conceitual, o Patrimônio Líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Ou seja, o patrimônio líquido pode ser encontrado pela diferença entre o ativo e o passivo de uma entidade. O PL é nada mais que o capital próprio empregado nas atividades empresariais.

Mas o PL é avaliado pelo valor contábil, e não pelo valor justo. Por exemplo, uma empresa pode ter um veículo com valor contábil de \$10.000 e que vale, no mercado, \$15.000.

Nesse exemplo, o valor contábil de \$10.000 é menor que o valor justo, de \$15.000.

Assim, está errada a afirmação de que o “patrimônio líquido representa o valor justo econômico mínimo de uma empresa”.

Gabarito → Errado

30. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2013)



A característica qualitativa da comparabilidade é obtida quando são usados os mesmos métodos para os mesmos itens, pressupondo-se que as características qualitativas de melhoria tenham sido satisfeitas.

Comentários:

Segundo o CPC 00:

QC22. Consistência, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo. Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo.

Gabarito → Errado.

31. (FBC/Exame de Suficiência/2013.2)

Com base na Resolução NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, julgue os itens sobre Manutenção de Capital como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. De acordo com o conceito de capital financeiro, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade.

II. De acordo com o conceito de manutenção do capital físico, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva da entidade no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

III. Todas as mudanças de preços, afetando ativos e passivos da entidade, são vistas, no conceito de manutenção de capital físico, como mudanças na mensuração da capacidade financeira da entidade, devendo ser tratadas como lucro.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, V.
- b) F, V, F.
- c) V, F, V.
- d) V, V, F.

Comentários:

O conceito financeiro de capital é adotado pela maioria das entidades na preparação de suas demonstrações contábeis. De acordo com o conceito financeiro de capital, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativo líquido ou patrimônio



líquido da entidade. Por outro lado, segundo o conceito físico de capital, o capital é considerado como a capacidade produtiva da entidade baseada, por exemplo, nas unidades de produção diária.

- **Capital Financeiro** → **Ativo líquido ou patrimônio líquido.**

- **Capital Físico** → **Capacidade produtiva da entidade.**

Diante do exposto, vamos comentar cada alternativa:

I. De acordo com o conceito de capital financeiro, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade.

Correto, conforme já explicado.

II. De acordo com o conceito de manutenção do capital físico, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva da entidade no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

Correto, item 4.59, do CPC 00:

(b) **Manutenção do capital físico.** De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou fundos necessários para atingir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

III. Todas as mudanças de preços, afetando ativos e passivos da entidade, são vistas, no conceito de **manutenção de capital físico**, como mudanças na mensuração da capacidade financeira da entidade, devendo ser tratadas como lucro.

Errado, esse conceito se aplica ao conceito de manutenção do capital financeiro:

4.63 De acordo com o conceito de **manutenção do capital financeiro**, por meio do qual o capital é definido em termos de unidades monetárias nominais, o lucro representa o aumento do capital monetário nominal ao longo do período. Assim, os aumentos nos preços de ativos mantidos ao longo do período, convencionalmente designados como ganhos de estocagem, são, conceitualmente, lucros. Entretanto, eles podem não ser reconhecidos como tais até que os ativos sejam realizados mediante transação de troca.

Gabarito → D

32. (FBC/Exame de Suficiência/Técnico/2012.2)

De acordo com a NBC TG – Estrutura Conceitual, são consideradas características qualitativas da informação contábil:

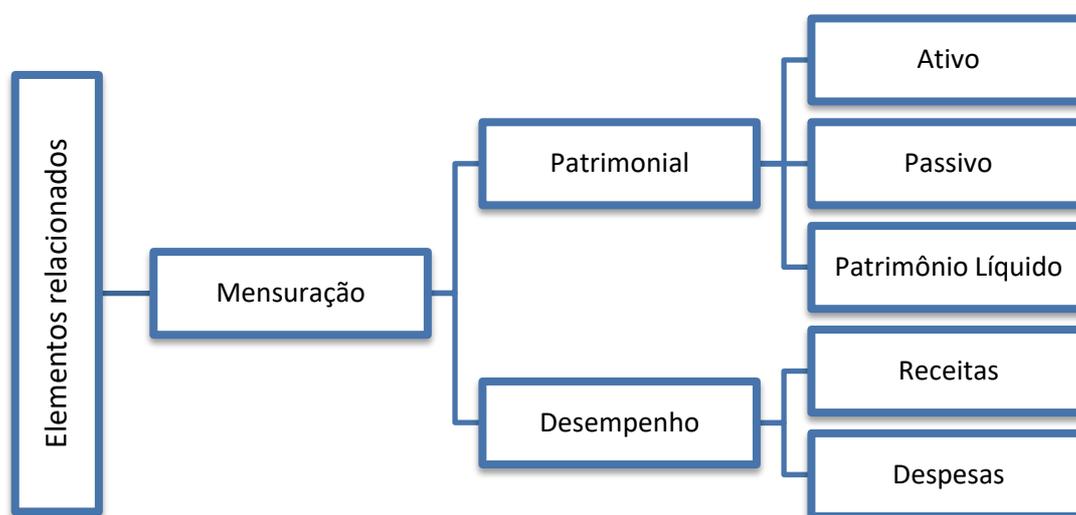
- a) Representação Fidedigna, Conservadorismo e Relevância.
- b) Relevância, Compreensibilidade e Prudência.



- c) Consistência, Prudência e Compreensibilidade.
- d) Compreensibilidade, Representação Fidedigna e Relevância.

Comentários:

As características qualitativas foram divididas em duas categorias: Características qualitativas **fundamentais (relevância e representação fidedigna)** e Características qualitativas **de melhoria (comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade)**



Gabarito → D

33. (FBC/Exame de Suficiência/2012.2)

De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, para a informação contábil-financeira ser útil, ela precisa ter as seguintes características qualitativas fundamentais:

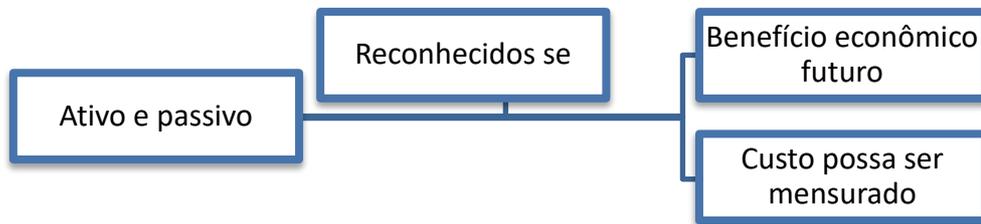
- a) comparabilidade e valor justo.
- b) relevância e representação fidedigna.
- c) tempestividade e materialidade.
- d) verificabilidade e objetividade.

Comentários:

As características qualitativas fundamentais são **relevância e representação fidedigna.**

Esquematizemos:





Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

A representação fidedigna refere-se a três atributos, precisando ser **completa, neutra e livre de erro**.

Para ser **completa**, a informação deve conter o necessário para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado.

Para ser **neutra**, deve estar livre de viés na seleção ou na apresentação, não podendo ser distorcida para mais ou para menos.

Finalmente, ser **livre de erros** não significa total exatidão, mas sim que o processo para obtenção da informação tenha sido selecionado e aplicado livre de erros.

Gabarito→B

35 - LISTA DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA

1. (CESGRANRIO/Auditor Júnior/Petrobras/2018)

O entendimento da importância da elaboração das demonstrações contábeis em IFRS passa pelo pronunciamento da estrutura conceitual para a elaboração das demonstrações contábeis, conhecido na prática por CPC 00, correspondente ao framework, do IFRS. Nesse entendimento são reportadas, dentre os aspectos técnico-conceituais, características qualitativas das demonstrações contábeis.

Nesse contexto das características qualitativas das demonstrações contábeis e de acordo com o IFRS 8, uma informação da empresa sobre seus segmentos operacionais, que permita a potenciais usuários identificar quais são suas áreas de atuação e negócios, é um exemplo prático da característica qualitativa da

- a) relevância
- b) materialidade
- c) verificabilidade
- d) comparabilidade
- e) compreensibilidade

2. (CESGRANRIO/Transpetro/Contador/2018)



A NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Financeiro, aprovada pela Resolução CFC no 1.374/2011, tem como um de seus objetivos suportar e promover a harmonização das regulações, das normas contábeis e dos procedimentos relacionados à apresentação das demonstrações contábeis, visando a reduzir o número de tratamentos contábeis alternativos permitidos pelas normas, interpretações e comunicados técnicos.

Nesse contexto, a norma apresenta as características qualitativas da informação contábil financeira útil, destacando, dentre elas, a característica da Verificabilidade, que ajuda a assegurar aos usuários que a informação

- (A) é classificada e apresentada de forma clara e concisa.
- (B) está disponível para os tomadores de decisão, a tempo de influenciar suas decisões.
- (C) possibilita fazer escolhas entre alternativas igualmente válidas.
- (D) representa, fidedignamente, o fenômeno econômico que se propõe representar.
- (E) tem capacidade para fazer diferença nas decisões que o usuário possa tomar (relevância).

3. (CESGRANRIO/Transpetro/Contador/2018)

Um grupo de investidores de uma companhia utilizou os reportes financeiros dos últimos cinco exercícios para avaliar a possibilidade de um novo aporte de capital dessa companhia. A decisão foi positiva quanto ao investimento e, um ano após, o grupo de investidores estava disposto a aumentar os investimentos na companhia.

Considerando apenas essa situação, é correto afirmar que as informações que foram utilizadas pelos investidores para tomar a decisão

- (A) foram confirmadas pelos auditores
- (B) são comparáveis com outras entidades
- (C) são compreensíveis a qualquer usuário
- (D) são objetivamente verificáveis
- (E) têm valor confirmatório

4. (FGV/Analista/ALE RO/2018)

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1)- Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil- financeiro, as características qualitativas da informação contábil- financeira podem ser divididas em fundamentais e de melhoria.

Assinale a opção que indica as características qualitativas fundamentais.

- a) Confiabilidade e materialidade.
- b) Relevância e representação fidedigna.
- c) Essência sobre a forma e neutralidade.
- d) Comparabilidade e tempestividade.



e) Compreensibilidade e verificabilidade.

5. (CESPE/Técnico/SEFAZ/RS/2018)

Em consonância com a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, prevista pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, assinale a opção correta, com relação a ativos.

- A) Os ativos não deverão ser reconhecidos em casos de incertezas, independentemente do seu benefício econômico futuro.
- B) Na ausência de informações sobre seu benefício econômico futuro, os ativos devem ser avaliados com medidas subjetivas.
- C) Os ativos poderão ser reconhecidos mesmo que não haja informação sobre o seu benefício econômico futuro.
- D) Mesmo que incertos, os ativos devem ser reconhecidos; entretanto, não se deve, nesse caso, observar sua relação de benefício econômico futuro.
- E) O grau de incerteza do ativo e o seu fluxo de benefícios econômicos futuros devem ser avaliados de maneira conjunta.

6. (CESPE/Auditor/CAGE RS/2018)

Conforme a NBC TG Estrutura Conceitual aprovada pela Resolução CFC n.º 1.374/2011, o valor realizável é a base de mensuração que implica avaliar o ativo de acordo com o

- A) valor presente descontado dos fluxos futuros de entradas líquidas de caixa esperados do ativo no curso normal das operações.
- B) montante de caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela sua venda em forma ordenada.
- C) montante de caixa ou equivalentes de caixa a serem pagos se esse mesmo ativo ou um ativo equivalente for adquirido na data do balanço.
- D) maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.
- E) valor justo dos recursos entregues para adquiri-lo na data de aquisição.

7. (CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)

Assinale a opção que apresenta a premissa subjacente para a elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual.

- a) relevância
- b) tempestividade
- c) essência econômica sobre a forma jurídica
- d) representação fidedigna



e) continuidade

8. (FGV/Auditor/SEFIN/RO/2018)

Na última versão do Pronunciamento Técnico CPC00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro,

a característica “essência sobre a forma” foi formalmente retirada da condição de componente separado da representação fidedigna.

Assinale a opção que indica o motivo porque a “essência sobre a forma” foi retirada.

(A) Sua presença, junto à representação fidedigna, foi considerada uma redundância.

(B) Ela foi considerada inconsistente à característica qualitativa da neutralidade.

(C) Ela foi considerada inconsistente à característica qualitativa da tempestividade.

(D) As normas contábeis norte-americanas não incluem a essência sobre a forma em sua estrutura conceitual.

(E) Sua presença deixou de ser exigida nas normas internacionais.

9. (CONSULPLAN/Analista/TRF 2/2017)

A Resolução CFC nº 1.374/2011 apresenta, entre outros, os conceitos das características qualitativas da informação contábil-financeira útil; uma destas características é a relevância. Sobre esta característica, a Resolução afirma que uma informação, para ser relevante, deve ter valor preditivo, valor confirmatório ou ambos. De acordo com a Resolução CFC nº 1.374/2011, a informação contábil-financeira tem valor preditivo se:

a) Somente for uma predição ou uma projeção.

b) For confirmada pela informação confirmatória.

c) Retroalimentar – servir de feedback – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las).

d) Puder ser utilizada como dado de entrada em processos empregados pelos usuários para prever futuros resultados.

10. (ESAF/Analista de Finanças e Controle/STN/2013)

A empresa Patrimônio S.A. efetuou a depreciação utilizando os percentuais fiscais, ainda que soubesse que a vida econômica do bem era maior do que as taxas fiscais. A decisão foi tomada em função das dificuldades em controlar as duas depreciações, o que levaria a empresa a ter custos de controle não suportáveis pelo porte e situação financeira da empresa, inviabilizando o negócio. Referida situação

a) afeta diretamente a neutralidade na apresentação de uma demonstração contábil fidedigna, não sendo possível considerar a demonstração fidedigna.

b) altera a demonstração contábil de forma material, impedindo o reconhecimento como uma demonstração contábil fidedigna.



- c) permite considerar a demonstração contábil fidedigna, uma vez que o custo para geração de uma informação com melhor qualidade não justificaria o benefício.
- d) atende ao princípio da prudência, visto que a decisão de adotar a depreciação que atribui maior valor ao resultado permite a geração de uma demonstração conservadora mais fidedigna.
- e) distorce a possibilidade do usuário em analisar a demonstração contábil, sendo necessário o ajuste para considerá-la fidedigna.

11. (ESAF/AFRFB/2012)

Entre as características qualitativas de melhoria, a comparabilidade está entre as que os analistas de demonstrações contábeis mais buscam. Dessa forma, pode-se definir pela estrutura conceitual contábil que comparabilidade é a característica que:

- a) permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles nas Demonstrações Contábeis.
- b) utiliza os mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.
- c) considera a uniformidade na aplicação dos procedimentos e normas contábeis, onde, para se obter a comparabilidade, as entidades precisam adotar os mesmos métodos de apuração e cálculo.
- d) garante que usuários diferentes concluam de forma completa e igual, quanto à condição econômica e financeira da empresa, sendo levados a um completo acordo.
- e) estabelece procedimentos para a padronização dos métodos e processos aplicados em demonstrações contábeis de mesmo segmento.

12. (FBC/Exame Suficiência/CFC/2016.2)

Uma Sociedade Empresária mensura suas propriedades para investimento ao Valor Justo, tal como previsto pela NBC TG 28 (R3) – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO, mas deixou de apresentar, em sua nota de conciliação dos valores contábeis da Propriedade de Investimento no início e no fim do período, o item “ganhos ou perdas líquidos provenientes de ajustes de valor justo”.

Essa omissão restringiu a capacidade analítica do usuário e, entre outras perdas de qualidade, prejudicou o valor confirmatório.

De acordo com o disposto pela NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, o valor confirmatório é uma das marcas da característica qualitativa da:

- a) Materialidade.
- b) Relevância.
- c) Representação Fidedigna.



d) Tempestividade.

13. (FBC/Exame Suficiência/CFC/2016.2)

De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA A ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, no que se refere ao reconhecimento dos elementos das Demonstrações Contábeis, é **CORRETO** afirmar que:

a) um ativo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial quando os gastos incorridos não proporcionarem a expectativa provável de geração de benefícios econômicos futuros.

b) um passivo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial quando for remota a possibilidade de uma saída de recursos para sua quitação e seu valor não puder ser estimado com confiabilidade.

c) uma despesa corresponde a um decréscimo nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos que resultam em decréscimo do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais.

d) uma receita deve ser reconhecida quando resultar em diminuição nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de passivos que resultam em diminuição do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais.

14. (FBC/Exame de Suficiência/2016.1)

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, é **INCORRETO** afirmar que:

a) as características qualitativas fundamentais são comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade, pois tornam a informação útil. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. Portanto, relevância e representação fidedigna são características qualitativas de melhoria.

b) a informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não a levar em consideração, ou já tiverem tomado ciência de sua existência por outras fontes.

c) as características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas, que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação, deve ser usada para retratar um fenômeno.

d) a informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver valor preditivo, valor confirmatório ou ambos. A informação contábil financeira tem valor preditivo se puder ser utilizada como dado de entrada em processos empregados pelos usuários para predizer futuros resultados.

15. (FCC/MANAUSPREV/Contabilidade/2015)



Sobre as características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira, considere:

I. Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

II. Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e materialidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade.

III. Comparabilidade refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.

IV. Verificabilidade significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I, III e IV.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) I e IV.
- E) III e IV.

16. (FBC/Exame de Suficiência/2015.1)

De acordo a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, com relação às características qualitativas da informação contábil, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. A informação necessita, concomitantemente, ser relevante e representar com fidedignidade a realidade reportada para ser útil. Nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante, tampouco a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomarem boas decisões.

II. Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas, que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação, deve ser usada para retratar um fenômeno.

III. O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade, no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro impõe custos, e é importante que tais custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação.



A sequência CORRETA é:

- a) F, V, F. c) F, F, F.
b) V, F, V. d) V, V, V.

17. (FBC/Exame de Suficiência/2015.2)

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, no que se refere à inclusão na definição de Ativo, analise as condições apresentadas nos itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Recurso com característica tangível.
- II. Recurso controlado pela entidade.
- III. Recurso de propriedade da entidade.
- IV. Recurso do qual se espera que fluam benefícios econômicos futuros para a entidade.
- V. Recurso resultante de eventos passados.

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, são condições necessárias para o reconhecimento do Ativo os requisitos apresentados apenas nos itens:

- a) I e III. c) II, IV e V.
b) I, III e IV. d) III e V.

18. (FBC/Exame de Suficiência/2015.2)

De acordo com a definição de Ativo, constante na NBC TG Estrutura Conceitual, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Um bem do imobilizado que não tenha mais condição de ser usado e nenhum interesse do mercado por sua aquisição, sob qualquer forma, deve ser mantido no Ativo até que seja descartado fisicamente.
- II. Bens sob arrendamento financeiro não devem ser reconhecidos nas demonstrações do arrendatário, mas nas demonstrações do arrendador, devido ao fato de não haver ocorrido a transferência legal do bem, sendo facultado ao arrendatário apenas o seu uso e, não, a possibilidade de vendê-lo até que se obtenha a propriedade.
- III. A alteração no uso de um ativo pode provocar alteração na sua capacidade de geração de fluxos de caixa futuros. Esse fato, todavia, não deve ensejar revisão de seu valor recuperável, uma vez que não lhe foi provocado nenhum dano, e os ativos são mensurados com base no custo histórico.
- IV. Considerando-se que um dos principais recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros são os conhecimentos das pessoas e ainda que, atualmente, há possibilidade de se reconhecerem ativos intangíveis. Se uma determinada empresa tiver desenvolvido uma equipe com forte capacidade de sinergia com o mercado, que lhe permita gerar diferencial competitivo, deve reconhecer esse item em seu ativo, já que é resultado de eventos passados.



A sequência CORRETA é:

- a) F, F, F, F. c) V, F, V, F.
b) F, V, F, V. d) V, V, V, V.

19. (FGV/Analista/DPE MT/2015)

Assinale a opção que não representa a liquidação de um passivo de uma entidade.

- a) Renúncia do credor.
b) Prestação de serviços de valores já recebidos.
c) Conversão da obrigação em item do patrimônio líquido.
d) Transferência de outros ativos.
e) Recebimento de mercadorias que haviam sido encomendadas.

20. (FGV/Analista/DPE MT/2015)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, assinale a opção que indica a característica qualitativa da informação contábil que foi retirada da condição de aspecto da representação fidedigna, por ser inconsistente com a neutralidade.

- a) Prudência
b) Compreensibilidade
c) Comparabilidade
d) Verificabilidade
e) Tempestividade

21. (FCC/TCE GO/Contabilidade/2014)

Os três atributos para que uma demonstração financeira seja considerada fidedigna são:

- A) Completa, neutra e livre de erro.
B) Suficiente, prudente e livre de fraude.
C) Limitada, suficiente e livre de erro.
D) Integral, prudente e livre de fraude.
E) Adequada, possível e livre de erro.

22. (FGV/TCM SP/Contador/2015)

Relatórios contábil-financeiros de propósito geral contêm informações de possível interesse a uma ampla gama de usuários. Tendo em vista que a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro tem como pilar a definição do objetivo da elaboração e divulgação desses relatórios, interessados em informações sobre o enfoque adotado na formulação dos pronunciamentos técnicos, das interpretações e das orientações



emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis podem concluir que o comitê procura atender aos desejos e necessidades de informação:

- (A) de todos os possíveis usuários dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral;
- (B) da administração da entidade que reporta a informação;
- (C) de investidores existentes e em potencial, de credores por empréstimos e de outros credores da entidade que reporta a informação;
- (D) de órgãos reguladores da entidade que reporta a informação;
- (E) de todos os usuários que não possam requerer que as entidades que reportam a informação prestem a eles diretamente as informações de que necessitam.

23. (FGV/Técnico Contábil/AL/BA/2014)

Os investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, representam os usuários primários dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral.

Neste sentido, assinale a afirmativa correta.

- a) Esses usuários individuais possuem as mesmas necessidades de informação.
- b) Esses usuários podem requerer que as entidades, que reportam a informação, prestem as informações de que necessitam, diretamente.
- c) Os relatórios contábil-financeiros de propósito geral devem atender a todas as informações que esses usuários necessitam.
- d) Esses usuários precisam considerar informação pertinente de outras fontes, como condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, e perspectivas e panorama para a indústria e para a entidade.
- e) Os relatórios contábil-financeiros de propósito geral devem divulgar o valor da entidade que reporta a informação.

24. (FGV/Técnico Contábil/AL/BA/2014)

Em relação aos ativos de uma entidade, assinale a afirmativa correta.

- a) São representados por todos os bens e direitos da entidade.
- b) A mensuração a valor de mercado é proibida.
- c) A entidade deve ter a posse para reconhecê-los.
- d) Os ativos representam a origem de recursos próprios da entidade.
- e) A entidade deve ter a expectativa de que eles irão trazer benefícios futuros para ela

25. (FGV/Auditor Tributário/ISS Niterói/2015)

Os administradores da Distribuidora de Energia Elétrica Lambda S.A comunicaram aos auditores independentes da companhia, durante a auditoria das demonstrações contábeis



relativas ao exercício de X1, sua intenção de reconhecer como ativo o direito ao aumento de tarifas de X2 para fazer frente ao aumento de seus custos não gerenciáveis durante X1.

Dentre os argumentos apresentados pelos administradores da companhia aos auditores para convencê-los da adequação dessa política contábil, é consistente com uma característica qualitativa fundamental da informação contábil-financeira útil, tal qual definido pela Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, o de que essa política:

- a) facilitaria o entendimento do regime tarifário ao qual a companhia está sujeita.
- b) aumentaria a previsibilidade dos resultados da companhia.
- c) é passível de verificação pelas autoridades tributárias e reguladoras.
- d) é adotada pelas distribuidoras de energia dos principais mercados de capitais do mundo.
- e) anteciparia a divulgação de informações sobre os reajustes tarifárias da companhia.

26. (CESPE/Perito Criminal– Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

As decisões dos usuários da informação contábil implicam, muitas vezes, a escolha entre alternativas, como vender ou manter um investimento, ou, ainda, investir em uma entidade ou em outra. Conforme a NBC TG 1374/2011, essa necessidade dos usuários reforça, em especial, a importância da característica qualitativa de melhoria denominada

- a) comparabilidade.
- b) compreensibilidade.
- c) representação fidedigna.
- d) relevância.
- e) verificabilidade.

27. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016)

O público-alvo dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral são, primariamente, os órgãos reguladores.

28. (CESPE/PF/Contabilidade/2014)

Com relação aos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue o item a seguir.

A intenção ou necessidade de uma entidade entrar em processo de liquidação não é condição suficiente para que suas demonstrações contábeis sejam elaboradas em bases distintas das utilizadas pelas entidades que têm a continuidade como premissa.

29. (CESPE/MPU/Atuarial/2015)

Julgue o item seguinte, acerca dos componentes patrimoniais, suas características e contabilização.

Segundo a atual perspectiva contábil, o patrimônio líquido representa o valor justo econômico mínimo de uma empresa, caso os seus sócios desejem comercializá-la sem sofrer perda econômica.



30. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2013)

A característica qualitativa da comparabilidade é obtida quando são usados os mesmos métodos para os mesmos itens, pressupondo-se que as características qualitativas de melhoria tenham sido satisfeitas.

31. (FBC/Exame de Suficiência/2013.2)

Com base na Resolução NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, julgue os itens sobre Manutenção de Capital como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. De acordo com o conceito de capital financeiro, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade.

II. De acordo com o conceito de manutenção do capital físico, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva da entidade no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

III. Todas as mudanças de preços, afetando ativos e passivos da entidade, são vistas, no conceito de manutenção de capital físico, como mudanças na mensuração da capacidade financeira da entidade, devendo ser tratadas como lucro.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, V. c) V, F, V.
- b) F, V, F. d) V, V, F.

32. (FBC/Exame de Suficiência/Técnico/2012.2)

De acordo com a NBC TG – Estrutura Conceitual, são consideradas características qualitativas da informação contábil:

- a) Representação Fidedigna, Conservadorismo e Relevância.
- b) Relevância, Compreensibilidade e Prudência.
- c) Consistência, Prudência e Compreensibilidade.
- d) Compreensibilidade, Representação Fidedigna e Relevância.

33. (FBC/Exame de Suficiência/2012.2)

De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, para a informação contábil-financeira ser útil, ela precisa ter as seguintes características qualitativas fundamentais:

- a) comparabilidade e valor justo.
- b) relevância e representação fidedigna.
- c) tempestividade e materialidade.
- d) verificabilidade e objetividade.



36 - GABARITO DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA



QUESTÃO	GABARITO	QUESTÃO	GABARITO
1	A	18	A
2	D	19	E
3	E	20	A
4	B	21	A
5	E	22	C
6	B	23	D
7	E	24	E
8	A	25	B
9	D	26	A
10	C	27	ERRADO
11	A	28	ERRADO
12	B	29	ERRADO
13	C	30	ERRADO
14	A	31	D
15	D	32	D
16	D	33	B
17	C		



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.